

**Comissão de Finanças e Orçamento**  
**Resumo dos Projetos na Pauta da 16ª Reunião Ordinária de 2015**

Data da Reunião: 24/06/2015 - Horário: 11:00 horas  
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

**Projetos para Votação em Plenário**

1) PL 391/1999	Ver. WADIIH MUTRAN (PP)	Votação			
DISPÕE SOBRE A LIBERAÇÃO PARA QUE MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E PROFISSIONAIS LIBERAIS FUNCIONEM NA RESIDENCIA DE SEUS TITULARES, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	.	.	.
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	.	.	.
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	.	.	.
		Ver. JAIR TATTO (PT)	.	.	.
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	.	.	.
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	.	.	.
		Ver. OTA (PROS)	.	.	.
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	.	.	.
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	.	.	.
Relator: Ver. ABOU ANNI (PV)					
Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA					

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão. Adiado por 1 (uma) sessão em 17/06/2015.

**ASSUNTO:** dispõe sobre a liberação para que microempresas, empresas de pequeno porte e profissionais liberais funcionem na residência de seus titulares, desde que: i) não estejam situadas em áreas ou zonas de preservação ambiental; ii) não estejam situadas no entorno de bens tombados ou em áreas de preservação permanente; iii) não ocupem faixas ou áreas "non aedificandi"; iv) não ocupem partes comuns ou unidades de edificações multi-familiares de uso exclusivamente residencial, sem a autorização, com unanimidade, do condomínio; v) não estejam situadas em áreas ou zonas estritamente de uso residencial. O art. 4º determina que não será concedida liberação nos termos desta lei para o estabelecimento e funcionamento das seguintes atividades: i) estabelecimento de ensino; ii) clínicas médicas ou veterinárias com intervenções; iii) comércio de produtos químicos ou combustíveis; iv) bancos de sangue ou laboratórios de análises clínicas; v) comércio de armas e munições; vi) casas de diversões; vii) comércio de fogos e artifícios.

Segundo o art. 6º, os imóveis ocupados pelas microempresas e empresas de pequeno porte serão considerados de destinação residencial, para efeito de lançamento e cobrança do IPTU.

**Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa:** pela legalidade com apresentação de substitutivo "visando adequar a propositura à melhor técnica de elaboração legislativa". (fl. 09).

**Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente:** foram realizadas duas audiências públicas às folhas 17-26 (com menção ao PL às folhas 18-26) e 55-77 (com menção do PL às folhas 56-59).

Foram feitos quesitos ao Executivo (fl. 27) com resposta do Executivo às folhas 31-53:

- "A medida proposta, no contexto da Legislação de Uso e Ocupação do Solo em vigor, nada mais é do que permitir o uso misto entre a categoria de uso residencial com outras categorias não residenciais. Em se tratando da matéria a Lei nº 9.483, de 22 de junho de 1982, já prevê a possibilidade de implantação do uso misto, em qualquer zona de uso e envolvendo quaisquer categorias de uso, desde que todas sejam uso conforme na zona de uso em que se pretenda instalar. Além disso, a implantação do uso misto está sujeito ao atendimento das demais regras estabelecidas como as relativas aos acessos às atividades, que devem ser independentes, às necessidades de vagas de estacionamento de veículos, à largura de vias e outras. (...) **Portanto, além do fato de já existir regulamentação sobre o tema, a legislação em vigor é muito mais abrangente do que aquilo que está sendo proposto no projeto.** Dessa forma, opinamos pelo veto do Projeto de Lei nº 391/99 na sua totalidade". (fl. 32).

- “Sobre esse assunto, compartilhamos com o entendimento da SEMPLA, consubstanciado às fls. 10, de que a matéria já está disciplinada, de forma mais detalhada e abrangente na Legislação de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, na parte onde são referidas as possibilidades e condições de implantação de uso misto quando uma das categorias for a residencial. Em razão disso, entendemos que a sanção desse PL pelo Executivo irá contribuir para aumentar, desnecessariamente, a complexidade da legislação em vigor, podendo assim suscitar muitas questões problemáticas tanto no que se refere à sua aplicação, como no que diz respeito ao seu atendimento e fiscalização, além de onerar ainda mais o Corpo Fiscalizatório Municipal que, a nosso juízo, já se encontra sobrecarregado em razão da extensa pauta de atribuições que lhes são conferidas por uma ampla e variada gama de normas legais. Pelo exposto, manifestamo-nos pelo veto. (fl. 38).

**A Comissão exarou parecer contrário:**

- “(...) não seria possível, como se pretende alguns incisos do artigo 1º do projeto, restringir a instalação de certas atividades em determinadas zonas de uso, pelo fato de serem microempresas ou empresas de pequeno porte, ou mesmo não permitir o uso de bens tombados, desde que sejam respeitadas as normas pertinentes. Da mesma forma, as restrições às ocupações de faixas “non aedificandi” e de área de preservação permanente encontram-se devidamente previstas em legislação.” (fl.85).

- “Além disso, embora o projeto de lei considere microempresas e empresas de pequeno porte aquelas que possuam até dois empregados, a definição destas duas categorias de empresa encontra-se estabelecida na Lei Federal Complementar nº 123/2006 que, entre outros aspectos, instituiu o Estatuto nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, e baseia-se unicamente no critério de ‘receita bruta anual’”. (fl. 85).

**Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia:** favorável nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fl. 87 e 88).

**Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:**

Em avaliação preliminar, o projeto geraria despesas de fiscalização, sem haver demonstração nos autos do valor dessas despesas e da existência de previsão orçamentária.

Ressalte-se que as exigências estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal referentes a demonstrativos que mostrem tais dados (especificamente art. 16 [que exige estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes, acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas] e art. 17 [que determina comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais, contendo as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, sem prejuízo do exame de compatibilidade da despesa com as demais normas do plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias]) situam-se no contexto da gestão orçamentária e financeira, e a análise sob o ponto de vista do impacto presente e futuro nas despesas insere-se na competência desta Comissão, conforme estabelece o art. 47, II, “e”, do Regimento Interno:

**Regimento Interno**

“Art. 47 É da competência específica:

....

II - Da Comissão de Finanças e Orçamento:

....

e) opinar sobre proposições referentes a matéria tributária, abertura de créditos, empréstimos públicos, dívida pública e outras que, direta ou indiretamente, alterem a despesa ou a receita do Município e acarretem responsabilidades para o erário municipal;”

Não consta(m) dos autos do processo a(s) estimativa/demonstração/medidas de compensação/premissas e metodologia de cálculo/comprovação exigida(s) pelos artigos 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/2000).

Elaboração: Alexandre Henrique Cardoso - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Bruno Nunes Medeiro - Consultor Técnico Legislativo - Economia

**PARECER Nº**  
**PROJETO DE LEI Nº 391/1999**

**DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O**

**Comissão de Finanças e Orçamento**  
**Resumo dos Projetos na Pauta da 16ª Reunião Ordinária de 2015**

Data da Reunião: 24/06/2015 - Horário: 11:00 horas  
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Wadih Mutran, visa a liberação para que microempresas, empresas de pequeno porte e profissionais liberais funcionem na residência de seus titulares, desde que: i) não estejam situadas em áreas ou zonas de preservação ambiental; ii) não estejam situadas no entorno de bens tombados ou em áreas de preservação permanente; iii) não ocupem faixas ou áreas "non aedificandi"; iv) não ocupem partes comuns ou unidades de edificações multi-familiares de uso exclusivamente residencial, sem a autorização, com unanimidade, do condomínio; v) não estejam situadas em áreas ou zonas estritamente de uso residencial.

O art 4º determina que não será concedida liberação nos termos desta lei para o estabelecimento e funcionamento das seguintes atividades: i) estabelecimento de ensino; ii) clínicas médicas ou veterinárias com intervenções; iii) comércio de produtos químicos ou combustíveis; iv) bancos de sangue ou laboratórios de análises clínicas; v) comércio de armas e munições; vi) casas de diversões; vii) comércio de fogos e artifícios.

Segundo o art. 6º, os imóveis ocupados pelas microempresas e empresas de pequeno porte serão considerados de destinação residencial, para efeito de lançamento e cobrança do IPTU.

A Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa exarou parecer pela legalidade com apresentação de substitutivo "visando adequar a propositura à melhor técnica de elaboração legislativa".

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer, nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

2) PL 431/2002	Ver. CALVO (PMDB)	Votação			
"DISPÕE SOBRE A FORMAÇÃO DE EQUIPE VOLANTE ESPECIAL DE SAÚDE PÚBLICA, A FIM DE INSPECIONAR AS CONDIÇÕES DE HIGIENE E SALUBRIDADE EM LOCAIS DE PERMANÊNCIA OU AGLUTINAÇÃO DE PESSOAS EM ESPAÇOS PÚBLICOS."			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PROS)	-	-	-
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-
Relator: Ver. ADILSON AMADEU (PTB)					
Parecer: FAVORAVEL					

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

**ASSUNTO:** dispõe sobre a formação de Equipe Volante Especial de Saúde Pública, que será composta por técnicos profissionais capacitados na área de saúde — especificamente em medicina sanitária — e lotados na Secretaria Municipal de Saúde, e coordenada por médico infectologista atuante na rede municipal, a fim de inspecionar, fiscalizar e detectar, em locais de permanência ou aglutinação de pessoas em espaços públicos, a incidência de epidemias e contaminações. Ainda de acordo com a propositura, a referida inspeção deverá gerar relatório a ser encaminhado à própria Secretaria Municipal de Saúde.

**Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa:** pela legalidade (fl.05).

**Comissão de Administração Pública:** solicitou informações ao Executivo (fls. 06), com resposta às fls. 08 a 19.

Secretaria Municipal de Saúde – Gerência de Vigilância em Saúde – fls. 18: “Somos pelo veto ao PL 0431/2002, ...uma vez que nossa organização já contempla o pretendido, e o texto do PL não se coaduna com o modo como estão organizadas as ações de Vigilância em Saúde nas UVIS/Subprefeituras, que contam com equipes permanentes e fixas, conforme é regra no Sistema Único de Saúde”.

Essa Comissão exarou parecer **contrário**, por considerar que o projeto de lei não atende de forma plena aos princípios do Sistema Único de Saúde (fl. 20).

**Comissão de Saúde, Promoção Social e Trabalho:** parecer **contrário**, por considerar que a organização da Secretaria Municipal de Saúde já contempla as disposições da propositura e que esta “não se coaduna com o modo como estão organizadas as ações de Vigilância em Saúde (...) conforme é regra no Sistema Único de Saúde” (fl.21). Há voto favorável em separado (fl.22).

**Comissão de Finanças e Orçamento:** foram solicitadas informações ao Executivo (fl.29), visto que a manifestação anterior do Executivo, ocorrida em 2002, poderia estar desatualizada, com resposta às folhas 31/38.

O Executivo manifestou-se novamente pelo veto ao Projeto (fls.35): “as atividades propostas no referido projeto de lei já estão sendo desenvolvidas pela Coordenação de Vigilância em Saúde - COVISA, conforme Portaria SMS-G 915 editada em 13/06/2008”. “...O Município de São Paulo já possui estrutura organizacional para as atividades ora propostas.”

**Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:**

A presente propositura, se aprovada, irá gerar despesas de caráter continuado, relativas à constituição e operação da equipe criada pelo projeto.

Consta dos autos do processo a(s) estimativa/demonstração/medidas de compensação/premissas e metodologia de cálculo/comprovação exigida(s) pelos seguintes dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal (**sim ou não**):

Art. 16 - A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I - **estimativa** do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

☐ **sim** ☒ **não**

Art. 16 - ...

....

§ 2º - A estimativa de que trata o inciso I do *caput* será acompanhada das **premissas e metodologia de cálculo** utilizadas.

☐ **sim** ☒ **não**

Art. 17 - Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

§ 1º - Os atos que criarem ou aumentarem despesa de que trata o *caput* deverão ser instruídos com a **estimativa** prevista no inciso I do art. 16 e demonstrar a origem dos recursos para seu custeio.

§ 2º - Para efeito do atendimento do § 1º, o ato será acompanhado de **comprovação** de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo referido no § 1º do art. 4º, devendo seus efeitos financeiros, nos períodos seguintes, ser compensados pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa.

Art. 4º ...

.....

§ 1º Integrará o projeto de lei de diretrizes orçamentárias Anexo de Metas Fiscais, em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.

§ 3º - Para efeito do § 2º, considera-se aumento permanente de receita o proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

**Comissão de Finanças e Orçamento**  
**Resumo dos Projetos na Pauta da 16ª Reunião Ordinária de 2015**

Data da Reunião: 24/06/2015 - Horário: 11:00 horas  
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

§ 4º - A **comprovação** referida no § 2º, apresentada pelo proponente, conterà as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, sem prejuízo do exame de compatibilidade da despesa com as demais normas do plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias.

☐ **sim** ☒ **não**

Elaboração: Adriano Nunes Borges - Consultor Técnico Legislativo - Economista

Revisão: Thiago de Carvalho Alves - Consultor Técnico Legislativo - Economista

**PARECER Nº** **DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O**  
**PROJETO DE LEI Nº 431/2002**

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Rubens Calvo, visa dispor sobre a formação de Equipe Volante Especial de Saúde Pública, que será composta por técnicos profissionais capacitados na área de saúde — especificamente em medicina sanitária — e lotados na Secretaria Municipal de Saúde, e coordenada por médico infectologista atuante na rede municipal, a fim de inspecionar, fiscalizar e detectar, em locais de permanência ou aglutinação de pessoas em espaços públicos, a incidência de epidemias e contaminações.

Ainda de acordo com a propositura, a referida inspeção deverá gerar relatório com o registro das informações a ser encaminhado à própria Secretaria Municipal de Saúde. Em caso de desaprovação, o relatório será enviado para as providências cabíveis e, em caso de aprovação, para expedição de certificados.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

3) PL 655/2009	Ver. CHICO MACENA (PT); Ver. NABIL BONDUKI (PT)	Votação			
ALTERA A LEI 14.266, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2007, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (SOBRE O SISTEMA CICLOVIÁRIO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO.)			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	.	.	.
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	.	.	.
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	.	.	.
		Ver. JAIR TATTO (PT)	.	.	.
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	.	.	.
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	.	.	.
		Ver. OTA (PROS)	.	.	.
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	.	.	.
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	.	.	.
Relator: Ver. PAULO FIORILO (PT)					
Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COM. POLÍTICA URBANA					

Obs: Vistas ao Ver. Ricardo Nunes em 06/08/2014. Prazo de vistas vencido na Comissão. Adiado por 2 (duas) sessões em 02/06/2015 a pedido do Ver. Aurélio Nomura. Adiado por 1 (uma) sessão em 17/06/2015.

**ASSUNTO:** visa alterar a Lei 14.266, de 6 de fevereiro de 2007, que dispõe sobre a criação do Sistema Ciclovitário no Município de São Paulo. Entre as disposições da propositura, os terminais intermunicipais de ônibus, estações de trens, estações do metrô, órgãos públicos, centros de lazer, centros comerciais e de serviços, shopping centers, condomínios comerciais e residenciais, hospitais, cursos, escolas públicas ou privadas, os centros educacionais, faculdades públicas ou privadas ou qualquer outra instituição de ensino, fábricas, supermercados, agências bancárias, academias, instalações desportivas, praças,

**Comissão de Finanças e Orçamento**  
**Resumo dos Projetos na Pauta da 16ª Reunião Ordinária de 2015**

Data da Reunião: 24/06/2015 - Horário: 11:00 horas  
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

museus, teatros, cinemas, casas de cultura, centro culturais, casas de shows, estacionamento públicos ou privados, calçadões, centro de convenções e centro de eventos deverão possuir espaços seguros para estacionamento de bicicletas, com paraciclos ou bicicletário, como parte de infraestrutura de apoio a este modal de transporte. Atualmente, a Lei 14.226 abrange: os terminais e estações do Sistema Integrado de Transporte de Passageiro, edificações públicas, condomínios, indústrias, parques, centro de compras.

A propositura dispõe também que os locais de estacionamento públicos e privados devem reservar espaço para estacionamento de bicicletas, na proporção de uma vaga de bicicleta para cada 10 vagas de automóveis. Nos estacionamentos pagos, o valor cobrado pelo estacionamento de bicicleta não poderá ser superior a 33% do correspondente ao cobrado pelo estacionamento de automóvel. Os estabelecimentos mencionados deverão adequar-se as disposições desta lei no prazo de 360 dias. A inobservância pelos estabelecimentos privados das disposições desta lei, sujeitará o infrator as seguintes penalidades: advertência, multa de R\$ 1.000,00, dobrada na reincidência e cassação do alvará de funcionamento.

**Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa:** parecer pela **constitucionalidade** e pela **legalidade**, na forma de **substitutivo** proposto para adequar o projeto à melhor técnica de elaboração legislativa (fls. 27 a 35).

**Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente:** foram realizadas duas audiências públicas, a primeira em 21/09/2011 (fls 37 a 54) contando com a manifestação de diversas entidades, e a segunda em 20/06/2012 (fls. 56) na qual foi apresentado o texto da propositura. Essa Comissão exarou parecer **favorável**, apresentando, porém, **substitutivo ao substitutivo aprovado pela CCJLP**, acolhendo sugestões do próprio autor levando em conta as manifestações em audiência pública (fls 58 a 66). Entre as alterações apresentadas no substitutivo, destacam-se: os locais de estacionamento públicos e privados devem reservar **3%** de sua área para estacionamento de bicicletas; nos estacionamentos pagos, o valor cobrado pelo estacionamento de bicicleta não poderá ser superior a **10%** do correspondente ao cobrado pelo estacionamento de automóvel; a inobservância pelos estabelecimentos privados das disposições desta lei sujeitará o infrator as seguintes penalidades: advertência, multa de **R\$ 5.000,00**, dobrada na reincidência, e cassação do alvará de funcionamento.

**Comissão de Administração Pública:** parecer **favorável** nos termos do **substitutivo** aprovado pela Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente (fls. 71 a 72)

**Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia:** parecer **favorável** nos termos do **substitutivo** aprovado pela Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente (fls. 74 a 76)

**Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:**

O projeto geraria despesas obrigatórias de caráter continuado, sem haver demonstração nos autos do valor dessas despesas e da existência de previsão orçamentária.

Ressalte-se que as exigências estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal referentes a demonstrativos que mostrem tais dados (especificamente art. 16 [que exige estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes, acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas] e art. 17 [que determina comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais, contendo as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, sem prejuízo do exame de compatibilidade da despesa com as demais normas do plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias]) situam-se no contexto da gestão orçamentária e financeira, e a análise sob o ponto de vista do impacto presente e futuro nas despesas insere-se na competência desta Comissão, conforme estabelece o art. 47, II, "e", do Regimento Interno:

**Regimento Interno**

"Art. 47 É da competência específica:

....

II - Da Comissão de Finanças e Orçamento:

....

e) opinar sobre proposições referentes a matéria tributária, abertura de créditos, empréstimos públicos,

dívida pública e outras que, direta ou indiretamente, alterem a despesa ou a receita do Município e acarretem responsabilidades para o erário municipal;"

Não consta dos autos do processo a(s) estimativa/demonstração/medidas de compensação/premissas e metodologia de cálculo/comprovação exigida(s) pelos artigos 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/2000).

Elaboração: Rodrigo Mantovani Policano / Thiago de Carvalho Alves - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo - Economia

**PARECER Nº**  
**PROJETO DE LEI Nº 655/2009**

**DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O**

O presente projeto de lei, de autoria dos nobres Vereadores Chico Macena e Nabil Bonduki, visa alterar a Lei nº 14.266, de 6 de fevereiro de 2007, que dispõe sobre a criação do Sistema Ciclovitário no Município de São Paulo.

A propositura estabelece, dentre outras disposições, que os terminais intermunicipais de ônibus, estações de trens, estações do metrô, órgãos públicos, centros de lazer, centros comerciais e de serviços, shopping centers, condomínios comerciais e residenciais, hospitais, cursos, escolas públicas ou privadas, os centros educacionais, faculdades públicas ou privadas ou qualquer outra instituição de ensino, fábricas, supermercados, agências bancárias, academias, instalações desportivas, praças, museus, teatros, cinemas, casas de cultura, centros culturais, casas de shows, estacionamentos públicos ou privados, calçadões, centro de convenções e centro de eventos deverão possuir espaços seguros para estacionamento de bicicletas, com paraciclos ou bicicletário, como parte de infraestrutura de apoio a este modal de transporte. Atualmente, a Lei 14.226 abrange os terminais e estações do Sistema Integrado de Transporte de Passageiros, edificações públicas, condomínios, indústrias, parques e centro de compras.

O projeto dispõe também que os locais de estacionamento públicos e privados devem reservar espaço para estacionamento de bicicletas, e, nos estacionamentos pagos, o valor cobrado pelo estacionamento de bicicleta não poderá ser superior a um percentual do correspondente ao cobrado pelo estacionamento de automóvel.

Ainda de acordo com a propositura, os estabelecimentos mencionados deverão adequar-se às suas disposições no prazo de 360 dias, e a inobservância de suas disposições pelos estabelecimentos privados sujeitará o infrator às seguintes penalidades: advertência, multa (dobrada na reincidência), e cassação do alvará de funcionamento.

A douta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa apresentou substitutivo em seu parecer, onde adapta o projeto a melhor técnica de elaboração legislativa.

A douta Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente realizou duas audiências públicas, apresentando em seu parecer substitutivo ao substitutivo aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, acolhendo sugestões de um dos autores, levando em conta as manifestações em audiência pública.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável ao substitutivo da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, portanto, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

**Comissão de Finanças e Orçamento**  
**Resumo dos Projetos na Pauta da 16ª Reunião Ordinária de 2015**

Data da Reunião: 24/06/2015 - Horário: 11:00 horas  
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

4) PL 65/2010	Ver. GILSON BARRETO (PSDB); Ver. EDUARDO TUMA (PSDB); Ver. MÁRIO COVAS NETO (PSDB); Ver. AURELIO NOMURA (PSDB); Ver. FLORIANO PESARO (PSDB); Ver. MARA GABRILLI (PSDB); Ver. CLAUDINHO DE SOUZA (PSDB); Ver. CALVO (PMDB); Ver. MARTA COSTA (PSD)	Votação			
ALTERA A REDAÇÃO DO INCISO III DO ARTIGO 2º DA LEI 11.614, DE 13 DE JULHO DE 1994, AMPLIANDO A FAIXA DE ISENÇÃO DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO, COMO ESTABELECE. (AMPLIA DE TRÊS PARA QUATRO SALÁRIOS MÍNIMOS A RENDA MENSAL DE APOSENTADOS E PENSIONISTAS PASSÍVEIS DE ISENÇÃO DE IPTU)			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PROS)	-	-	-
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-		
Relator: Ver. RICARDO NUNES (PMDB)					
Parecer: CONTRARIO Há voto em separado do Ver. Aurélio Nomura: FAVORÁVEL COM SUBSTITUTIVO.					
Obs: Vistas ao Ver. Alfredinho em 06/08/2014. Prazo de vistas vencido na Comissão. Adiado por 2 (duas) sessões em 06/05/2015 a pedido dos Vereadores Jair Tatto e Ota. Adiado por 1 (uma) sessão em 20/05/2015 a pedido do Ver. Milton Leite. Adiado por 2 (duas) sessões em 02/06/2015 a pedido do Ver. Paulo Fiorilo. Adiado por 1 (uma) sessão em 17/06/2015.					
<b>ASSUNTO:</b> altera a redação do inciso III do art. 2º da Lei nº 11.614, de 13 de julho de 1994 — que concede isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano e taxas que especifica incidentes sobre imóvel integrante do patrimônio de aposentados, pensionistas e beneficiários de renda mensal vitalícia —, ampliando a faixa de isenção do referido imposto. O projeto em tela visa alterar essa legislação que concede isenção de IPTU aos aposentados, pensionistas e beneficiários de renda mensal vitalícia, aumentando a faixa de isenção dessa população alvo mediante incremento do limite de rendimento mensal de 3 (três) para 4 (quatro) salários mínimos. Na sua justificativa, os nobres Autores ressaltam que “em função do desenvolvimento da economia brasileira, do reajuste natural dos preços no tempo, e da queda do poder real de compra de aposentados e pensionistas, que em muito se dá em função de descompasso entre o reajuste de seus benefícios e o reajuste real dos preços, passados 15 (quinze) anos da instituição daquele parâmetro, torna-se diligente e razoável incrementar o mesmo de 3 (três) para 4 (quatro) salários mínimos”.					
<b>Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa:</b> solicitaram quesitos ao Executivo (fls.25/26), com resposta a fls.28/37, concluindo pela “inviabilidade da propositura, pois seu objetivo já se encontra atendido pela legislação tributária, restando impossibilitada a análise do respectivo impacto financeiro” (fl.28). <b>Manifestação da Secretaria Municipal de Finanças:</b> “(...) A justificativa presente no citado PL funda-se na questão da pretensa queda do poder real de compra dos aposentados e pensionistas em função do descompasso entre o reajuste de seus benefícios e o reajuste real dos preços.					

Ocorre que a faixa de isenção atualmente prevista foi referenciada não em unidades monetárias nominais (Reais), mas em “salários mínimos”, justamente para se evitar o efeito inflacionário sobre as faixas de renda estipuladas. De fato, desde 1994 o valor do salário mínimo vem sendo reajustado anualmente em patamar superior ao da inflação, conforme pode ser verificado no quadro de fl. 15. Assim, é forçoso concluir que o objetivo já se encontra instituído na legislação atual. No que tange ao questionamento da eventual renúncia fiscal, insta ressaltar que a Administração Tributária não dispõe em seus cadastros das informações referentes à quantidade de imóveis de propriedade de aposentados, pensionistas ou beneficiários do INSS que recebam entre 3 (três) e 4 (quatro) salários mínimos. Dessa forma, exsurge inviabilizada a tentativa de se estimar a renúncia fiscal com o escopo de se atender a exigência contida no art. 14 da L.C. nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal). (...) a necessidade de compensação da extensão do benefício com o aumento objetivo de carga tributária, a fim de se cumprir o disposto no inciso II do artigo supracitado, acabará por onerar os orçamentos dos demais municípios. Da mesma forma, se por alternativa reduzirem-se as despesas com os serviços públicos prestados pela municipalidade, em decorrência da renúncia fiscal, tal medida afetará principalmente a parcela da população mais necessitada de tais benefícios. (...) apesar do nobre ideal contido no Projeto de Lei sob exame, acreditamos que a Proposta de Lei Municipal deva ser rejeitada eis que seu objetivo já se encontra atendido pela legislação hodierna, pela impossibilidade de ser realizada estimativa quanto ao seu impacto, e pela gravidade das medidas compensatórias decorrentes da renúncia fiscal” (fl.35). A Comissão exarou parecer pela **constitucionalidade e legalidade** (fls.43/44).

**Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente:** favorável (fls.49/50).

**Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher:** favorável (fl.51)

**Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:**

O projeto implicará ao Executivo aumento de renúncia de receita fiscal, em virtude da isenção do pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano, o que vai de encontro ao que preconiza o Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal. Ressalte-se que a Lei 11.614/94 foi alterada pela Lei Nº 15.889, de 5 de novembro de 2013, conforme quadro acima. A Lei 15.889 concede isenção parcial de 50% aos que recebem entre 3 e 4 salários (aposentados, pensionistas e beneficiários de renda vitalícia) e cujo valor do imóvel não seja superior a R\$ 1 milhão.

Para manter o objetivo do PL 65/2010, de dar isenção total para os mencionados acima que recebem até 4 salários mínimos, será necessário:

- alterar o inciso I do art. 1º, de “I – 100% (cem por cento), quando o valor bruto recebido pelo interessado for de até 3 (três) salários mínimos;” para “I – 100% (cem por cento), quando o valor bruto recebido pelo interessado for de até 4 (quatro) salários mínimos;”;

- revogar o inciso II.

Ressalte-se que a sugestão acima mantém o limite de R\$ 1 milhão do valor do imóvel.

Constam dos autos do processo as estimativas/demonstrações/medidas de compensação/premissas e metodologia de cálculo/comprovação exigidas pelos seguintes dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal (**sim ou não**):

Art. 14 - A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de **estimativa** do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:

☐ **sim**                      ☒ **não**

I - **demonstração** pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;

II - estar acompanhada de **medidas de compensação**, no período mencionado no *caput*, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

☐ **sim**                      ☒ **não**

Elaboração: Regina Eiko Kimachi - Consultor Técnico Legislativo - Economia  
Revisão: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo - Economia

**PARECER Nº**  
**PROJETO DE LEI Nº 65/2010**

**DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O**

O presente projeto de lei, de autoria dos nobres Vereadores Mara Gabrilli, Marta Costa, Floriano Pesaro, Aurélio Nomura, Calvo, Gilson Barreto, Claudinho de Souza, Mário Covas Neto e Eduardo Tuma, visa alterar a redação do inciso III do art. 2º da Lei nº 11.614, de 13 de julho de 1994 — que concede isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano e taxas que especifica incidentes sobre imóvel integrante do patrimônio de aposentados, pensionistas e beneficiários de renda mensal vitalícia —, ampliando a faixa de isenção do referido imposto.

A propositura objetiva alterar essa legislação que concede isenção de IPTU aos aposentados, pensionistas e beneficiários de renda mensal vitalícia, aumentando a faixa de isenção dessa população alvo mediante incremento do limite de rendimento mensal de 3 (três) para 4 (quatro) salários mínimos. Na sua justificativa, os nobres Autores ressaltam que “em função do desenvolvimento da economia brasileira, do reajuste natural dos preços no tempo, e da queda do poder real de compra de aposentados e pensionistas, que em muito se dá em função de descompasso entre o reajuste de seus benefícios e o reajuste real dos preços, passados 15 (quinze) anos da instituição daquele parâmetro, torna-se diligente e razoável incrementar o mesmo de 3 (três) para 4 (quatro) salários mínimos”.

Ocorre que a Lei 11.614/94, foi alterada pela Lei 15.889, de 5 de novembro de 2013, que passou a conceder isenção parcial de 50% aos aposentados, pensionistas e beneficiários de renda vitalícia, definidos no artigo 1º da Lei nº 13.776, de 10/02/2004 que recebem entre 3 e 4 salários e cujo valor do imóvel não seja superior a R\$ 1 milhão.

Em resposta a quesitos da douta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, o Executivo pondera que “a faixa de isenção atualmente prevista foi referenciada não em unidades monetárias nominais (Reais), mas em “salários mínimos”, justamente para se evitar o efeito inflacionário sobre as faixas de renda estipuladas. De fato, desde 1994 o valor do salário mínimo vem sendo reajustado anualmente em patamar superior ao da inflação, (...) Assim, é forçoso concluir que o objetivo já se encontra instituído na legislação atual. No que tange ao questionamento da eventual renúncia fiscal, insta ressaltar que a Administração Tributária não dispõe em seus cadastros das informações referentes à quantidade de imóveis de propriedade de aposentados, pensionistas ou beneficiários do INSS que recebam entre 3 (três) e 4 (quatro) salários mínimos. Dessa forma, exsurge inviabilizada a tentativa de se estimar a renúncia fiscal com o escopo de se atender a exigência contida no art. 14 da L.C. nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal). (...) a necessidade de compensação da extensão do benefício com o aumento objetivo de carga tributária, a fim de se cumprir o disposto no inciso II do artigo supracitado, acabará por onerar os orçamentos dos demais municípios. Da mesma forma, se por alternativa reduzirem-se as despesas com os serviços públicos prestados pela municipalidade, em decorrência da renúncia fiscal, tal medida afetará principalmente a parcela da população mais necessitada de tais benefícios”.

Quanto aos aspectos atinentes a esta Comissão, apesar das elevadas intenções dos nobres Autores, consideramos que a matéria não deve prosperar. Com efeito, apesar de a Prefeitura Municipal não dispor de cadastro que relacione a renda dos contribuintes do IPTU, fica claro que a entrada em vigor do projeto implicaria aumento da renúncia fiscal já prevista na Lei 15.889/2013. Essa redução da receita desse imposto fundamental para as finanças municipais efetivamente significaria menos recursos para atendimento das inúmeras demandas sociais, e consideramos que o benefício conforme estabelece a referida Lei 15.889/2013 já vem ao encontro da justiça fiscal.

Destarte, **contrário** ao projeto é o parecer.

**Comissão de Finanças e Orçamento**  
**Resumo dos Projetos na Pauta da 16ª Reunião Ordinária de 2015**

Data da Reunião: 24/06/2015 - Horário: 11:00 horas  
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

5) PL 231/2010	Ver. ANTONIO CARLOS RODRIGUES (PR)	Votação			
ACRESCENTA O SUBITEM 16.2.2.1 AO ITEM 16.2.2 DA SEÇÃO 16.2 DO CAPÍTULO 16 DO ANEXO I DA LEI 11.228, DE 25/06/1992, O CÓDIGO DE OBRAS E EDIFICAÇÕES, DE MODO A ESTABELECEER A OBRIGATORIEDADE DE PORTAS ESPECIAIS NAS ESCOLAS DE ED. INFANTIL, CRECHES, ESCOLAS MATERNAIS, PRÉ-ESCOLAS E SIMILARES LOCALIZADAS NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	.	.	.
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	.	.	.
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	.	.	.
		Ver. JAIR TATTO (PT)	.	.	.
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	.	.	.
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	.	.	.
		Ver. OTA (PROS)	.	.	.
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	.	.	.
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	.	.	.
Relator: Ver. ADILSON AMADEU (PTB)					
Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO					

Obs: Vistas ao Ver. Paulo Fiorilo em 08/10/2014. Prazo de vistas vencido na Comissão.

**ASSUNTO:** Acrescenta o subitem 16.2.2.1 ao item 16.2.2 da seção 16.2 do capítulo 16 do Anexo I da Lei nº 11.228, de 25 de junho de 1992, Código de Obras e Edificações, de modo a estabelecer a obrigatoriedade de portas especiais nas escolas de educação infantil, creches, escolas maternas, pré-escolas e similares localizadas no Município de São Paulo.

Pela propositura, as escolas de educação infantil, creches, escolas maternas, pré-escolas e similares deverão ter todas as suas portas internas, exceto aquelas dos sanitários utilizados exclusivamente por adultos, dotadas de janelas de vidro, acrílico ou outro material transparente que permita a plena visualização de um ambiente a outro, sendo que, de modo alternativo, onde consideradas inadequadas as portas com janelas, poderão ser instaladas portas de correr. Os responsáveis pelas edificações já existentes, abrangidas pelo projeto, deverão se adaptar ao nela disposto no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias.

De acordo com a justificativa, a propositura objetiva aumentar a segurança das crianças, inclusive no aspecto de tentativa de abuso. Outra vantagem estaria em se evitar acidentes quando da abertura da porta. O mesmo efeito, mas sem a possibilidade de visualizar a criança do outro lado, seria obtido com a porta de correr que, quando abertas, dificilmente atingiria alguma criança brincando.

**Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa:** pela legalidade (fls. 11/12).

**Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente:** realizou audiências públicas (fls. 13/26 – menção do PL a fl. 15 – e fls. 27/36 – menção a fl. 33 – não houve oradores inscritos), exarando parecer favorável com substitutivo, com o intuito de aprimorar a redação, adequando o texto à terminologia técnica (fls. 38/39).

**Comissão de Educação, Cultura e Esportes:** solicitou informações ao Executivo (fl. 40), com resposta a fls. 44/59:

- "... reiteramos nosso posicionamento no sentido de que a propositura em tela não é matéria a ser inserida no Código de Obras..." – CEUSO - Comissão de Edificações e Uso do SOLO/SEHAB (fl. 49);
- " esta Assessoria Técnica considera que o Projeto de Lei em tela não detém suporte suficiente para

**Comissão de Finanças e Orçamento**  
**Resumo dos Projetos na Pauta da 16ª Reunião Ordinária de 2015**

Data da Reunião: 24/06/2015 - Horário: 11:00 horas  
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

entendê-lo como condição imprescindível ao funcionamento das instituições de educação infantil, haja vista as diferentes oportunidades de regulamentação da questão sem que o tema tenha sido abordado... o Projeto... não cumpre sua funcionalidade, razão pela qual somos pelo seu veto” – Assistência Técnica SME (fl. 56);

Essa Comissão exarou parecer **favorável** “nos termos do substitutivo que se apresenta abaixo, construído a partir do substitutivo proposto pela Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, com o objetivo de fazer ajuste à nomenclatura que designa os estabelecimentos abrangidos por esta proposição, em acordo com a Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes da educação nacional, mais especificamente seus artigos 29 e 30” (fls. 60/61). O **substitutivo** altera a redação da seguinte forma: os novos estabelecimentos **poderão** ter suas portas conforme o pretendido, enquanto que as escolas já existentes **deverão** adaptar-se gradativamente, com ampliação do prazo de 120 dias para 2 anos. Há voto vencido contrário (fls. 62/63).

**Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher:** parecer favorável ao substitutivo da Comissão de Educação, Cultura e Esportes (fl. 64).

**Relator da Comissão de Finanças e Orçamento:** Quesitos ao Executivo (fl. 67), com resposta a fls.69/84, concluindo “no sentido da inviabilidade da proposta” (fl.69). **Manifestação da Secretaria Municipal de Educação: (fl. 80)** “(...) esclareço que à vista da manifestação da:- SEHAB, que por meio da Assessoria Técnica da Comissão de Edificações e Uso do Solo-CEUSO, reconhece a meritória intenção do autor do projeto, que visa garantir a segurança das crianças no ambiente pré-escolar, mas considera não ser matéria a ser inserida no Código de Obras e Edificações-COE, uma vez que este disciplina, no Município de São Paulo, os procedimentos administrativos e executivos, não determinando especificações relativas a materiais, acabamentos e/ou equipamentos a serem instalados nas edificações (fls. 13 a 15);

- SME/AT que informa que após a aprovação do novo Plano Nacional de Educação, a Secretaria Municipal de Educação deverá verificar as questões relativas à infraestrutura das instituições de educação infantil providenciando o seu cumprimento, uma vez que os demais atos normativos que regem a matéria permanecem inalterados (fls. 21 a 25),

esta Pasta corrobora com a manifestação de SEHAB/CEUSO de que o Projeto de Lei nº 231/10 não cumpre sua funcionalidade, inviabilizando a regulamentação em referência” (fl.80).

**Manifestação da Secretaria de Infraestrutura Urbana e Obras:** “(...) informo que não foi elaborado um projeto específico para atender a exigência do PL. nº 231/10, visto que todas as Comissões e Secretarias manifestaram um parecer contrário ao proposto no mencionado Projeto de Lei. O valor mencionado no orçamento em anexo refere-se ao preço unitário das portas já utilizadas em Creches Municipais, considerando também:

- Custo de remoção da existente
- Substituição de ferragens

Desta forma, para obter o valor total da operação, deve-se multiplicar o valor orçado pelo número de portas existentes nos equipamentos da Secretaria Municipal de Educação” (fl.81). Consta na fl.82 os valores por unidade, mencionados anteriormente, totalizando R\$ 568,99/porta.

**Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:**

Consta dos autos do processo a(s) estimativa/demonstração/medidas de compensação/premissas e metodologia de cálculo/comprovação exigida(s) pelos seguintes dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal (**sim ou não**):

Art. 16 - A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I - **estimativa** do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

☐ **sim**                      ☒ **não**

Art. 16 - ...

....

§ 2º - A estimativa de que trata o inciso I do *caput* será acompanhada das **premissas e metodologia de cálculo** utilizadas.

☐ sim

☒ não

Art. 17 - Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

§ 1º - Os atos que criarem ou aumentarem despesa de que trata o *caput* deverão ser instruídos com a **estimativa** prevista no inciso I do art. 16 e demonstrar a origem dos recursos para seu custeio.

§ 2º - Para efeito do atendimento do § 1º, o ato será acompanhado de **comprovação** de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo referido no § 1º do art. 4º, devendo seus efeitos financeiros, nos períodos seguintes, ser compensados pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa.

Art. 4º ...

.....

*§ 1º Integrará o projeto de lei de diretrizes orçamentárias Anexo de Metas Fiscais, em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.*

§ 3º - Para efeito do § 2º, considera-se aumento permanente de receita o proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§ 4º - A **comprovação** referida no § 2º, apresentada pelo proponente, conterá as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, sem prejuízo do exame de compatibilidade da despesa com as demais normas do plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias.

☐ sim

☒ não

Elaboração: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Thiago de Carvalho Alves - Consultor Técnico Legislativo - Economia

**PARECER Nº**  
**PROJETO DE LEI Nº 231/2010**

**DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O**

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Antonio Carlos Rodrigues, visa acrescentar o subitem 16.2.2.1 ao item 16.2.2 da seção 16.2 do capítulo 16 do Anexo I da Lei nº 11.228, de 25 de junho de 1992, Código de Obras e Edificações, de modo a estabelecer a obrigatoriedade de portas especiais nas escolas de educação infantil, creches, escolas maternas, pré-escolas e similares localizadas no Município de São Paulo.

Pela propositura, as escolas de educação infantil, creches, escolas maternas, pré-escolas e similares deverão ter todas as suas portas internas, exceto aquelas dos sanitários utilizados exclusivamente por adultos, dotadas de janelas de vidro, acrílico ou outro material transparente que permita a plena visualização de um ambiente a outro, sendo que, de modo alternativo, onde consideradas inadequadas as portas com janelas, poderão ser instaladas portas de correr. Os responsáveis pelas edificações já existentes, abrangidas pelo projeto, deverão se adaptar ao nela disposto no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias.

De acordo com a justificativa, a propositura objetiva aumentar a segurança das crianças, inclusive no aspecto de tentativa de abuso. Outra vantagem estaria em se evitar acidentes quando da abertura da porta. O mesmo efeito, mas sem a possibilidade de visualizar a criança do outro lado, seria obtido com a porta de correr que, quando abertas, dificilmente atingiria alguma criança brincando.

A douta Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente apresentou substitutivo com o intuito de aprimorar a redação, adequando o texto à terminologia técnica.

Por seu turno, a colenda Comissão de Educação, Cultura e Esportes também propôs alterações "nos termos do substitutivo que se apresenta abaixo, construído a partir do substitutivo proposto pela Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, com o objetivo de fazer ajuste à nomenclatura que

**Comissão de Finanças e Orçamento**  
**Resumo dos Projetos na Pauta da 16ª Reunião Ordinária de 2015**

Data da Reunião: 24/06/2015 - Horário: 11:00 horas  
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

designa os estabelecimentos abrangidos por esta proposição, em acordo com a Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes da educação nacional, mais especificamente seus artigos 29 e 30”.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor ao projeto, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável ao mencionado substitutivo da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, portanto, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

6) PL 135/2011	Ver. DALTON SILVANO (PV)	Votação			
DISPÕE DA OBRIGATORIEDADE DA PREFEITURA DA CIDADE DE SÃO PAULO, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, A INSTALAR BATERIAS DE EMERGÊNCIA (NO BREAKS) NOS SEMÁFOROS DA CIDADE.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	.	.	.
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	.	.	.
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	.	.	.
		Ver. JAIR TATTO (PT)	.	.	.
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	.	.	.
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	.	.	.
		Ver. OTA (PROS)	.	.	.
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	.	.	.
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	.	.	.
Relator: Ver. ABOU ANNI (PV)					
Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA					

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão. Adiado por 2 (duas) sessões em 02/06/2015 a pedido do Ver. Ricardo Nunes. Adiado por 1 (uma) sessão em 17/06/2015.

**ASSUNTO:** obriga a Prefeitura de São Paulo a instalar baterias de emergência em todos os semáforos das vias públicas da cidade.

**Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa:** pela legalidade e constitucionalidade, com substitutivo para adaptar a propositura a melhor técnica legislativa (fls. 17-19). Há voto vencido pela ilegalidade (fls. 20-21).

**Comissão de Administração Pública:** favorável ao substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fl. 25).

**Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia:** favorável ao substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fl. 26-27).

**Comissão de Finanças e Orçamento:**

Solicitadas informações ao Executivo (fls. 28), com resposta a fls. 30/38:

- "... a Diretoria de Sinalização vem se manifestar contrária a aprovação do referido projeto de Lei nos fundamentos enumerados abaixo:

1) A cidade de São Paulo possui mais de 55.000 (cinquenta e cinco mil) SEMÁFOROS, o que seria inadmissível a instalação em cada um deles como previsto no Projeto...

2) Não se pode determinar por Lei, que seja instalado equipamentos conhecidos como No-Break, em locais pré-determinados sem analisar tecnicamente a viabilidade e necessidade...

3) ... está em implantação 342 equipamentos tipo No-Break até o final do mês de Agosto do corrente ano [despacho com data de 29/07/2013]...

4) Está em fase de contratação empresas para efetuarem a recuperação do Sistema de Sinalização de Tráfego da cidade... com a implantação de mais 1.400 unidades de No-Breaks.." – Diretor de Sinalização e Suprimentos – Companhia de Engenharia de Tráfego (fls. 31).

**Comissão de Finanças e Orçamento**  
**Resumo dos Projetos na Pauta da 16ª Reunião Ordinária de 2015**

Data da Reunião: 24/06/2015 - Horário: 11:00 horas  
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

- “O valor estimado para aquisição de 01 (um) equipamento de nobreak é de R\$ 10.000,00 (dez mil reais)”  
– Diretor de Sinalização e Suporte à Fiscalização de Trânsito – CET (fls. 35).

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

A instalação de baterias de emergência — e a sua manutenção posterior — em todos os semáforos da cidade tem impacto orçamentário-financeiro. Com os dados da resposta do Executivo, o custo para aquisição de nobreaks para todos os 55 mil semáforos seria de R\$ 10.000,00 x 55.000 = R\$ 550.000.000,00 (quinhentos e cinquenta milhões de reais), sem considerar os que já tem instalado o equipamento e também não considerando sua instalação e manutenção.

Consta dos autos do processo a(s) estimativa/demonstração/medidas de compensação/premissas e metodologia de cálculo/comprovação exigida(s) pelos seguintes dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal (**sim ou não**):

Art. 16 - A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I - **estimativa** do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

☐ **sim** ☒ **não**

Art. 16 - ...

....

§ 2º - A estimativa de que trata o inciso I do *caput* será acompanhada das **premissas e metodologia de cálculo** utilizadas.

☐ **sim** ☒ **não**

Art. 17 - Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

§ 1º - Os atos que criarem ou aumentarem despesa de que trata o *caput* deverão ser instruídos com a **estimativa** prevista no inciso I do art. 16 e demonstrar a origem dos recursos para seu custeio.

§ 2º - Para efeito do atendimento do § 1º, o ato será acompanhado de **comprovação** de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo referido no § 1º do art. 4º, devendo seus efeitos financeiros, nos períodos seguintes, ser compensados pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa.

Art. 4º ...

.....

§ 1º Integrará o projeto de lei de diretrizes orçamentárias Anexo de Metas Fiscais, em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.

§ 3º - Para efeito do § 2º, considera-se aumento permanente de receita o proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§ 4º - A **comprovação** referida no § 2º, apresentada pelo proponente, conterà as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, sem prejuízo do exame de compatibilidade da despesa com as demais normas do plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias.

☐ **sim** ☒ **não**

Elaboração: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Regina Eiko Kimachi - Consultora Técnica Legislativa - Economia

**PARECER Nº**  
**PROJETO DE LEI Nº 135/2011**

**DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O**

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Dalton Silvano, visa obrigar a Prefeitura de São Paulo a instalar baterias de emergência em todos os semáforos das vias públicas da

**Comissão de Finanças e Orçamento**  
**Resumo dos Projetos na Pauta da 16ª Reunião Ordinária de 2015**

Data da Reunião: 24/06/2015 - Horário: 11:00 horas  
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

Cidade.

Em seu parecer, a douta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa apresentou substitutivo para adaptar a propositura à melhor técnica legislativa.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável ao substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, portanto, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

7) PL 297/2011	Ver. ANIBAL DE FREITAS FILHO (PSDB)	Votação			
DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE BÔNUS DESTINADO A "INSPEÇÃO VEICULAR AMBIENTAL", COMO INCENTIVO À REDUÇÃO DE ACIDENTES DE TRÂNSITO, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	.	.	.
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	.	.	.
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	.	.	.
		Ver. JAIR TATTO (PT)	.	.	.
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	.	.	.
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	.	.	.
		Ver. OTA (PROS)	.	.	.
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	.	.	.
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	.	.	.
Relator: Ver. ABOU ANNI (PV)					
Parecer: FAVORAVEL COM SUBSTITUTIVO					

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão. Adiado por 2 (duas) sessões em 02/06/2015 a pedido do Ver. Paulo Fiorilo. Adiado por 1 (uma) sessão em 17/06/2015.

**ASSUNTO:** institui o "bônus ambiental", a ser concedido à pessoa física ou jurídica proprietário(a) ou arrendatário(a) mercantil de veículo automotor registrado no DETRAN/SP, com a finalidade de reduzir acidentes de trânsito.

A propositura condiciona a referida concessão ao veículo automotor aprovado na inspeção veicular e que, no ano anterior, não tenha tido nenhuma autuação por infração de trânsito por excesso de velocidade e desrespeito ao semáforo. Determina o projeto, ademais, que o "bônus ambiental" corresponderá ao valor do preço público pago à empresa concessionária do serviço de inspeção veicular na Cidade de São Paulo, na data do agendamento de tal serviço, e que deverá ser pago ao proprietário(a) ou arrendatário(a) de veículo automotor, no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias por solicitação deste, bastando declarar, sob as penas da lei, a inexistência dessas infrações no período de janeiro a dezembro do ano anterior ao período anual da inspeção veicular obrigatória. Dentre outros dispositivos, determina ainda a propositura que a solicitação do pagamento do "bônus ambiental" será efetivada no site da Prefeitura do Município de São Paulo, onde o beneficiário indicará uma agência bancária e número da conta corrente na qual deverá ser efetuado o crédito do valor correspondente ao "bônus ambiental". Na sua justificativa, o nobre Autor ressalta que "Além de incentivar a obediência aos limites de velocidade, que resulta na redução de acidentes de trânsito e em consequentes reduções de altíssimos custos hospitalares de responsabilidade do sistema único de saúde-SUS, este projeto de lei tem o condão de evitar o sofrimento de milhares de famílias de São Paulo e do Brasil" (fls. 3).

**Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa:** pela legalidade (fls. 67/69).

**Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente:** realizou duas audiências públicas (09/05/2012 – fls. 70/82 [menção do PL a fl. 74] e 23/05/2012 – fls. 83/88 [menção a fl. 85]), entretanto não houve manifestação a respeito da propositura. A Comissão exarou parecer **favorável** (fls. 89/91), com apresentação de substitutivo visando "corrigir o número da lei mencionada no § 2º do art. 1º para 14.717, e não 14.714 como consta no projeto original" (fls. 89).

**Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia:** favorável ao substitutivo da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente (fls. 92/96).

**Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:**

O projeto geraria despesas obrigatórias de caráter continuado, sem haver demonstração nos autos do valor dessas despesas e da existência de previsão orçamentária.

Ressalte-se que as exigências estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal referentes a demonstrativos que mostrem tais dados (especificamente art. 16 [que exige estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes, acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas] e art. 17 [que determina comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais, contendo as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, sem prejuízo do exame de compatibilidade da despesa com as demais normas do plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias]) situam-se no contexto da gestão orçamentária e financeira, e a análise sob o ponto de vista do impacto presente e futuro nas despesas insere-se na competência desta Comissão, conforme estabelece o art. 47, II, “e”, do Regimento Interno:

#### **Regimento Interno**

“Art. 47 É da competência específica:

....

II - Da Comissão de Finanças e Orçamento:

....

e) opinar sobre proposições referentes a matéria tributária, abertura de créditos, empréstimos públicos, dívida pública e outras que, direta ou indiretamente, alterem a despesa ou a receita do Município e acarretem responsabilidades para o erário municipal;”

Não consta(m) dos autos do processo a(s) estimativa/demonstração/medidas de compensação/premissas e metodologia de cálculo/comprovação exigida(s) pelos artigos 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/2000).

Importa mencionar que a Lei 11.733/95, referida no § 2º do art. 1º, foi alterada também pela Lei 15.688/2013. Ademais, o art. 208 do Código de Trânsito Brasileiro considera como infração “Avançar o sinal vermelho do semáforo ou o de parada obrigatória”.

Elaboração: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Regina Eiko Kimachi - Consultora Técnica Legislativa – Economia

#### **PARECER Nº PROJETO DE LEI Nº 297/2011**

#### **DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O**

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Anibal de Freitas, visa instituir o “bônus ambiental”, a ser concedido à pessoa física ou jurídica proprietário(a) ou arrendatário(a) mercantil de veículo automotor registrado no DETRAN/SP, com a finalidade de reduzir acidentes de trânsito. Condiciona a referida concessão ao veículo automotor aprovado na inspeção veicular e que no ano anterior não tenha nenhuma autuação por infração de trânsito por excesso de velocidade e desrespeito ao semáforo. Determina que o “bônus ambiental” corresponderá ao valor do preço público pago à empresa concessionária do serviço de inspeção veicular na cidade de São Paulo, na data do agendamento de tal serviço, e que deverá ser pago ao proprietário(a) ou arrendatário(a) de veículo automotor, no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias por solicitação deste, bastando declarar, sob as penas da lei, a inexistência dessas infrações no período de janeiro a dezembro do ano anterior ao período anual da inspeção veicular obrigatória. Entre outros dispositivos, determina ainda a propositura que a solicitação do pagamento do “bônus ambiental” será efetivada no *site* da Prefeitura do Município de São Paulo, onde o beneficiário indicará uma agência bancária e nº da conta corrente na qual deverá ser efetuado o crédito do valor correspondente ao “bônus ambiental”. Na sua justificativa, o nobre Autor ressalta que “Além de incentivar a obediência aos limites de velocidade, que resulta na redução de acidentes de trânsito e em

consequentes reduções de altíssimos custos hospitalares de responsabilidade do sistema único de saúde-SUS, este projeto de lei tem o condão de evitar o sofrimento de milhares de famílias de São Paulo e do Brasil”.

A douta Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente apresentou substitutivo, visando adaptar o projeto à melhor técnica de elaboração legislativa, corrigindo “o número da lei mencionada no § 2º do art. 1º para 14.717, e não 14.714 como consta no projeto original”.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor, porquanto as despesas para sua execução correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer, nos termos do substitutivo da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente. Contudo, tendo em vista que a Lei nº 11.733, de 27 de março de 1995, que criou o Programa de Inspeção e Manutenção de Veículos em Uso, foi alterada pela Lei 15.688/2013, e também considerando que o art. 208 do Código de Trânsito Brasileiro considera como infração “avançar o sinal vermelho do semáforo ou o de parada obrigatória”, apresentamos o seguinte substitutivo:

**SUBSTITUTIVO Nº**

**AO PROJETO DE LEI Nº 297/2011**

Dispõe sobre a concessão de “bônus ambiental” como incentivo à redução de acidentes de trânsito, no âmbito do Município de São Paulo.

A Câmara Municipal de São Paulo DECRETA:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Município de São Paulo, o “bônus ambiental”, a ser concedido à pessoa física ou jurídica proprietária ou arrendatária mercantil de veículo automotor registrado no DETRAN/SP, com o objetivo de reduzir acidentes de trânsito.

§ 1º O bônus ambiental será concedido atendidas, simultaneamente, as seguintes condições:

I – aprovação do veículo automotor na inspeção veicular;

II – inexistência de autuação por infração de trânsito relativa a excesso de velocidade, avanço do sinal vermelho do semáforo ou de parada obrigatória no Município de São Paulo no período de janeiro a dezembro do ano anterior ao da inspeção veicular.

§ 2º O bônus ambiental referido neste artigo corresponderá ao valor do preço público pago à empresa concessionária do serviço referente ao Programa de Inspeção e Manutenção de Veículos em Uso, criado pela Lei nº 11.733, de 27 de março de 1995, alterada pelas Leis nº 12.157, de 9 de agosto de 1996, nº 14.717, de 17 de abril de 2008, e nº 15.688, de 11 de abril de 2013, na data do agendamento de tal serviço.

Art. 2º O bônus ambiental deverá ser pago ao proprietário ou arrendatário de veículo automotor, no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias por solicitação deste, bastando declarar, sob as penas da lei, a inexistência de infrações mencionadas no inciso II do § 1º do art. 1º desta lei no período de janeiro a dezembro do ano anterior ao da inspeção veicular obrigatória.

Art. 3º A Prefeitura do Município de São Paulo poderá obter a confirmação da CET ou do DETRAN/SP sobre o não cometimento de infração de que trata o § 1º do art. 1º desta lei para o período de concessão do bônus ambiental.

Art. 4º A solicitação do pagamento do bônus ambiental será efetivada no site da Prefeitura do Município de São Paulo, onde o beneficiário indicará uma agência bancária e nº da conta corrente na qual deverá ser efetuado o crédito do valor correspondente ao bônus ambiental.

Parágrafo único. A Prefeitura Municipal de São Paulo, nos moldes do que foi feito para a devolução do preço pago pela inspeção veicular, adotará os mecanismos necessários para o pagamento do bônus ambiental ora criado.

Art. 5º O pagamento do bônus ambiental ora instituído, de caráter educativo, que tem como fato gerador a inexistência de multas de trânsito conforme o inciso II do § 1º do art. 1º desta lei, independe de o veículo estar licenciado ou sujeito a quitação de quaisquer débitos do proprietário ou arrendatário

**Comissão de Finanças e Orçamento**  
**Resumo dos Projetos na Pauta da 16ª Reunião Ordinária de 2015**

Data da Reunião: 24/06/2015 - Horário: 11:00 horas  
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

relacionados com tributos municipais.

Art. 6º As despesas decorrentes desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 7º Caberá ao Poder Executivo a regulamentação da presente lei no prazo de 30 (trinta) dias, a contar de sua vigência.

Art. 8º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

8) PL 305/2011	Ver. SALOMÃO PEREIRA (PSDB)	Votação			
DISPÕE SOBRE O PREENCHIMENTO DE VAGAS POR PERMISSIONÁRIO (TAXISTA) EM PONTOS DE TÁXI NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	.	.	.
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	.	.	.
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	.	.	.
		Ver. JAIR TATTO (PT)	.	.	.
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	.	.	.
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	.	.	.
		Ver. OTA (PROS)	.	.	.
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	.	.	.
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	.	.	.
Relator: Ver. RICARDO NUNES (PMDB)					
Parecer: FAVORAVEL COM SUBSTITUTIVO					

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

**ASSUNTO:** assegura ao taxista o preenchimento de vaga em pontos de táxi, por meio de abaixo assinado, com maioria dos permissionários (50% mais 1 do ponto), permitindo ao indicado ocupar a vaga existente. As vagas que não forem preenchidas por meio de abaixo assinado serão preenchidas por meio de sorteio, por portaria a ser publicada no Diário Oficial do Município pelo Departamento de Transportes Públicos - DTP ou pela Secretaria Municipal de Transportes. Não haverá custo ao novo candidato que ocupar a vaga, exceto as despesas do ponto com cobertura e sua estrutura e outros benefícios, a serem comprovadas através de documentos. As vagas que não forem preenchidas por meio de abaixo assinado, em virtude de discordância entre os permissionários, serão sorteadas, e o Poder Público garantirá o atendimento aos contemplados.

**Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa:** pela legalidade (fls. 35 a 37).

**Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente:** realizou duas audiências públicas (fls. 38/50 – menção do PL a fls. 42/43 – e fls. 51/56 – menção a fls. 53/55 – em ambas o autor justificou seu projeto); essa Comissão emitiu parecer **favorável** (fl. 61).

**Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia:** favorável (fls. 62 e 63).

**Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:**

Despesas, em tese, normalmente previstas. Contudo, sugerimos substitutivo para correção de equívocos redacionais.

Elaboração: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Regina Eiko Kimachi - Consultora Técnica Legislativa - Economia

**PARECER Nº**  
**PROJETO DE LEI Nº 305/2011**

**DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O**

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Salomão Pereira da Silva, visa assegurar ao taxista o preenchimento de vaga em pontos de táxi, por meio de abaixo assinado, com maioria dos permissionários (50% mais 1 do ponto), permitindo ao indicado ocupar a vaga existente.

As vagas que não forem preenchidas por meio de abaixo assinado serão preenchidas por meio de sorteio, por portaria a ser publicada no Diário Oficial do Município pelo Departamento de Transportes Públicos - DTP ou pela Secretaria Municipal de Transportes. Não haverá custo ao novo candidato que ocupar a vaga, exceto as despesas do ponto com cobertura e sua estrutura e outros benefícios, a serem comprovadas através de documentos. As vagas que não forem preenchidas por meio de abaixo assinado, em virtude de discordância entre os permissionários, serão sorteadas, e o Poder Público garantirá o atendimento aos contemplados.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer. Entretanto, para adaptar à melhor técnica de elaboração legislativa, apresentamos o seguinte substitutivo ao projeto original:

**SUBSTITUTIVO Nº**

**AO PROJETO DE LEI Nº 305/2011**

Dispõe sobre o preenchimento de vagas por permissionário (taxista) em pontos de táxi no Município de São Paulo, e dá outras providências.

**A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO DECRETA:**

Art. 1º Fica assegurado o preenchimento de vaga em ponto de táxi existente no Município de São Paulo ao taxista indicado por meio de abaixo-assinado da maioria dos permissionários do ponto.

§ 1º A maioria de que trata o *caput* deste artigo é a constituída por 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos permissionários do ponto.

§ 2º As vagas não preenchidas por meio de abaixo-assinado serão ocupadas conforme portaria a ser publicada no Diário Oficial da Cidade de São Paulo pelo Departamento de Transportes Públicos (DTP) ou pela Secretaria Municipal de Transportes, definindo as regras de preenchimento, podendo, inclusive, ser por sorteio.

§ 3º O abaixo-assinado deve ser encaminhado ao Departamento de Transportes Públicos contendo nome, número do Condutox e número do Alvará de cada permissionário e, após verificação da veracidade do documento pelo Diretor desse Departamento ou por pessoa por ele indicada, será oficializado no Diário Oficial da Cidade de São Paulo o preenchimento da vaga.

§ 4º O Poder Público dará prioridade àqueles que não pertençam a ponto privativo, ou seja, alvará ponto livre.

Art. 2º Aquele que desejar mudar de ponto privativo para preencher vaga em outro ponto privativo deverá apresentar o abaixo-assinado com as assinaturas da maioria dos permissionários do ponto pretendido, com uma declaração pessoal dirigida ao Diretor do Departamento de Transportes Públicos, justificando sua saída do ponto atual, seguindo os mesmos procedimentos descritos no § 3º do art. 1º desta lei.

Parágrafo único. Após a aprovação e publicação no Diário Oficial da Cidade de São Paulo, o interessado terá 30 (trinta) dias para o preenchimento da vaga, sendo que, após decorrido esse prazo, perderá esse direito, não ficando prejudicado seu direito a recomençar o processo em outros pontos.

Art. 3º Não haverá custo ao novo candidato que ocupar a vaga, seja por meio de abaixo-assinado ou portaria, exceto as despesas, comprovadamente efetuadas, com cobertura, estrutura e outros benefícios para o ponto.

§ 1º As despesas mês a mês devidamente documentadas serão divididas em partes iguais a todos os permissionários do ponto, ficando vedada a cobrança em duplicidade, mesmo que em um só veículo trabalhem dois motoristas.

§ 2º Ao taxista que deixar de contribuir para o pagamento das despesas do ponto, referidas no "caput", poderá ser aplicada suspensão e, após a terceira reincidência na inadimplência em menos de 1 (um) ano sem a devida justificativa, a perda da vaga do ponto, por meio de abaixo-assinado da maioria

**Comissão de Finanças e Orçamento**  
**Resumo dos Projetos na Pauta da 16ª Reunião Ordinária de 2015**

Data da Reunião: 24/06/2015 - Horário: 11:00 horas  
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

dos permissionários, a ser encaminhado ao Departamento de Transportes Públicos, solicitando a exclusão do permissionário, sendo assegurado direito de defesa.

§ 3º A exclusão não implicará que ocupe vaga em outro ponto.

§ 4º O Poder Público não poderá interferir na forma de rateio das despesas acordadas entre os permissionários do ponto.

Art. 4º As vagas que não forem preenchidas por meio de abaixo-assinado por discordância entre os permissionários serão sorteadas, garantindo o Poder Público o atendimento aos contemplados.

§ 1º Fica assegurado o direito àquele taxista que desejar trocar sua vaga com permissionário de outro ponto, devendo ambos procurar o Departamento de Transportes Públicos e formalizar o interesse.

§ 2º Os taxistas que realizarem trocas de ponto não poderão pleitear vagas em outro ponto por um período de 2 (dois) anos.

§ 3º Os casos omissos serão resolvidos por decisão do Diretor do Departamento de Transportes Públicos.

Art. 5º As despesas decorrentes desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, que serão suplementadas se necessário.

Art. 6º O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 60 (sessenta) dias contados da sua publicação.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

9) PL 548/2011   Ver. AURÉLIO MIGUEL (PR)		Votação			
DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ISENÇÃO DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO - IPTU INCIDENTE SOBRE IMÓVEIS QUE SEJAM DECLARADOS DE UTILIDADE PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	.	.	.
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	.	.	.
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	.	.	.
		Ver. JAIR TATTO (PT)	.	.	.
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	.	.	.
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	.	.	.
		Ver. OTA (PROS)	.	.	.
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	.	.	.
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	.	.	.
Relator: Ver. RICARDO NUNES (PMDB)					
Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA					

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

**ASSUNTO:** visa conceder isenção de Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU a imóveis que sejam declarados de utilidade pública. De acordo com a propositura, a referida isenção terá início no mês subsequente ao da publicação do decreto de utilidade pública e será revogada imediatamente na hipótese de caducar o decreto de utilidade pública.

**Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa:** solicitou informações ao Executivo (fls. 70 e 80-81), que informou em sua resposta (fls. 72-78 e 82-92) que

- i) “(...) os termos inicial e final da isenção proposta colidem com os artigos 2º e 23 da Lei nº 6.989/1966, com a redação dada pela Lei nº 15.406/2011, que estabelecem como data do fato gerador do IPTU o dia 1º de janeiro de cada exercício. Pelo Projeto de Lei, a isenção do imposto vigoraria a partir do mês subsequente ao da publicação do decreto de declaração de utilidade pública do imóvel e seria revogada imediatamente no caso de caducidade deste. Além

- disso, a proposta impõe dificuldades de ordem operacional, com repercussão negativa na arrecadação tributária do Município, por não estabelecer normas práticas relacionadas à implementação e à cassação do benefício” (fl. 77).
- ii) “(...) O Superior Tribunal de Justiça, aliás, já se pronunciou explicitamente no sentido de que a responsabilidade tributária do expropriado cessa com a imissão na posse no bem pelo expropriante, e não com a declaração de utilidade pública do imóvel (...) É cediço que a imissão pelo expropriante na posse do imóvel expropriado ocorre em momento posterior à declaração de utilidade pública da área desapropriada (...) Assim, o PL em foco, ao eximir o proprietário do imóvel declarado de utilidade pública do IPTU, antes mesmo da imissão na posse, cria situação mais benéfica para o expropriado do que aquela ora em voga, mostrando-se prejudicial aos interesses da Administração” (fl. 89).
- iii) não possui a lista dos imóveis que tenham sido objeto de declaração de utilidade pública ou interesse social, não conseguindo, portanto, calcular o impacto orçamentário-financeiro da medida.

A Comissão exarou parecer pela legalidade (fls. 93-96), com substitutivo que acolhe manifestações do Executivo em resposta aos quesitos, abordando a questão da anualidade, com a vigência da isenção e sua eventual revogação passando a ocorrer a partir do fato gerador seguinte ao decreto de utilidade pública ou à sua caducidade, e postergando a vigência da propositura, uma vez convertida em lei, à observação do disposto na Lei Complementar nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

**Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente:** realizou duas audiências públicas: em 05/09/12, sem manifestação relativa ao projeto (fls. 2-3, de 8, das notas taquigráficas em <http://www2.camara.sp.gov.br/AudienciasPublicas/Arquivos/15.4.%5B2012.09.05%5D.05.13044.pdf>), e 19/09/2012, também sem manifestação relativa ao projeto (fl. 1, de 4, das notas taquigráficas em <http://www2.camara.sp.gov.br/AudienciasPublicas/Arquivos/15.4.%5B2012.09.19%5D.05.13079.pdf>).

A Comissão exarou parecer favorável ao substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fls. 101-102).

**Comissão de Administração Pública:** favorável ao substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa.

**Comissão de Finanças e Orçamento:** realizou 3 audiências públicas:

em 02/10/13 (fls. 104 a 119), 14/05/2014 (fls. 120 a 136) e 16/04/2014 (fls. 137 a 159), links abaixo.

Em 02/10/13, a Sra. Marina Aun, representando o Sr. Secretário Municipal de Finanças, afirmou que “há várias falhas no projeto” (fls. 106).

Em 16/04/2014, o Sr. Márcio Albuquerque, diretor de legislação da Secretaria de Finanças, manifestou-se contrariamente pela “dificuldade de operacionalização desse tributo” e por “atendimento à Lei de Responsabilidade Fiscal”. (fl. 150). O Presidente Milton Leite pede “que o Executivo estude as formas que possam atender a esse canal, porque há, sim, um claro hiato entre o decreto de desapropriação, um prejuízo para o contribuinte. Isso não é renúncia de receita. É renúncia de receita por parte do contribuinte, que não pode fazer mais nada, fica imobilizado” (fl.151).

Também manifestaram-se favoravelmente ao projeto os vereadores Laércio Benko e Ricardo Nunes. (fls.151 e 152).

Finalmente, em 14/05/2014, o Sr. Márcio Ricardo Albuquerque, Diretor de Legislação Tributária do Município de São Paulo, argumentou a respeito desse projeto, que ao invés da isenção, “seria muito mais interessante, em nível de Governo, que a expedição desses decretos, de repente, tivesse um procedimento mais rigoroso, um critério mais apurado, mais rígido antes da emissão.”(fl.121). O Vereador Ricardo Nunes manifestou-se favorável, alegando que “é bom o Executivo entender a preocupação com a injustiça de ter um imóvel desapropriado e ficar pagando IPTU, sem poder fazer uso ou alugar. É algo bastante injusto.”(fl.125). O Vereador Nomura também manifestou-se favoravelmente ao projeto, e o Presidente Milton Leite propôs “discutirmos o substitutivo. Proponho que V.Exas. construam a partir desta Comissão – a comissão apropriada -, vou solicitar ao Vereador Jair Tatto para que compartilhe com o Vereador Ricardo Nunes e com V.Exa, para que haja discussão técnica dessa matéria. Até para que, **em contato com o Executivo, construam uma solução que proteja o contribuinte e também o erário.**

(fl.126)".

Links das audiências:

<http://www2.camara.sp.gov.br/AudienciasPublicas/Arquivos/16.1.%5B2013.10.02%5D.04.14002.pdf>

<http://www2.camara.sp.gov.br/AudienciasPublicas/Arquivos/16.2.%5B2014.04.16%5D.04.14537.pdf>

<http://www2.camara.sp.gov.br/AudienciasPublicas/Arquivos/16.2.%5B2014.05.14%5D.04.14637.pdf>

**Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:**

A propositura implica renúncia de receita. A Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa inquiriu o Executivo a respeito do impacto orçamentário do projeto, mas este informou não ter condições de estimar o valor. O substitutivo da Comissão de Justiça vincula a entrada em vigor da propositura ao atendimento de pré-condições à concessão ou ampliação de benefício ou incentivo de natureza tributária, estabelecidas no art. 14 da LRF (ver abaixo), a saber: inclusão da renúncia na estimativa de receita da lei orçamentária e compatibilidade com as metas fiscais previstas na lei de diretrizes orçamentárias.

Consta dos autos do processo a(s) estimativa/demonstração/medidas de compensação/premissas e metodologia de cálculo/comprovação exigida(s) pelos seguintes dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal (**sim ou não**):

Art. 14 - A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de **estimativa** do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:

☐ **sim** ☒ **não**

I - **demonstração** pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;

II - estar acompanhada de **medidas de compensação**, no período mencionado no *caput*, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

☐ **sim** ☒ **não**

Elaboração: Thiago de Carvalho Alves - Consultor Técnico Legislativo – Economia

Revisão: - Adriano Nunes Borges - Consultor Técnico Legislativo – Economia

**PARECER Nº**  
**PROJETO DE LEI Nº 548/2011**

**DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O**

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Aurélio Miguel, visa conceder isenção de Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU a imóveis que sejam declarados de utilidade pública. De acordo com a propositura, a referida isenção terá início no mês subsequente ao da publicação do decreto de utilidade pública e será revogada imediatamente na hipótese de caducar o decreto de utilidade pública.

Em seu parecer, a douta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa apresentou substitutivo que acolhe manifestações do Executivo em resposta a quesitos elaborados pela Comissão, abordando a questão da anualidade, com a vigência da isenção e sua eventual revogação passando a ocorrer a partir do fato gerador seguinte ao decreto de utilidade pública ou à sua caducidade, e postergando a vigência da propositura, uma vez convertida em lei, à observação do disposto na Lei Complementar nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável ao substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, portanto, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

**Comissão de Finanças e Orçamento**  
**Resumo dos Projetos na Pauta da 16ª Reunião Ordinária de 2015**

Data da Reunião: 24/06/2015 - Horário: 11:00 horas  
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

10) PL 611/2011	Ver. DAVID SOARES (PSD)	Votação			
<b>CRIA O MUSEU MUNICIPAL DA AVIAÇÃO ALBERTO SANTOS DUMONT, E FIXA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.</b> Relator: Ver. AURELIO NOMURA (PSDB) Parecer: FAVORAVEL			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	.	.	.
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	.	.	.
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	.	.	.
		Ver. JAIR TATTO (PT)	.	.	.
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	.	.	.
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	.	.	.
		Ver. OTA (PROS)	.	.	.
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	.	.	.
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	.	.	.

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão. Adiado por uma sessão em 10/06/2015. Adiado por 1 (uma) sessão em 17/06/2015.

**ASSUNTO:** Visa criar o Museu Municipal da Aviação Alberto Santos Dumont.

De acordo com o art. 2º, o acervo do Museu Alberto Santos Dumont poderá conter aeronaves atuais, modernas e antigas, incluindo exemplares de helicópteros, hidroaviões, com obras originais, réplicas e maquetes, abrangendo várias categorias de aeronaves, além de acervo fotográfico e jornalístico.

O art. 3º deixa a cargo do Poder Executivo a indicação do local e suas dependências para sede do acervo do Museu, em local amplo e de fácil acesso ao público.

O acervo do Museu Municipal da Aviação Alberto Santos Dumont, será composto por doações e empréstimos por Fundações de Aviação, pela Aeronáutica, Museus de Aviação, instituições privadas, pessoas físicas que queiram contribuir, entre outros.

Estabelece o art. 5º que a Secretaria Municipal de Cultura será o órgão responsável pela implantação e gerência do Museu Municipal da Aviação Alberto Santos Dumont.

**Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa:** (fls. 49-50) pela legalidade.

**Comissão de Administração Pública:** (fl. 52) Favorável.

**Comissão de Educação, Cultura e Esportes:** (fl. 53) Favorável.

**Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:**

O projeto geraria despesas obrigatórias de caráter continuado, sem haver demonstração nos autos do valor dessas despesas e da existência de previsão orçamentária.

Ressalte-se que as exigências estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal referentes a demonstrativos que mostrem tais dados (especificamente art. 16 [que exige estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes, acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas] e art. 17 [que determina comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais, contendo as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, sem prejuízo do exame de compatibilidade da despesa com as demais normas do plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias]) situam-se no contexto da gestão orçamentária e financeira, e a análise sob o ponto de vista do impacto presente e futuro nas despesas insere-se na competência desta Comissão, conforme estabelece o art. 47, II, "e", do Regimento Interno:

**Regimento Interno**

"Art. 47 É da competência específica:

....

II - Da Comissão de Finanças e Orçamento:

....

e) opinar sobre proposições referentes a matéria tributária, abertura de créditos, empréstimos públicos, dívida pública e outras que, direta ou indiretamente, alterem a despesa ou a receita do Município e acarretem responsabilidades para o erário municipal;"

Não consta(m) dos autos do processo a(s) estimativa/demonstração/medidas de compensação/premissas e metodologia de cálculo/comprovação exigida(s) pelos artigos 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/2000).

Sugere-se envio de quesitos ao Executivo.

Elaboração: Regina Eiko Kimachi - Consultora Técnica Legislativa - Economia

Revisão: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo - Economia

**PARECER Nº**  
**PROJETO DE LEI Nº 611/2011**

**DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O**

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador David Soares, visa criar o Museu Municipal da Aviação Alberto Santos Dumont.

De acordo com o art. 2º, o acervo do Museu Alberto Santos Dumont poderá conter aeronaves atuais, modernas e antigas, incluindo exemplares de helicópteros, hidroaviões, com obras originais, réplicas e maquetes, abrangendo várias categorias de aeronaves, além de acervo fotográfico e jornalístico.

O art. 3º deixa a cargo do Poder Executivo a indicação do local e suas dependências para sede do acervo do Museu, em local amplo e de fácil acesso ao público.

O acervo do Museu Municipal da Aviação Alberto Santos Dumont será composto por doações e empréstimos por Fundações de Aviação, pela Aeronáutica, Museus de Aviação, instituições privadas e pessoas físicas que queiram contribuir, dentre outros.

Estabelece o art. 5º que a Secretaria Municipal de Cultura será o órgão responsável pela implantação e gerência do Museu Municipal da Aviação Alberto Santos Dumont.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

11) PL 273/2012	Ver. EDIR SALES (PSD); Ver. DAVID SOARES (PSD)	Votação			
DISPÕE SOBRE A INSTALAÇÃO DE SANITÁRIOS EM PRAÇAS, PARQUES E ÁREAS PÚBLICAS ABERTAS DOTADAS DE MOBILIÁRIO OU EQUIPAMENTO DE ESPORTE, LAZER OU RECREAÇÃO, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	.	.	.
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	.	.	.
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	.	.	.
		Ver. JAIR TATTO (PT)	.	.	.
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	.	.	.
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	.	.	.
		Ver. OTA (PROS)	.	.	.
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	.	.	.
Relator: Ver. ADILSON AMADEU (PTB)		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	.	.	.
Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COM. POLÍTICA URBANA					

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

**ASSUNTO:** dispõe sobre a instalação de sanitários em praças, parques, e áreas públicas abertas dotadas de mobiliário ou equipamento de esporte, lazer ou recreação, no âmbito do Município de São Paulo. O art. 2º dispõe que poderá ser outorgada permissão ou concessão, a título oneroso, mediante licitação, a

empresas ou consórcio de empresas, visando à construção e manutenção dos sanitários.

**Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa:** pela legalidade, com apresentação de substitutivo a fim de que a instalação de sanitários nos parques existentes seja gradual – “cabendo ao Poder Executivo verificar o momento propício, observando os termos da Lei Complementar Federal nº 101/00”. O substitutivo ainda exclui o art. 2º, que versa sobre a possibilidade de concessão ou permissão para a construção e manutenção dos sanitários, por invadir o campo de atribuições próprias do Poder Executivo (fls. 57/60).

**Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente:** realizou duas audiências públicas (fls. 61/62), a primeira em 05/09/2012 (acessível em <http://www2.camara.sp.gov.br/AudienciasPublicas/Arquivos/15.4.%5B2012.09.05%5D.05.13044.pdf>), com menção ao projeto a fls. 5/6, e a segunda em 19/09/2012 (acessível em <http://www2.camara.sp.gov.br/AudienciasPublicas/Arquivos/15.4.%5B2012.09.19%5D.05.13079.pdf>), com menção ao projeto a fl. 3. Não houve oradores nas audiências.

A Comissão exarou parecer **favorável**, com apresentação de substitutivo que acolhe o texto do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, e insere: “(...) § 4º no art. 1º, de modo a garantir que eventuais danos às instalações sanitárias sejam imediatamente reparados, assim como para referir-se ao termo adequado ‘pessoas com deficiência e mobilidade reduzida’ no *caput* do mesmo artigo” (fls. 63/65).

**Comissão de Administração Pública:** favorável, nos termos do substitutivo apresentado pela Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente (fl.68).

**Comissão de Educação, Cultura e Esportes:** favorável, nos termos do substitutivo apresentado pela Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente (fl.69).

**Comissão de Finanças e Orçamento:** foram feitos quesitos ao Executivo (fl. 72), com resposta às folhas 74/103:

- “Entendemos que a implantação de equipamentos sanitários (banheiros masculinos, femininos e adaptados para pessoas com mobilidade reduzida ou eliminada), nas praças públicas da Cidade de São Paulo, é completamente equivocada tendo em vista que a demanda de sanitários públicos não tem relação com essas áreas de lazer e estar da cidade e tão pouco com questão das suas metragens” (fl. 75 – SMSP/ATOS).

- “Em consulta realizada nas Subprefeituras, foram catalogadas, aproximadamente, 5000 (cinco mil) praças na Cidade de São Paulo, isto nos faz refletir que a Municipalidade necessitará de um alto investimento para implantar os pretendidos equipamentos sanitários; além de prever, na competente peça orçamentária, recursos financeiro-orçamentários para a manutenção e conservação dos novos equipamentos conforme preconiza a Lei de Responsabilidade Fiscal” (fl. 75 – SMSP/ATOS).

- O PL em questão “está maculado de vício de iniciativa” uma vez que “o Legislativo pretende obrigar o Poder Executivo a implantar um banheiro público, sempre que construir, reformar ou implantar praças, parques e áreas públicas, determinando-lhe a forma de utilização dos recursos orçamentários, em ofensa ao princípio basilar do Estado Democrático de direito da Separação dos Poderes” (fl. 79 – SMSP/ATJ).

- “Com estas considerações, opinamos pelo veto total ao PL 273/12” (fl 82 - SMSP/ATJ).

- “O exercício diário da gestão dos Parques Municipais nos induz a concluir que o desafio maior é garantir à população usuária a devida higienização e manutenção das instalações sanitárias, que demandam frequentes reparos, seja pela deterioração decorrente do uso, seja pelo grande número de ocorrências de vandalismo e depredação. Da forma como se apresenta, entendemos que a propositura em questão não garante oferecer conforto à população usuária, uma vez que para tanto é necessário a previsão de recursos orçamentários para manutenção, para provisão de material de consumo e também para desenvolvimento de ações de cunho educativo visando o uso racional de recursos naturais e campanhas de conscientização de preservação de espaços públicos. Assim sendo, mesmo reconhecendo a importância do assunto, reiteramos nossa manifestação pelo indeferimento do presente, por entender que os objetivos a que se propõe não serão alcançados com o simples ato da promulgação do projeto de lei em questão”. (fls. 86/87 – SVMA/Departamento de Parques e Áreas Verdes).

- “Muitos parques têm restrição de usuários, portanto não carecem de implantação de sanitários. Há casos

também de fragilidade ambiental em que sua implantação carece de especificidades de aplicação. Dependendo do contexto de implantação não é possível nem haver ligação com o fornecimento de água e recolhimento de esgoto, sendo necessário outro tipo de resolução ou acerto com Sabesp. Alguns parques são implantados em regiões de proteção permanente cujas legislações ambientais, dentre eles o código ambiental, impedem a implantação de sanitários. Isto por serem áreas de fragilidade que necessitam de minimização de uso antrópico. (fl. 88 – SVMA/Departamento de Parques e Áreas Verdes

**Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:**

A presente proposição, caso aprovada, gerará impacto econômico-orçamentário ao Executivo com as instalações sanitárias nas praças, parques e áreas públicas abertas dotadas de mobiliário ou equipamento de esporte, lazer ou recreação.

Consta dos autos do processo a(s) estimativa/demonstração/medidas de compensação/premissas e metodologia de cálculo/comprovação exigida(s) pelos seguintes dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal (**sim ou não**):

Art. 16 - A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I - **estimativa** do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

☐ **sim** ☒ **não**

Art. 16 - ...

....

§ 2º - A estimativa de que trata o inciso I do *caput* será acompanhada das **premissas e metodologia de cálculo** utilizadas.

☐ **sim** ☒ **não**

Art. 17 - Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

§ 1º - Os atos que criarem ou aumentarem despesa de que trata o *caput* deverão ser instruídos com a **estimativa** prevista no inciso I do art. 16 e demonstrar a origem dos recursos para seu custeio.

§ 2º - Para efeito do atendimento do § 1º, o ato será acompanhado de **comprovação** de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo referido no § 1º do art. 4º, devendo seus efeitos financeiros, nos períodos seguintes, ser compensados pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa.

Art. 4º ...

.....

*§ 1º Integrará o projeto de lei de diretrizes orçamentárias Anexo de Metas Fiscais, em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.*

§ 3º - Para efeito do § 2º, considera-se aumento permanente de receita o proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§ 4º - A **comprovação** referida no § 2º, apresentada pelo proponente, conterá as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, sem prejuízo do exame de compatibilidade da despesa com as demais normas do plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias.

☐ **sim** ☒ **não**

Elaboração: Alexandre Henrique Cardoso - Consultor Técnico Legislativo – Economia

Revisão: - Adriano Nunes Borges - Consultor Técnico Legislativo – Economia

**PARECER Nº**

**DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O**

**Comissão de Finanças e Orçamento**  
**Resumo dos Projetos na Pauta da 16ª Reunião Ordinária de 2015**

Data da Reunião: 24/06/2015 - Horário: 11:00 horas  
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

**PROJETO DE LEI Nº 273/2012**

O presente projeto de lei, de autoria da nobre Vereadora Edir Sales e do nobre Vereador David Soares, visa dispor sobre a instalação de sanitários em praças, parques e áreas públicas abertas dotadas de mobiliário ou equipamento de esporte, lazer ou recreação, no âmbito do Município de São Paulo.

A douta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa apresentou substitutivo a fim de que a instalação de sanitários nos parques existentes seja gradual —“cabendo ao Poder Executivo verificar o momento propício, observando os termos da Lei Complementar Federal nº 101/00” — e excluindo o art. 2º, que versa sobre a possibilidade de concessão ou permissão para a construção e manutenção dos sanitários, por invadir o campo de atribuições próprias do Poder Executivo.

A colenda Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente exarou parecer favorável, com apresentação de substitutivo que acolhe o texto do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, inserindo “(...) § 4º no art. 1º, de modo a garantir que eventuais danos às instalações sanitárias sejam imediatamente reparados, assim como para referir-se ao termo adequado ‘pessoas com deficiência e mobilidade reduzida’ no *caput* do mesmo artigo”.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer, nos termos do substitutivo apresentado pela Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

12) PL 520/2012	Ver. FLORIANO PESARO (PSDB); Ver. AGNALDO TIMÓTEO (PR); Ver. SANDRA TADEU (DEMOCRATAS); Ver. CARLOS APOLINARIO (PMDB); Ver. NETINHO DE PAULA (PDT); Ver. ITALO CARDOSO (PT); Ver. ALFREDINHO (PT); Ver. SENIVAL MOURA (PT); Ver. CELSO JATENE (PTB); Ver. ELISEU GABRIEL (PSB); Ver. ATTILA RUSSOMANNO (PP); Ver. MARTA COSTA (PSD); Ver. CLAUDIO FONSECA (PPS)	Votação			
			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PROS)	-	-	-
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-
INSTITUI O PROGRAMA PARA VALORIZAÇÃO DE INICIATIVAS ESPORTIVAS - VAE - NO ÂMBITO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, LAZER E RECREAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.					
Relator: Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)					
Parecer: FAVORAVEL COM SUBSTITUTIVO					

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão. Adiado por 1 (uma) sessão em 17/06/2015.

**ASSUNTO:** Institui o Programa para a Valorização de Iniciativas Esportivas – VAE – no âmbito da Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação, com a finalidade de apoiar financeiramente, por meio de subsídio, atividades esportivas de caráter amador, principalmente de jovens de baixa renda e de

regiões do Município desprovidas de recursos e equipamentos esportivos. Segundo a propositura, poderão ser destinados ao Programa VAE recursos provenientes de convênios, contratos e acordos no âmbito esportivo celebrado entre instituições, públicas ou privadas, nacional ou estrangeira, e a Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação. O art. 11 diz que o valor destinado a cada proposta será de até R\$ 30.000 (trinta mil reais) corrigidos pelo IPCA ou índice que o vier a substituir.

**Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa:** pela legalidade (fls. 75/80) com apresentação de substitutivo a fim de “adequar o presente projeto de lei à melhor técnica de elaboração legislativa” (fls. 76).

**Comissão de Administração Pública:** favorável nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fls. 81/82).

**Comissão de Educação, Cultura e Esportes:** foram feitas duas audiências públicas às folhas 86 a 89 com menção ao presente projeto de lei às folhas 87 e 88. Não houve oradores inscritos.

Parecer favorável nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fls. 90).

**Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:**

O projeto geraria despesas obrigatórias de caráter continuado, sem haver demonstração nos autos do dessas despesas e da existência de previsão orçamentária.

Ressalte-se que as exigências estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal referentes a demonstrações que mostrem tais dados (especificamente art. 16 [que exige estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes, acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas] e art. 17 [que determina comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afeta o cumprimento das metas de resultados fiscais, contendo as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, sem prejuízo do equilíbrio de compatibilidade da despesa com as demais normas do plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias] situam-se no contexto da gestão orçamentária e financeira, e a análise sob o ponto de vista do impacto presente e futuro nas despesas insere-se na competência desta Comissão, conforme estabelece o art. 47, II, “e” do Regimento Interno:

#### **Regimento Interno**

“Art. 47 É da competência específica:

....

II - Da Comissão de Finanças e Orçamento:

....

e) opinar sobre proposições referentes a matéria tributária, abertura de créditos, empréstimos públicos, dívida pública e outras que, direta ou indiretamente, alterem a despesa ou a receita do Município e acarretem responsabilidades para o erário municipal;”

Não consta(m) dos autos do processo a(s) estimativa/demonstração/medidas de compensação/premissas e metodologia de cálculo/comprovação exigida(s) pelos artigos 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/2000).

**Sugerimos quesitos ao Executivo.**

**Obs: Ressaltamos a existência da Lei 15.994/2014, que criou o VAI DO ESPORTE, um programa muito parecido com o proposto pelo presente projeto.** Segundo o Setor de Pesquisa, Assessoria e Análise Prévia da Procuradoria da Câmara Municipal de São Paulo, “a solução para a questão é dada pela Lei de Introdução ao Código Civil, que em seu art. 2º, parágrafo 1º, dispõe que a lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior. Dessa forma, a aprovação do PL 520/2012 terá por consequência a revogação da Lei nº 15.994, de 22 de abril de 2014, por regular inteiramente a matéria por ela tratada”. (fl. 84).

Segue uma comparação da Lei 15.994/2014 e o PL 520/2012:

Lei 15.994/2014	PL 520/2012
-----------------	-------------

**Comissão de Finanças e Orçamento**  
**Resumo dos Projetos na Pauta da 16ª Reunião Ordinária de 2015**

Data da Reunião: 24/06/2015 - Horário: 11:00 horas  
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

Institui o Programa para a Valorização das Iniciativas Esportivas - VAI DO ESPORTE, no âmbito da Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação.	Institui o Programa para a VALORIZAÇÃO DE INICIATIVAS ESPORTIVAS - VAE - no âmbito da Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Recreação e dá outras providências.
Art. 1º Fica instituído o Programa para a Valorização de Iniciativas Esportivas - VAI DO ESPORTE, no âmbito da Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação, com a finalidade de apoiar financeiramente e incentivar atividades esportivas, recreativas e de lazer, principalmente para jovens de baixa renda e de regiões do Município desprovidas de recursos e de equipamentos comunitários.	Art. 1º. Fica Instituído o Programa para a VALORIZAÇÃO DE INICIATIVAS ESPORTIVAS - VAE - no âmbito da Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Recreação, com a finalidade de apoiar financeiramente, por meio de subsídio, atividades esportivas de caráter amador, principalmente de jovens de baixa renda e de regiões do Município desprovidas de recursos e equipamentos esportivos.
Art. 2º O programa VAI DO ESPORTE tem por objetivos:	Art. 2º. O Programa VAE tem por objetivos:
I - fomentar práticas desportivas formais e não formais;	I. estimular a prática esportiva amadora na cidade de São Paulo, principalmente nas periferias e junto a juventude,
II - proteger e incentivar as manifestações desportivas de criação local;	II. promover a cidadania;
III - promover a inclusão social dos jovens de baixa renda e de regiões do Município desprovidas de equipamentos comunitários, através do esporte.	III. contribuir com dinâmicas esportivas locais e formação de novos atletas;
	IV. fomentar a convivência comunitária através da pratica esportiva.
Art. 3º Poderão ser destinados ao Programa VAI DO ESPORTE recursos provenientes de convênios, contratos e acordos, que tenham por objeto iniciativas relacionadas à promoção de atividades desportivas, celebrados por instituições públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, e a Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação.	Art. 3º. Poderão ser destinados ao Programa VAE recursos provenientes de convênios, contratos e acordos no âmbito esportivo celebrado entre instituições, públicas ou privadas, nacional ou estrangeira, e a Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação.
Art. 4º Os recursos destinados ao Programa VAI DO ESPORTE deverão ser aplicados em atividades que visem fomentar e estimular a prática do esporte no Município de São Paulo, notadamente mediante inclusão social dos jovens inseridos no grupo alvo prioritário desta lei.	Art. 4º. Os recursos destinados ao Programa VAE deverão ser aplicados em atividades que visem fomentar e estimular o esporte amador no Município de São Paulo, vinculado a diversas modalidades esportivas, consagradas ou não, relevantes para o desenvolvimento esportivo e social, bem como a formação para a cidadania esportiva no Município.
Parágrafo único. É vedada a aplicação de recursos do Programa VAI DO ESPORTE em projetos de construção ou de conservação de bens imóveis ou em projetos originários dos Poderes Públicos municipal, estadual ou federal.	§1º. É vedada a aplicação de recursos do Programa VAE em projetos originários dos poderes públicos municipal, estadual ou federal.

**Comissão de Finanças e Orçamento**  
**Resumo dos Projetos na Pauta da 16ª Reunião Ordinária de 2015**

Data da Reunião: 24/06/2015 - Horário: 11:00 horas  
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

	§2º. É permitido o uso dos recursos para pequenas reformas ou construções desde que não ultrapassem 30% dos recursos totais do projeto e sejam aprovadas pela Comissão de Avaliação.	
Art. 5º Fica criada a Comissão de Avaliação de Propostas do Programa VAI DO ESPORTE, com a finalidade de selecionar as propostas e avaliar o resultado daquelas aprovadas.	Art 5º. Fica criada a Comissão de Avaliação de Propostas do Programa VAE, com a finalidade de selecionar as propostas e avaliar o resultado daquelas aprovadas.	
§ 1º A Comissão será composta por 16 (dezesseis) membros e respectivos suplentes, sendo 8 (oito) representantes do Executivo, um dos quais presidirá, e 8 (oito) representantes de entidades esportivas da sociedade civil.	§1º. A comissão será composta por dez membros, sendo cinco representantes do Executivo e cinco representantes de entidades setor esportivo da sociedade civil, desde que possuam comprovação de atuação de dois na área.	
§ 2º O Secretário Municipal de Esportes, Lazer e Recreação designará os representantes do Poder Executivo, bem como os representantes da sociedade civil, estes dentre nomes sugeridos pelo Conselho Municipal de Esportes.	§2º. Os representantes do Executivo deverão ser designados pelo Secretario Municipal de Esporte, Lazer e Recreação e os representantes da sociedade civil pelo Conselho Municipal de Esportes.	
§ 3º Os membros da Comissão de Avaliação terão mandato de 01 (um) ano, permitida uma recondução, por igual período.	§3º. Os membros da Comissão de Avaliação terão mandato de um ano, podendo ser reconduzidos uma vez por igual período.	
§ 4º A Comissão de Avaliação será presidida por um dos representantes do Executivo, designado pelo Secretário Municipal de Esportes, Lazer e Recreação.	§4º. A Comissão de Avaliação será presidida por um dos representantes do Executivo, designado pelo Secretario Municipal de Esporte, Lazer e Recreação,	
§ 5º O Presidente da Comissão de Avaliação terá direito a um segundo voto em caso de empate.	§5º O presidente da Comissão de Avaliação terá direito a um segundo voto em casos de empate,	
§ 6º Será devida gratificação para servidores e não-servidores, que não se incorporará em nenhuma hipótese ao salário e só será paga enquanto perdurar o mandato ou a designação, a qual poderá onerar a dotação destinada à concessão do benefício em até 2% (dois por cento) de seu total com relação aos membros não-servidores, nos seguintes termos:	§6º. Enquanto o Conselho Municipal de Esportes não estiver em funcionamento, os representantes da sociedade civil poderão ser indicados pela Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Recreação, prioritariamente, entre as entidades cadastradas no Conselho.	
I - aos integrantes da Comissão de Avaliação, no valor equivalente a 5% (cinco por cento) do DAS-15, por sessão a que comparecerem, até o máximo de 4 (quatro) sessões mensais;		
II - ao Presidente da Comissão de Avaliação, no valor equivalente a 10% (dez por cento) do DAS-15, por sessão que presidir, até o máximo de 4 (quatro) sessões mensais.		

**Comissão de Finanças e Orçamento**  
**Resumo dos Projetos na Pauta da 16ª Reunião Ordinária de 2015**

Data da Reunião: 24/06/2015 - Horário: 11:00 horas  
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

Art. 6º Poderá concorrer a recursos do Programa VAI DO ESPORTE toda pessoa física ou jurídica sem fins lucrativos, com domicílio ou sede comprovados no Município de São Paulo há, no mínimo, 2 (dois) anos, que apresentar propostas que visem atingir os objetivos previstos nesta lei.	Art.6º. Poderá concorrer a recursos do Programa VAE toda pessoa física ou jurídica sem fins lucrativos, com domicílio ou sede, comprovados no Município de São Paulo há no mínimo dois anos, que apresentar propostas esportivas de caráter amador de acordo com os requisitos previstos nesta lei.
	Art. 7º. Será reservada uma cota - de ate 30% - dos contemplados para a categoria pessoa jurídica.
	Art. 8º. A Comissão de Avaliação deve reservar cota para esporte adaptado, bem como considerar critérios de etnia, gênero e cor.
	Art.9º. A modalidade esportiva futebol não pode ultrapassar 50% dos contemplados.
Parágrafo único. Não poderão concorrer aos recursos do Programa VAI DO ESPORTE funcionários públicos municipais, membros da Comissão de Avaliação, seus parentes, consanguíneos ou afins, até o segundo grau, e cônjuges.	Paragrafo Único - Não poderão concorrer aos recursos do Programa VAE funcionários públicos municipais, membros da Comissão de Avaliação, seus parentes em primeiro grau e cônjuges.
Art. 7º A inscrição para o Programa VAI DO ESPORTE deverá ser feita de forma simplificada, em locais de fácil acesso e em todas as regiões do Município.	Art. 10º. A inscrição para o Programa VAE deverá ser feita de forma simplificada, em locais de fácil acesso e em todas as regiões do Município.
Art. 8º O valor destinado a cada proposta será de até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), corrigidos pelo IPCA ou índice que o vier substituir, podendo haver nova solicitação, consecutiva ou não, por apenas uma vez, de acordo com análise da Comissão de Avaliação.	Art. 11 O valor destinado a cada proposta será de até R\$ 30.000 (trinta mil reais) corrigidos pelo IPCA ou índice que o vier a substituir, podendo haver nova solicitação, consecutiva ou não, por ate três vezes, de acordo com avaliação realizada pela Comissão de Avaliação.
Parágrafo único. O valor será repassado em até 3 (três) parcelas, a critério da Comissão de Avaliação e de acordo com o cronograma de atividades.	§1º. O valor será repassado em ate três parcelas, a critério da Comissão de Avaliação e de acordo com o cronograma de atividades.
	§2º. Além da correção pelo IPCA, ou índice que venha substituí-lo, a dotação orçamentaria do Programa VAE, apos o primeiro ano, deve contemplar - no mínimo - a mesma quantidade de projetos do ano anterior, mantendo o valor médio de subsídios por programa.

**Comissão de Finanças e Orçamento**  
**Resumo dos Projetos na Pauta da 16ª Reunião Ordinária de 2015**

Data da Reunião: 24/06/2015 - Horário: 11:00 horas  
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

Art. 9º Quando a proposta aprovada não resultar em evento gratuito, deverá a pessoa ou entidade beneficiária do programa comprovar que, no mínimo, 10% (dez por cento) daquele recurso foi aplicado em gratuidade nos eventos oferecidos ao público.	Art. 12. Quando a proposta aprovada não resultar em evento gratuito, deverá destinar no mínimo 10% de seus produtos ou ações como devolução pública, sob forma de ingressos, doação para escolas, ONGs, equipamentos públicos esportivos entre outros.
Art. 10. A Comissão de Avaliação selecionará os beneficiários analisando o mérito das propostas segundo critérios de clareza e coerência, interesse público e social, custos e benefícios, importância para a região ou para o Município.	Art. 13. A Comissão de Avaliação selecionará os beneficiários analisando o mérito das propostas Segundo critérios de clareza e coerência, interesse público, custos, criatividade, importância para a região ou bairro e para a cidade.
§ 1º A seleção de propostas realizar-se-á anualmente.	§1º. A seleção de propostas realizar-se-á anualmente.
§ 2º Serão consideradas preferenciais as propostas de caráter coletivo que estejam em curso e necessitem de recursos para o seu desenvolvimento e consolidação.	§2º. Serão consideradas preferenciais as propostas esportivas de caráter amador e coletivo que estejam em curso e necessitem de recursos para o seu desenvolvimento e consolidação.
	§3º. Também terão preferência projetos que desenvolvam parcerias com escolas ou equipamentos esportivos públicos.
Art. 11. Os beneficiários do Programa VAI DO ESPORTE deverão prestar contas durante a sua execução e ao final dela para a Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação, apresentando relatório das atividades desenvolvidas, na forma do Regulamento.	Art.14. Os programas beneficiados pelo Programa VAE deverão prestar contas durante sua execução e ao final dela para a Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Recreação, na forma que ela regulamentar.
Art. 12. A Comissão de Avaliação apreciará as contas apresentadas pelos beneficiários, comparando os resultados previstos e efetivamente alcançados, os custos estimados e reais e a repercussão da iniciativa na comunidade ou localidade.	Art. 15. A avaliação do Programa VAE comparará os resultados previstos e efetivamente alcançados, os custos estimados e reais e a repercussão da iniciativa na comunidade ou localidade.
Parágrafo único. É necessária a aprovação da prestação de contas e do relatório para que o beneficiário do programa possa candidatar-se novamente.	Parágrafo Único - É necessária a aprovação da prestação de contas para que o beneficiário do programa possa candidatar-se novamente.
Art. 13. Ao final de cada ano a Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação realizará uma avaliação coletiva do Programa VAI DO ESPORTE com a presença dos beneficiários.	Art. 16. Ao final de cada ano a Secretaria de Esportes, Lazer e Cultura realizará uma avaliação coletiva do Programa VAE com a presença dos beneficiários.
Art. 14. O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 90 (noventa) dias.	Art. 17. O Executivo deverá regulamentar esta lei no prazo de 60 dias.
Art. 15. As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se	Art. 18. O Programa VAE instituído por esta lei deverá ter dotação orçamentária própria, suplementada se necessário.

necessário.	
Art. 16. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.	Art. 19. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Elaboração: Alexandre Henrique Cardoso - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo – Economia

**PARECER Nº** **DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O**  
**PROJETO DE LEI Nº 520/2012**

O presente projeto de lei, de autoria dos nobres Vereadores Agnaldo Timóteo, Alfredinho, Attila Russomanno, Carlos Apolinário, Celso Jatene, Claudio Fonseca, Eliseu Gabriel, Floriano Pesaro, Ítalo Cardoso, Marta Costa, Netinho de Paula, Sandra Tadeu e Senival Moura, visa instituir o Programa para a Valorização de Iniciativas Esportivas – VAE – no âmbito da Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação, com a finalidade de apoiar financeiramente, por meio de subsídio, atividades esportivas de caráter amador, principalmente de jovens de baixa renda e de regiões do Município desprovidas de recursos e equipamentos esportivos.

Segundo a propositura, poderão ser destinados ao Programa VAE recursos provenientes de convênios, contratos e acordos no âmbito esportivo celebrado entre instituições, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, e a Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação. O art. 11 diz que o valor destinado a cada proposta será de até R\$ 30.000 (trinta mil reais) corrigidos pelo IPCA ou índice que o vier a substituir.

A douta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa exarou parecer pela legalidade com apresentação de substitutivo a fim de “adequar o presente projeto de lei à melhor técnica de elaboração legislativa”.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer. No entanto, sugerimos o seguinte substitutivo a fim de corrigir a numeração do art. 19 no substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa:

**SUBSTITUTIVO Nº**

**AO PROJETO DE LEI Nº 520/2012**

Institui o Programa para a Valorização de Iniciativas Esportivas – VAE – no âmbito da Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação do Município de São Paulo, e dá outras providências.

Câmara Municipal de São Paulo DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o Programa para a Valorização de Iniciativas Esportivas - VAE - no âmbito da Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Recreação, com a finalidade de apoiar financeiramente, por meio de subsídio, atividades esportivas de caráter amador, principalmente de jovens de baixa renda e de regiões do Município desprovidas de recursos e equipamentos esportivos.

Art. 2º O Programa VAE tem por objetivos:

I - estimular a prática esportiva amadora na cidade de São Paulo, principalmente nas periferias e junto à juventude;

II - promover a cidadania;

III - contribuir com dinâmicas esportivas locais e formação de novos atletas;

IV - fomentar a convivência comunitária através da prática esportiva.

Art. 3º Poderão ser destinados ao Programa VAE recursos provenientes de convênios, contratos e acordos no âmbito esportivo celebrado entre instituições, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, e a Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação.

Art. 4º Os recursos destinados ao Programa VAE deverão ser aplicados em atividades que visem fomentar e estimular o esporte amador no Município de São Paulo, vinculado a diversas modalidades esportivas.

**Comissão de Finanças e Orçamento**  
**Resumo dos Projetos na Pauta da 16ª Reunião Ordinária de 2015**

Data da Reunião: 24/06/2015 - Horário: 11:00 horas  
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

consagradas ou não, relevantes para o desenvolvimento esportivo e social, bem como a formação para a cidadania esportiva no Município.

§1º É vedada a aplicação de recursos do Programa VAE em projetos originários dos poderes públicos municipal, estadual ou federal.

§2º É permitido o uso dos recursos para pequenas reformas ou construções desde que não ultrapassem 30% dos recursos totais do projeto e sejam aprovadas pela Comissão de Avaliação.

Art. 5º Fica criada a Comissão de Avaliação de Propostas do Programa VAE, com a finalidade de selecionar as propostas e avaliar o resultado daquelas aprovadas.

§1º A comissão será composta por dez membros, sendo cinco representantes do Executivo e cinco representantes de entidades setor esportivo da sociedade civil, desde que possuam comprovação de atuação de dois na área.

§2º Os representantes do Executivo deverão ser designados pelo Secretário Municipal de Esporte, Lazer e Recreação e os representantes da sociedade civil pelo Conselho Municipal de Esportes.

§3º Os membros da Comissão de Avaliação terão mandato de um ano, podendo ser reconduzidos uma vez por igual período.

§4º A Comissão de Avaliação será presidida por um dos representantes do Executivo, designado pelo Secretário Municipal de Esporte, Lazer e Recreação.

§5º O presidente da Comissão de Avaliação terá direito a um segundo voto em casos de empate.

§6º Enquanto o Conselho Municipal de Esportes não estiver em funcionamento, os representantes da sociedade civil poderão ser indicados pela Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Recreação, prioritariamente, entre as entidades cadastradas no Conselho.

Art. 6º Poderá concorrer a recursos do Programa VAE toda pessoa física ou jurídica sem fins lucrativos, com domicílio ou sede, comprovados no Município de São Paulo, há no mínimo dois anos, que apresentar propostas esportivas de caráter amador de acordo com os requisitos previstos nesta lei.

Art. 7º Será reservada uma cota de até 30% dos contemplados para a categoria pessoa jurídica.

Art. 8º A Comissão de Avaliação deve reservar cota para esporte adaptado, bem como considerar critérios de etnia, gênero e cor.

Art. 9º A modalidade esportiva futebol não pode ultrapassar 50% dos contemplados.

Parágrafo único. Não poderão concorrer aos recursos do Programa VAE funcionários públicos municipais, membros da Comissão de Avaliação, seus parentes em primeiro grau e cônjuges.

Art. 10. A inscrição para o Programa VAE deverá ser feita de forma simplificada, em locais de fácil acesso e em todas as regiões do Município.

Art. 11. O valor destinado a cada proposta será de até R\$ 30.000 (trinta mil reais) corrigidos pelo IPCA ou índice que o vier a substituir, podendo haver nova solicitação, consecutiva ou não, por até três vezes, de acordo com avaliação realizada pela Comissão de Avaliação.

§1º O valor será repassado em até três parcelas, a critério da Comissão de Avaliação e de acordo com o cronograma de atividades.

§2º Além da correção pelo IPCA, ou índice que venha substituí-lo, a dotação orçamentaria do Programa VAE, após o primeiro ano, deve contemplar, no mínimo, a mesma quantidade de projetos do ano anterior, mantendo o valor médio de subsídios por programa.

Art. 12. Quando a proposta aprovada não resultar em evento gratuito, deverá destinar no mínimo 10% de seus produtos ou ações como devolução pública, sob forma de ingressos, doação para escolas, ONGs, equipamentos públicos esportivos entre outros.

Art. 13. A Comissão de Avaliação selecionará os beneficiários analisando o mérito das propostas segundo critérios de clareza e coerência, interesse público, custos, criatividade, importância para a região ou bairro e para a cidade.

§1º A seleção de propostas realizar-se-á anualmente.

§2º Serão consideradas preferenciais as propostas esportivas de caráter amador e coletivo que estejam em curso e necessitem de recursos para o seu desenvolvimento e consolidação.

§3º Também terão preferência projetos que desenvolvam parcerias com escolas ou equipamentos esportivos públicos.

**Comissão de Finanças e Orçamento**  
**Resumo dos Projetos na Pauta da 16ª Reunião Ordinária de 2015**

Data da Reunião: 24/06/2015 - Horário: 11:00 horas  
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

Art. 14. Os programas beneficiados pelo Programa VAE deverão prestar contas durante sua execução e ao final dela para a Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Recreação, na forma que ela regulamentar.

Art. 15. A avaliação do Programa VAE comparará os resultados previstos e efetivamente alcançados, os custos estimados e reais e a repercussão da iniciativa na comunidade ou localidade.

Parágrafo único. É necessária a aprovação da prestação de contas para que o beneficiário do programa possa candidatar-se novamente.

Art. 16. Ao final de cada ano a Secretaria de Esportes, Lazer e Cultura realizará uma avaliação coletiva do Programa VAE com a presença dos beneficiários.

Art. 17. O Executivo deverá regulamentar esta lei no prazo de 60 dias.

Art. 18. O Programa VAE instituído por esta lei deverá ter dotação orçamentária própria, suplementada se necessário.

Art. 19. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

13) PL 173/2013	Ver. JEAN MADEIRA (PRB)	Votação			
INSTITUI SOBRE A CRIAÇÃO DO SERVIÇO ATENDIMENTO MÉDICO DE URGÊNCIA SOBRE MOTOS.	Relator: Ver. ABOU ANNI (PV)  Parecer: FAVORAVEL COM SUBSTITUTIVO		Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PROS)	-	-	-
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão. Adiado por 1 (uma) sessão em 02/06/2015 a pedido do Ver. Police Neto. Adiado por uma sessão em 10/06/2015. Adiado por 1 (uma) sessão em 17/06/2015.

**ASSUNTO:** cria o Serviço de Atendimento Médico de Urgência sobre Motos, cujo objetivo é atender as vítimas de acidente de trânsito no Município de São Paulo. De acordo com a propositura, o serviço será realizado através de motocicletas, que deverão conter equipamentos e material para suporte básico de vida, conduzidas por técnicos de enfermagem com treinamento específico na área de traumatologia e socorro às vítimas de acidentes de trânsito. O projeto estabelece ainda, entre outras disposições, que o serviço deverá funcionar de forma ininterrupta; que será ligado diretamente a central do SAMU, que irá encaminhar o motomédico para o local onde está a vítima; e que a Secretaria Municipal de Saúde, para viabilizar a execução do disposto na propositura, poderá firmar convênios com entidades públicas e/ou privadas, fundações, autarquias, organizações governamentais ou não governamentais.

**Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa:** pela legalidade (fls 39/40)

**Comissão de Administração Pública:** favorável (fl. 41)

**Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia:** favorável (fls. 42/43)

**Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher:** favorável (fl. 44)

**Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:**

Em avaliação preliminar, a ser confirmada por informações adicionais, inclusive provenientes do Executivo, o projeto geraria despesas obrigatórias de caráter continuado relativas à oferta do serviço, sem haver demonstração nos autos do valor dessas despesas e da existência de previsão orçamentária.

Ressalte-se que as exigências estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal referentes a demonstrativos que mostrem tais dados (especificamente art. 16 [que exige estimativa do impacto

orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes, acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas] e art. 17 [que determina comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais, contendo as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, sem prejuízo do exame de compatibilidade da despesa com as demais normas do plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias]) situam-se no contexto da gestão orçamentária e financeira, e a análise sob o ponto de vista do impacto presente e futuro nas despesas insere-se na competência desta Comissão, conforme estabelece o art. 47, II, “e”, do Regimento Interno:

**Regimento Interno**

“Art. 47 É da competência específica:

....

II - Da Comissão de Finanças e Orçamentos:

....

e) opinar sobre proposições referentes a matéria tributária, abertura de créditos, empréstimos públicos, dívida pública e outras que, direta ou indiretamente, alterem a despesa ou a receita do Município e acarretem responsabilidades para o erário municipal;”

Elaboração: Sidney Richard Sylvestre - Consultor Técnico Legislativo – Economia

Revisão: - Adriano Nunes Borges - Consultor Técnico Legislativo – Economia

**PARECER Nº**  
**O PROJETO DE LEI Nº 173/2013**

**DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE**

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Jean Madeira, visa criar o Serviço de Atendimento Médico de Urgência sobre Motos, cujo objetivo é atender as vítimas de acidente de trânsito no Município de São Paulo. De acordo com a propositura, o serviço será realizado através de motocicletas, que deverão conter equipamentos e material para suporte básico de vida, conduzidas por técnicos de enfermagem com treinamento específico na área de traumatologia e socorro às vítimas de acidentes de trânsito. O projeto estabelece ainda, dentre outras disposições, que o serviço deverá funcionar de forma ininterrupta e ligado diretamente a central do SAMU, que irá encaminhar o motomédico para o local onde está a vítima. A Secretaria Municipal de Saúde, para viabilizar a execução do disposto na propositura, poderá firmar convênios com entidades públicas e/ou privadas, fundações, autarquias, organizações governamentais ou não governamentais.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer, nos termos do substitutivo a seguir, que visa adaptar a propositura a melhor técnica legislativa.

**SUBSTITUTIVO Nº**

**AO PROJETO DE LEI Nº 173/2013**

Cria o Serviço de Atendimento Médico de Urgência sobre Motos, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de São Paulo DECRETA:

Art. 1º Fica criado, no Município de São Paulo, junto à Secretaria Municipal de Saúde, o Serviço de Atendimento Médico de Urgência sobre Motos, com a função de atender as vítimas de acidente de trânsito no Município de São Paulo.

Art. 2º O condutor do veículo será um técnico de enfermagem com treinamento específico na área de traumatologia e socorro às vítimas de acidentes de trânsito ou que necessitem de atendimento de urgência em áreas de difícil acesso.

Art. 3º O serviço deverá funcionar de forma ininterrupta e será ligado diretamente à Central do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU).

**Comissão de Finanças e Orçamento**  
**Resumo dos Projetos na Pauta da 16ª Reunião Ordinária de 2015**

Data da Reunião: 24/06/2015 - Horário: 11:00 horas  
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

Art. 4º O condutor do veículo será orientado por um médico da Central do SAMU, que irá ditar os procedimentos que deverão ser realizados.

Parágrafo único - Durante o atendimento, uma ambulância continuará seguindo para o local do acidente para promover a remoção correta do paciente.

Art. 5º As motocicletas deverão contar com equipamentos como desfibrilador externo automático, medicamentos e material para suporte básico de vida.

Art. 6º A Secretaria Municipal de Saúde deverá capacitar permanentemente os profissionais envolvidos em atendimentos emergenciais, bem como informar a população sobre a atuação do Serviço de que trata esta lei e a forma de acionar o serviço.

Art. 7º Para dar cumprimento ao disposto nesta lei, a Secretaria Municipal de Saúde poderá firmar convênios com entidades públicas e/ou privadas, fundações, autarquias, organizações governamentais ou não governamentais.

Art. 8º O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 60 (sessenta) dias, aditando normas complementares necessárias à sua execução e fiscalização.

Art. 9º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 10 Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

14) PL 447/2013 Ver. ADILSON AMADEU (PTB)		Votação			
DISPÕE SOBRE A SOBREPOSIÇÃO DA COMPLEMENTAÇÃO NA DENOMINAÇÃO DA RUA ORIENTE PARA RUA ORIENTE IMAM MOUSSA AL-SADER.  Relator: Ver. RICARDO NUNES (PMDB)  Parecer: FAVORAVEL			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	.	.	.
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	.	.	.
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	.	.	.
		Ver. JAIR TATTO (PT)	.	.	.
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	.	.	.
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	.	.	.
		Ver. OTA (PROS)	.	.	.
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	.	.	.
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	.	.	.

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

**ASSUNTO:** altera a denominação da Rua Oriente, situada no Brás, para Rua Oriente Imam Moussa Al-Sader.

**Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa:** solicitou informações ao Executivo a fls. 30. Na resposta do Executivo (fls. 32-37), destacam-se os seguintes pontos:

- i) a denominação atual é oficial (Ato 972/1916), não há homonímia e a alteração de denominação não está prevista na Lei 14.454/07, que consolida a legislação municipal sobre a denominação e a alteração da denominação de vias, logradouros e próprios municipais, e dá outras providências (fls. 34).
- ii) "(...) alterações de denominação de logradouros desde que devidamente embasadas nas disposições da Lei nº 14.454, de 27 de junho de 2007, artigo 5º, necessitam de anuência dos moradores ou domiciliados devidamente identificados (...) a justificativa apresentada em folhas 05 informa tratar-se de solicitação da comunidade, porém não vimos no presente expediente a assinatura devidamente identificada dos solicitantes (...) o logradouro é essencialmente comercial, possuindo cerca de 324 imóveis tributados (...) os proprietários dos imóveis ou seus

**Comissão de Finanças e Orçamento**  
**Resumo dos Projetos na Pauta da 16ª Reunião Ordinária de 2015**

Data da Reunião: 24/06/2015 - Horário: 11:00 horas  
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

locatários, deverão arcar com todas as despesas decorrentes da mudança de endereço, o que significa, alterar o cadastro constante em bancos, correios, empresas de telefonia, água, luz, e quaisquer outros que houverem (...) confecção de novos talões de notas, cartões de visita, mudança de endereço na associação comercial, alteração de sites na internet e etc., o que sem dúvida refletirá no preço final dos produtos vendidos ao consumidor (...) o ato de agregar o nome de uma pessoa ao nome oficial de um logradouro, como tem sido prática corrente com as pontes desta cidade (...) não pode acontecer com os outros logradouros, visto serem endereçamentos e constituir séria afronta à legislação vigente (...) Por todos os motivos expostos, somos favoráveis ao veto ao Projeto de Lei (fls. 35-36).

A Comissão exarou parecer pela legalidade. (fls. 38).

**Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente:** favorável (fls. 39).

**Comissão de Educação, Cultura e Esportes:** favorável (fls. 40).

**Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:**

As despesas de denominação de logradouros estão, normalmente, já previstas no Orçamento.

Elaboração: Adriano Nunes Borges - Consultor Técnico Legislativo – Economia

Revisão: Regina Eiko Kimachi – Consultora Técnica Legislativa - Economia

**PARECER Nº** **DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O**  
**PROJETO DE LEI Nº 447/2013**

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Adilson Amadeu, visa alterar a denominação da Rua Oriente, situada no Brás, para Rua Oriente Imam Moussa Al-Sader.

Quanto ao aspecto estritamente financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

15) PL 490/2013	Ver. LAÉRCIO BENKO (PHS)	Votação			
DISPÕE SOBRE A IMPLANTAÇÃO DE UM MUSEU EM TODAS AS ESCOLAS MUNCIPAIS.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
Relator: Ver. RICARDO NUNES (PMDB)		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
Parecer: FAVORAVEL		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PROS)	-	-	-
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

**ASSUNTO:** institui a implantação de um museu em cada escola do Município de São Paulo, que deverá conter o seguinte:

I - documentos importantes da escola;

II - fotos e documentos de todos os eventos realizados na escola;

III - lista com nomes dos professores e os anos que lecionaram;

IV - trabalhos dos alunos;

V - fotos e vídeos das formaturas.

Pelo art. 2º, fica criada a comissão para implantação do museu escolar, a ser coordenada pelo diretor

escolar, pelo professor de história, por um representante dos professores de outra matéria, por um representante dos funcionários, por um representante dos alunos e um representante dos pais dos alunos. O art. 3º estabelece que a manutenção e organização do museu deverão ser feitas com a contribuição da própria escola, mas poderá receber doações.

**Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa:** pela legalidade (fl. 30).

**Comissão de Administração Pública:** favorável (fl. 31).

**Comissão de Educação, Cultura e Esportes:** favorável (fl. 32).

**Comissão de Finanças e Orçamento:** foram solicitados quesitos ao Executivo (fl. 34) com respostas às fls. 36/41.

A Secretaria Municipal de Educação manifestou-se pelo veto ao projeto (fls 40/41):

“Da manifestação da SME-ATP/AT às fls. 09/11, destacamos que os espaços físicos das unidades educacionais são essencialmente voltados à organização das classes visando a acomodação da demanda, não havendo, na maior parte das escolas, espaços disponíveis para a finalidade da propositura. De mais a mais, as unidades já dispõem de um acervo com os documentos oficiais como atos de criação, autorização de funcionamento, dados do patrono etc. Além disso, o EOL igualmente possui essas informações, havendo registros, também, da vida funcional dos profissionais da educação e dos alunos. Assim, acompanhando manifestação da Assistência Técnica e considerando que a organização administrativa das escolas já atende ao pretendido pela medida ora analisada, opinamos pelo veto do Projeto de Lei nº490/13.” (fl. 40)

Sobre os custos estimados com a implementação da propositura, a Assistência Técnica da SME respondeu que “(...) não detém elementos que possam elucidar a questão.” (fl. 39)

#### Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

O projeto geraria despesas obrigatórias de caráter continuado, sem haver demonstração nos autos de seu valor e da existência de previsão orçamentária. Ressalte-se que a exigência estabelecida pela Lei de Responsabilidade Fiscal referente a demonstrativos que mostrem tais dados situa-se no contexto da gestão orçamentária e financeira, razão de ser dessa norma, e a análise sob o ponto de vista do impacto presente e futuro nas despesas insere-se na competência desta Comissão, conforme estabelece o art. 47, II, e, do Regimento Interno:

#### Regimento Interno

“Art. 47 É da competência específica:

....

II - Da Comissão de Finanças e Orçamentos:

....

e) opinar sobre proposições referentes a matéria tributária, abertura de créditos, empréstimos públicos, dívida pública e outras que, direta ou indiretamente, alterem a despesa ou a receita do Município e acarretem responsabilidades para o erário municipal;”

Consta dos autos do processo a(s) estimativa/demonstração/medidas de compensação/premissas e metodologia de cálculo/comprovação exigida(s) pelos seguintes dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal (**sim ou não**):

Art. 16 - A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I - **estimativa** do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

☐ **sim** ☒ **não**

Art. 16 - ...

....

§ 2º - A estimativa de que trata o inciso I do *caput* será acompanhada das **premissas e metodologia de cálculo** utilizadas.

☐ **sim** ☒ **não**

Art. 17 - Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

§ 1º - Os atos que criarem ou aumentarem despesa de que trata o *caput* deverão ser instruídos com a **estimativa** prevista no inciso I do art. 16 e demonstrar a origem dos recursos para seu custeio.

§ 2º - Para efeito do atendimento do § 1º, o ato será acompanhado de **comprovação** de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo referido no § 1º do art. 4º, devendo seus efeitos financeiros, nos períodos seguintes, ser compensados pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa.

Art. 4º ...

.....

*§ 1º Integrará o projeto de lei de diretrizes orçamentárias Anexo de Metas Fiscais, em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.*

§ 3º - Para efeito do § 2º, considera-se aumento permanente de receita o proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§ 4º - A **comprovação** referida no § 2º, apresentada pelo proponente, conterà as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, sem prejuízo do exame de compatibilidade da despesa com as demais normas do plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias.

☐ **sim**

☒ **não**

Elaboração: Sidney Richard Sylvestre - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo - Economia

**PARECER Nº** **DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O**  
**PROJETO DE LEI Nº 490/2013**

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Laércio Benko, visa instituir a implantação de um museu em cada escola do Município de São Paulo, devendo conter:

- I - documentos importantes da escola;
- II - fotos e documentos de todos os eventos realizados na escola;
- III - lista com nomes dos professores e os anos que lecionaram;
- IV - trabalhos dos alunos;
- V - fotos e vídeos das formaturas.

Pelo art. 2º da propositura, fica criada comissão para implantação do museu escolar, a ser coordenada pelo diretor escolar, pelo professor de história, por um representante dos professores de outra matéria, por um representante dos funcionários, por um representante dos alunos e um representante dos pais dos alunos. O art. 3º estabelece que a manutenção e a organização do museu deverão ser feitas com a contribuição da própria escola, mas poderá receber doações.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

**Comissão de Finanças e Orçamento**  
**Resumo dos Projetos na Pauta da 16ª Reunião Ordinária de 2015**

Data da Reunião: 24/06/2015 - Horário: 11:00 horas  
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

16) PL 517/2013	Ver. PAULO FIORILO (PT)	Votação			
<b>INSTITUI O PROGRAMA VALE-LEITURA A TODOS OS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO.</b> Relator: Ver. ABOU ANNI (PV) Parecer: FAVORAVEL			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	.	.	.
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	.	.	.
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	.	.	.
		Ver. JAIR TATTO (PT)	.	.	.
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	.	.	.
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	.	.	.
		Ver. OTA (PROS)	.	.	.
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	.	.	.
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	.	.	.

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão. Adiado por uma sessão em 10/06/2015. Adiado por 1 (uma) sessão em 17/06/2015.

**ASSUNTO:** institui o Programa Vale-Leitura, concessão mensal de um valor pecuniário aos educadores em atividade na rede municipal de ensino, para aquisição regular de livros paradidáticos.

De acordo com a propositura: o valor estipulado para o Vale-Leitura será transferido no contracheque do servidor e será fixado e reajustado anualmente por ato do Executivo; o pagamento indevido do Vale-Leitura será caracterizado como falta grave, sujeitando às penalidades previstas em lei o servidor responsável pelo apontamento da frequência ou a autoridade competente.

O projeto também elenca, em seu art. 3º, os casos e condições em que o Vale-Leitura será devido ao servidor afastado do serviço sem prejuízo de vencimento; estabelece, em seu art. 5º, que o Vale-Leitura: I – não tem natureza salarial ou remuneratória; II – não se incorporará, para quaisquer efeitos, aos vencimentos ou proventos, nem incidirá sobre ele vantagem alguma a que faça jus o servidor; III – não será computado para efeito de 13º (décimo terceiro) salário; IV – não constituirá base de cálculo das contribuições devidas ao Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Paulo – RPPS.

**Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa:** pela legalidade (fls. 32/33).

**Comissão de Administração Pública:** favorável (fls. 34/35).

**Comissão de Educação, Cultura e Esportes:** favorável (fl. 36).

**Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:**

O projeto geraria despesas obrigatórias de caráter continuado, sem haver demonstração nos autos do valor dessas despesas e da existência de previsão orçamentária.

**Sugerimos quesitos ao Executivo para estimar o montante dessas despesas e avaliar questões relacionadas.**

Ressalte-se que as exigências estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal referentes a demonstrativos que mostrem tais dados (especificamente art. 16 [que exige estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes, acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas] e art. 17 [que determina comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais, contendo as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, sem prejuízo do exame de compatibilidade da despesa com as demais normas do plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias]) situam-se no contexto da gestão orçamentária e financeira, e a análise sob o ponto de vista do impacto presente e futuro nas despesas insere-se na competência desta Comissão, conforme estabelece o art. 47, II, “e”, do Regimento Interno:

Regimento Interno

“Art. 47 É da competência específica:

....

II - Da Comissão de Finanças e Orçamento:

....

e) opinar sobre proposições referentes a matéria tributária, abertura de créditos, empréstimos públicos, dívida pública e outras que, direta ou indiretamente, alterem a despesa ou a receita do Município e acarretem responsabilidades para o erário municipal;"

Não consta(m) dos autos do processo a(s) estimativa/demonstração/medidas de compensação/premissa/metodologia de cálculo/comprovação exigida(s) pelos artigos 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Complementar 101/2000).

Elaboração: Alexandre Henrique Cardoso - Consultor Técnico Legislativo - Economista

Revisão: Adriano Nunes Borges - Consultor Técnico Legislativo - Economista

**PARECER Nº**  
**PROJETO DE LEI Nº 517/2013**

**DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O**

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Paulo Fiorilo, visa instituir o Programa Vale-Leitura, que concederia mensalmente um valor pecuniário aos educadores em atividade na rede municipal de ensino, para aquisição regular de livros paradidáticos.

De acordo com a propositura, o valor estipulado para o Vale-Leitura será transferido no contracheque do servidor e será fixado e reajustado anualmente por ato do Executivo, sendo o pagamento indevido do Vale-Leitura caracterizado como falta grave, sujeitando às penalidades previstas em lei o servidor responsável pelo apontamento da frequência ou a autoridade competente.

O projeto também elenca, em seu art. 3º, os casos e condições em que o Vale-Leitura será devido ao servidor afastado do serviço sem prejuízo de vencimento; estabelece, em seu art. 5º, que o Vale-Leitura: I – não tem natureza salarial ou remuneratória; II – não se incorporará, para quaisquer efeitos, aos vencimentos ou proventos, nem incidirá sobre ele vantagem alguma a que faça jus o servidor; III – não será computado para efeito de 13º (décimo terceiro) salário; IV – não constituirá base de cálculo das contribuições devidas ao Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Paulo – RPPS.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

17) PL 677/2013	Ver. OTA (PROS)	Votação			
DISPÕE SOBRE A GRATUIDADE NA EXPEDIÇÃO DA SEGUNDA VIA DO BILHETE ÚNICO, QUANDO EMITIDO EM RAZÃO DE ROUBO, FURTO, PERDA OU EXTRAVIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	.	.	.
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	.	.	.
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	.	.	.
		Ver. JAIR TATTO (PT)	.	.	.
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	.	.	.
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	.	.	.
		Ver. OTA (PROS)	.	.	.
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	.	.	.
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	.	.	.
Relator: Ver. RICARDO NUNES (PMDB)					
Parecer: CONTRARIO					

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

**ASSUNTO:** determina que a emissão de segunda via do Bilhete Único ocorrerá de forma gratuita, sem cobrança de taxa, quando o usuário a requerer em razão de roubo, furto, perda ou extravio, mediante

prévio bloqueio junto à SPTrans.

O art. 2º da propositura estabelece que os custos da referida emissão serão suportados mediante licitação para inserção de mensagem publicitária em todos os cartões de Bilhete Único emitidos no âmbito da cidade de São Paulo; sendo que os valores arrecadados subsidiarão também as estruturas de informática e conta-sistemas utilizados na administração do programa e na melhoria do sistema de trânsito como a troca de semáforos defeituosos, etc.

**Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa:** pela legalidade, com apresentação de substitutivo “a fim de adequar o presente projeto de lei à melhor técnica de elaboração legislativa” (fls. 37/38).

**Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia:** favorável ao substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fls. 39/40).

**Comissão de Finanças e Orçamento:** solicitou informações ao Executivo (fl. 41) com respostas nas fls. 44 a 56, com manifestação “pelo veto ao Projeto de Lei nº 677/2013” (fl. 56).

A SPTrans destacou que “a cobrança pela emissão de 2ª via incentiva o zelo pelo cartão, uma vez que para evitar o custo há um cuidado maior por parte do usuário a fim de evitar a substituição desnecessária do cartão.” (fl. 44).

Quanto ao custo estimado pela SPTrans, “considerando que em 2013 foram emitidas 478.513 segundas vias de cartões dos tipos Vale Transporte e Comum, o custo da isenção do pagamento seria na ordem de R\$ 10.048.764,00” (fl. 46).

Por fim, a empresa informou que “Para se ter uma ideia de quanto poderíamos angariar com a receita de publicidade nos cartões seria necessário um trabalho junto às agências de publicidade, cujo retorno depende da criação de um material de venda específico para o produto.” (...) / (...) “Dada à inexistência desse trabalho, não temos como informar o valor estimado da receita potencial da publicidade nos cartões.” (fl. 47).

#### **Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:**

O projeto implicaria despesas obrigatórias de caráter continuado referente ao custo de emissão de segundas vias de cartões. Este custo foi da ordem de R\$ 10.048.764,00 para o ano de 2013.

Ressalte-se que as exigências estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal referentes a demonstrativos que mostrem tais dados (especificamente art. 16 [que exige estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes, acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas] e art. 17 [que determina comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais, contendo as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, sem prejuízo do exame de compatibilidade da despesa com as demais normas do plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias]) situam-se no contexto da gestão orçamentária e financeira, e a análise sob o ponto de vista do impacto presente e futuro nas despesas insere-se na competência desta Comissão, conforme estabelece o art. 47, II, “e”, do Regimento Interno:

#### **Regimento Interno**

“Art. 47 É da competência específica:

....

II - Da Comissão de Finanças e Orçamento:

....

e) opinar sobre proposições referentes a matéria tributária, abertura de créditos, empréstimos públicos, dívida pública e outras que, direta ou indiretamente, alterem a despesa ou a receita do Município e acarretem responsabilidades para o erário municipal;”

Não consta(m) dos autos do processo a(s) estimativa/demonstração/medidas de compensação/premissas e metodologia de cálculo/comprovação exigida

Elaboração: Bruno Nunes Medeiro - Consultor Técnico Legislativo - Economista

Revisão: Thiago de Carvalho Alves - Consultor Técnico Legislativo – Economista

**Comissão de Finanças e Orçamento**  
**Resumo dos Projetos na Pauta da 16ª Reunião Ordinária de 2015**

Data da Reunião: 24/06/2015 - Horário: 11:00 horas  
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

**PARECER Nº**  
**PROJETO DE LEI Nº 677/2013**

**DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O**

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Masataka Ota, visa determinar que a emissão de segunda via do Bilhete Único ocorrerá de forma gratuita, sem cobrança de taxa, quando o usuário a requerer em razão de roubo, furto, perda ou extravio, mediante prévio bloqueio junto à SPTrans.

A Secretaria Municipal de Transportes, em resposta a pedido de informações, manifestou-se no sentido que “para algumas modalidades a gratuidade já é praticada, e para as modalidades em que existe a cobrança, esta tem um viés inibidor, na medida em que faz com que o usuário zele pela manutenção do cartão, corroborado o fato de que as isenções poderão projetar os custos de modo a onerar o Sistema, exigindo subsídios e/ou aumento de preço da tarifa, cujo ônus recai sobre os contribuintes e usuários do sistema de Transporte Coletivo Público da Cidade de São Paulo.”

Assim, apesar da elevadas intenções do autor, a propositura não deve prosperar, pois conforme destacado pela SPTrans, “a cobrança pela emissão de 2ª via incentiva o zelo pelo cartão, uma vez que para evitar o custo há um cuidado maior por parte do usuário a fim de evitar a substituição desnecessária do cartão (...)” / “(...) Observa-se que a cobrança pela emissão de 2ª via como meio de subsidiar os custos da operação é usual nas Cidades onde o sistema automatizado de cobrança de passagens foi implantado”.

Ainda de acordo com a SPTrans, “considerando que em 2013 foram emitidas 478.513 segundas vias de cartões dos tipos Vale Transporte e Comum, o custo da isenção do pagamento seria na ordem de R\$ 10.048.764,00”, sem haver demonstração nos autos do valor dessas despesas e da existência de previsão orçamentária.

Contrário, portanto, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

18) PL 726/2013	Ver. GEORGE HATO (PMDB)	Votação			
DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DO SKATE, DO PATINS E DO BMX COMO ATIVIDADES INTEGRANTES DA DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO FUNDAMENTAL DAS ESCOLAS MUNICIPAIS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	.	.	.
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	.	.	.
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	.	.	.
		Ver. JAIR TATTO (PT)	.	.	.
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	.	.	.
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	.	.	.
		Ver. OTA (PROS)	.	.	.
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	.	.	.
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	.	.	.
Relator: Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)					
Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COM. DE ADM. PÚBLICA					

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão. Adiado por 1 (uma) sessão em 17/06/2015.

**ASSUNTO:** dispõe sobre a inclusão do Skate, do Patins e do BMX como atividades integrantes da disciplina de educação física no ensino fundamental das escolas municipais no âmbito do Município de São Paulo. Segundo o art. 2º, as atividades serão desenvolvidas do 1º (primeiro) ou 9º (nono) ano da rede municipal de ensino. O art. 4º diz que o fornecimento do material específico e adequado para a prática segura das referidas modalidades são de competência do Poder Público. A implementação das atividades no quadro da educação física fica a cargo da Secretaria Municipal de Educação, de acordo com o art. 3º.

**Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa:** pela legalidade (fls. 111-114).

**Comissão de Administração Pública:** foi realizada uma audiência pública (fls. 115-117, com menção do projeto à fl. 116; não houveram inscritos).

**Parecer favorável com apresentação de substitutivo** “objetivando facultar ao Poder Público o fornecimento dos equipamentos de segurança, bem como, para excetuar de todas as disposições previstas as unidades educacionais em que não exista local adequado e suficiente para a guarda dos equipamentos de segurança”. (fls. 118-120)

**Comissão de Educação, Cultura e Esportes:** foi realizada uma audiência pública, (fls. 121-122) com menção ao projeto à fl. 122: “(...) Até reforço o cuidado com acidentes. Haverá um médico de plantão, algum funcionário da saúde de plantão para uma situação de acidente? As crianças ficarão com esses instrumentos, esses brinquedos? Tem de haver lugar para guardar. Então, cria-se uma situação bastante difícil na escola, até por falta de funcionários para tomar conta disso”. (Sr. Arnaldo do Sindicato dos Professores e Funcionários Municipais de São Paulo).

**Foram feitos quesitos ao Executivo** (fl. 123) com resposta às folhas 125/134:

- “(...) o texto prevê a utilização de equipamentos esportivos, como skates, patins in line e bikes BMX, porém não renuncia a aquisição de tais instrumentos, materiais que nem todos os estudantes possuem. Se o trabalho depender de equipamentos dos próprios alunos, serão excluídos das atividades de aula crianças e adolescentes que não os possuem”. (fl. 126 – Secretaria Municipal de Educação).

- “Do ponto de vista orçamentário, se os equipamentos forem adquiridos com receitas próprias da Educação, haverá um ônus significativo a ser computado nas despesas da Pasta, uma vez que são equipamentos de valor financeiro elevado a serem distribuídos em quantidade suficiente para todas as escolas que mantêm o Ensino Fundamental na Rede Municipal de Ensino. A medida, nessa situação, infringiria ainda o disposto no § 2º do art. 37 da Lei Orgânica do Município”:

§ 2º - São de iniciativa privativa do Prefeito as leis que disponham sobre:

(...) IV – organização administrativa e matéria orçamentária. (fls. 126/127 – Secretaria Municipal de Educação).

- “(...) as UEs não dispõem de espaço físico necessário às práticas pretendidas nem de profissionais habilitados para o atendimento em caso de possíveis acidentes”. (fl. 128 – Secretaria Municipal de Educação).

- “Frente a todo o exposto, somos de entendimento que o PL nº 726/13 não detém condições de prosperar, razão pela qual propomos seu veto em inteiro teor”. (fl. 129 – Secretaria Municipal de Educação).

**A Comissão exarou parecer contrário:** “O Executivo manifestou-se contrário a proposição e enumerou vários aspectos que inviabilizam sua implementação. Destacamos entre tantos aspectos a falta de espaço físico adequado nas Unidades Educacionais para as práticas desses esportes, falta de profissionais habilitados para atendimento em caso de acidentes e a necessidade de formação específica para os professores de educação física, que não obrigatoriamente tem essa habilitação/capacitação. Além disso, a determinação da inclusão da atividade skate, patins e do BMX na disciplina de educação física para as escolas fere a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Federal nº 9.394/1996) quando em seu art. 15 estabelece que os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público”. (fl. 135).

**Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:**

A propositura original, se aprovada, geraria despesas obrigatórias de caráter continuado, uma vez que o a diz que o fornecimento do material específico e adequado para a prática segura das referidas modalidade de competência do Poder Público, sem haver demonstração nos autos do valor dessas despesas existência de previsão orçamentária. O substitutivo da Comissão de Administração Pública alterou a redação art 4º, ficando facultado ao Poder Público o fornecimento dos equipamentos específicos e adequados p prática segura das referidas atividades.

Além disso, a propositura não renuncia a aquisição dos equipamentos esportivos como skates, patins e B Segundo o Executivo, se esses equipamentos forem adquiridos com receitas próprias da Educação, “haver ônus significativo a ser computado nas despesas da Pasta, uma vez que são equipamentos de valor finan

**Comissão de Finanças e Orçamento**  
**Resumo dos Projetos na Pauta da 16ª Reunião Ordinária de 2015**

Data da Reunião: 24/06/2015 - Horário: 11:00 horas  
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

elevado a serem distribuídos em quantidade suficiente para todas as escolas que mantêm o Ensino Fundamental na Rede Municipal de Ensino”.

Ressalte-se que as exigências estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal referentes a demonstrações que mostrem tais dados (especificamente art. 16 [que exige estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes, acompanhada das premissas e metodologias de cálculo utilizadas] e art. 17 [que determina comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afeta o cumprimento das metas de resultados fiscais, contendo as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, sem prejuízo do equilíbrio e de compatibilidade da despesa com as demais normas do plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias] situam-se no contexto da gestão orçamentária e financeira, e a análise sob o ponto de vista do impacto presente e futuro nas despesas insere-se na competência desta Comissão, conforme estabelece o art. 47, II, “e” do Regimento Interno:

**Regimento Interno**

“Art. 47 É da competência específica:

....

II - Da Comissão de Finanças e Orçamento:

....

e) opinar sobre proposições referentes a matéria tributária, abertura de créditos, empréstimos públicos, dívida pública e outras que, direta ou indiretamente, alterem a despesa ou a receita do Município e acarretem responsabilidades para o erário municipal;”

Não consta(m) dos autos do processo a(s) estimativa/demonstração/medidas de compensação/premissas/metodologia de cálculo/comprovação exigida(s) pelos artigos 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/2000).

Elaboração: Alexandre Henrique Cardoso - Consultor Técnico Legislativo - Economista

Revisão: Bruno Nunes Medeiro - Consultor Técnico Legislativo - Economista

**PARECER Nº**  
**PROJETO DE LEI Nº 726/2013**

**DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O**

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador George Hato, visa a inclusão do Skate, do Patins e do BMX como atividades integrantes da disciplina de educação física no ensino fundamental das escolas municipais no âmbito do Município de São Paulo. Segundo o art. 2º, as atividades serão desenvolvidas do 1º (primeiro) ou 9º (nono) ano da rede municipal de ensino. O art. 4º diz que o fornecimento do material específico e adequado para a prática segura das referidas modalidades são de competência do Poder Público. A implementação das atividades no quadro da educação física fica a cargo da Secretaria Municipal de Educação, de acordo com o art. 3º.

A Comissão de Administração Pública exarou parecer favorável com apresentação de substitutivo “objetivando facultar ao Poder Público o fornecimento dos equipamentos de segurança, bem como, para excetuar de todas as disposições previstas as unidades educacionais em que não exista local adequado e suficiente para a guarda dos equipamentos de segurança”.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer, nos termos do substitutivo da Comissão de Administração Pública.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

**Comissão de Finanças e Orçamento**  
**Resumo dos Projetos na Pauta da 16ª Reunião Ordinária de 2015**

Data da Reunião: 24/06/2015 - Horário: 11:00 horas  
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

19) PL 774/2013	Ver. EDIR SALES (PSD)	Votação			
ALTERA A DENOMINAÇÃO DA RUA CORREIA BARROS PARA RUA PEDRO FORLI, NO DISTRITO DE VILA PRUDENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (SITUADA NO DISTRITO DE VILA PRUDENTE, SETOR 044, QUADRA 040/SP, CODLOG Nº 05337-6)			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	.	.	.
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	.	.	.
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	.	.	.
		Ver. JAIR TATTO (PT)	.	.	.
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	.	.	.
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	.	.	.
		Ver. OTA (PROS)	.	.	.
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	.	.	.
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	.	.	.
Relator: Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)					
Parecer: FAVORAVEL					

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão. Adiado por 1 (uma) sessão em 17/06/2015.

**ASSUNTO:** altera a denominação da Rua Correia Barros para Rua Pedro Forli, no Distrito de Vila Prudente.

**Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa:** solicitou informações ao Executivo, com resposta a fls. 42/53:

- "...Trata-se de alteração não prevista nas legislações que regem o assunto..." Secretaria Municipal de Licenciamento (fls. 43);

- "... Também no caso do abaixo-assinado juntado em folhas 09 deste processo, a Lei nº 14.454, de 27 de julho de 2007, solicita a consulta de moradores ou domiciliados no entorno apenas nas situações em que o nome atual do logradouro seja motivo de ofensa ou ridículo e naqueles em que há homonímia. Não é o que acontece para esse logradouro" idem (fls. 46/47).

Essa Comissão exarou parecer pela legalidade (fls. 53).

**Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente:** parecer favorável (fls. 54).

**Comissão de Educação, Cultura e Esportes:** parecer favorável (fls. 55).

**Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:**

Despesas, em tese, normalmente previstas.

Elaboração: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Alexandre Henrique Cardoso - Consultor Técnico Legislativo - Economia

**PARECER Nº**  
**PROJETO DE LEI Nº 774/2013**

**DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O**

O presente projeto de lei, de autoria da nobre Vereadora Edir Sales, visa alterar a denominação da Rua Correia Barros para Rua Pedro Forli, no Distrito de Vila Prudente.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

**Comissão de Finanças e Orçamento**  
**Resumo dos Projetos na Pauta da 16ª Reunião Ordinária de 2015**

Data da Reunião: 24/06/2015 - Horário: 11:00 horas  
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

20) PL 811/2013	Ver. GILSON BARRETO (PSDB); Ver. PATRÍCIA BEZERRA (PSDB); Ver. EDUARDO TUMA (PSDB); Ver. CORONEL TELHADA (PSDB); Ver. AURELIO NOMURA (PSDB); Ver. CLAUDINHO DE SOUZA (PSDB)	Votação			
DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE GRATIFICAÇÃO POR SERVIÇO NOTURNO AOS GUARDAS CÍVIS METROPOLITANOS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	.	.	.
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	.	.	.
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	.	.	.
		Ver. JAIR TATTO (PT)	.	.	.
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	.	.	.
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	.	.	.
		Ver. OTA (PROS)	.	.	.
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	.	.	.
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	.	.	.
Relator: Ver. ADILSON AMADEU (PTB)					
Parecer: FAVORAVEL					

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

**ASSUNTO:** Concede gratificação por serviço noturno aos Guardas Civis Metropolitanos do Município de São Paulo em caráter permanente, enquanto perdurar a atividade noturna.

Conforme o art. 2º, a gratificação por serviços noturnos será paga ao Guarda Civil Metropolitano na base de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor da hora trabalhada diurna. Entende-se como serviço noturno aquele prestado das 22 horas de um dia às 6 horas do dia seguinte e, na eventualidade de prorrogação da jornada noturna após as 6 horas do dia seguinte, o Guarda Civil Metropolitano terá direito ao adicional até o efetivo encerramento do trabalho.

A hora noturna será computada como 52 minutos e 30 segundos.

**Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa:** (fls. 68-69) pela legalidade

**Comissão de Administração Pública:** (fl. 70) Favorável

**Relator da Comissão de Finanças e Orçamento: Quesitos ao Executivo (fl. 71). Resposta do Executivo (73-81) SEMPLA – Coordenadoria de Gestão de Pessoas (fl. 74):** “De acordo com a legislação em vigor, os Guardas Civis Metropolitanos encontram-se submetidos ao Regime Especial de Trabalho Policial – RETP, caracterizado pelo cumprimento de horário e local de trabalho variáveis, prestação de serviços em finais de semana e feriados, **plantões noturnos** e outros estabelecidos em decreto, assim como pela sujeição a trabalho perigoso, insalubre ou penoso, observadas, sempre, as peculiaridades do serviço, percebendo, em contrapartida, a correspondente remuneração sob a forma de gratificação, equivalente a 80% (oitenta por cento), incidente, exclusivamente, sobre o padrão de vencimento do servidor, a teor dos arts. 18 e 19, da Lei nº 13.768/04, c/c o Decreto nº 51.788/10. Assim, percebe-se que a medida contida no PL nº 811/13 tem como parâmetro retribuir o profissional da Guarda Civil Metropolitana de acordo com aspectos já considerados para Gratificação pelo Regime Especial de Trabalho Policial – RETP, nos termos da Lei nº 13.766/04,...”

**SEMLA – DERH-G (FL. 75):** “... o assunto – adicional noturno e sua extensão às demais categorias – é objeto de estudos no PA nº 2009-0315725-6, o qual foi enviado em 31/03/2014 à ART.

**SEMLA – ATEG – Asses. Técn. Jurídica:** (fl. 78-78v) “O presente projeto de lei descumpra a lei de responsabilidade fiscal – Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000, uma vez que institui despesa sem a prévia determinação de fonte de custeio.”

“os Guardas Civis Metropolitanos já são remunerados pelo Regime Especial de Trabalho Policial – RETP,

opinamos pelo veto integral ao Projeto ...”

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

Gera despesas de pessoal de caráter continuado.

Consta dos autos do processo a(s) estimativa/demonstração/medidas de compensação/premissas e metodologia de cálculo/comprovação exigida(s) pelos seguintes dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal (**sim ou não**):

Art. 16 - A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I - **estimativa** do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

☐ **sim** ☒ **não**

Art. 16 - ...

....

§ 2º - A estimativa de que trata o inciso I do *caput* será acompanhada das **premissas e metodologia de cálculo** utilizadas.

☐ **sim** ☒ **não**

Art. 17 - Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

§ 1º - Os atos que criarem ou aumentarem despesa de que trata o *caput* deverão ser instruídos com a **estimativa** prevista no inciso I do art. 16 e demonstrar a origem dos recursos para seu custeio.

§ 2º - Para efeito do atendimento do § 1º, o ato será acompanhado de **comprovação** de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo referido no § 1º do art. 4º, devendo seus efeitos financeiros, nos períodos seguintes, ser compensados pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa.

Art. 4º ...

.....

*§ 1º Integrará o projeto de lei de diretrizes orçamentárias Anexo de Metas Fiscais, em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.*

§ 3º - Para efeito do § 2º, considera-se aumento permanente de receita o proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§ 4º - A **comprovação** referida no § 2º, apresentada pelo proponente, conterà as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, sem prejuízo do exame de compatibilidade da despesa com as demais normas do plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias.

☐ **sim** ☒ **não**

Elaboração: Regina Eiko Kimachi - Consultor Técnico Legislativo - Economista

Revisão: Alexandre Henrique Cardoso - Consultor Técnico Legislativo – Economista

## PARECER Nº PROJETO DE LEI Nº 811/2013

## DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Coronel Telhada, visa conceder gratificação por serviço noturno aos Guardas Cíveis Metropolitanos do Município de São Paulo em caráter permanente, enquanto perdurar a atividade noturna.

Conforme o art. 2º, a gratificação por serviços noturnos será paga ao Guarda Civil Metropolitano na base de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor da hora trabalhada diurna. Entende-se como serviço noturno aquele prestado das 22 horas de um dia às 6 horas do dia seguinte e, na eventualidade de prorrogação da jornada noturna após as 6 horas do dia seguinte, o Guarda Civil

**Comissão de Finanças e Orçamento**  
**Resumo dos Projetos na Pauta da 16ª Reunião Ordinária de 2015**

Data da Reunião: 24/06/2015 - Horário: 11:00 horas  
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

Metropolitano terá direito ao adicional até o efetivo encerramento do trabalho. Dispõe, ainda, que a hora noturna será computada como 52 minutos e 30 segundos.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

21) PL 824/2013	Ver. TONINHO VESPOLI (PSOL)	Votação			
OBRIGA OS ÓRGÃOS PÚBLICOS E PRIVADOS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO A USAREM O TERMO "PESSOAS COM DEFICIÊNCIA" PARA SE REFERIR A PESSOAS COM QUALQUER TIPO DE DEFICIÊNCIA.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	.	.	.
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	.	.	.
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	.	.	.
		Ver. JAIR TATTO (PT)	.	.	.
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	.	.	.
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	.	.	.
		Ver. OTA (PROS)	.	.	.
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	.	.	.
Relator: Ver. ABOU ANNI (PV)		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	.	.	.
Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA					

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão. Adiado por uma sessão em 10/06/2015. Adiado por 1 (uma) sessão em 17/06/2015.

**ASSUNTO:** obriga os órgãos públicos e privados no âmbito do Município de São Paulo a usarem o termo "pessoas com deficiência" para se referir a pessoas com qualquer tipo de deficiência.

A propositura estipula o prazo de 12 (doze) meses, a partir da data de sua publicação como lei, para que os órgãos públicos e privados do Município de São Paulo a ela se adaptem, substituindo placas indicativas, cabeçalhos de documentos e todo e qualquer artefato em que se faça necessária a mudança para o termo "pessoas com deficiência".

**Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa:** apresentou substitutivo (fls. 70 a 75), "para adequar o pretendido pelo projeto aos limites da competência legislativa desta Casa. Com efeito, não há respaldo para a imposição por parte do Poder Público Municipal da obrigatoriedade do uso de determinada terminologia a órgãos privados" (fl. 71).

**Comissão de Administração Pública:** favorável ao substitutivo apresentado pela Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fl. 76).

**Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher:** favorável ao substitutivo apresentado pela Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fl. 77).

**Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:**

O projeto não implica aumento de despesa obrigatória de caráter continuado.

Elaboração: Bruno Nunes Medeiro - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo – Economia

**PARECER Nº**  
**PROJETO DE LEI Nº 824/2013**

**DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O**

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Toninho Vespoli, visa obrigar os órgãos públicos e privados no âmbito do Município de São Paulo a usarem o termo "pessoas com deficiência"

**Comissão de Finanças e Orçamento**  
**Resumo dos Projetos na Pauta da 16ª Reunião Ordinária de 2015**

Data da Reunião: 24/06/2015 - Horário: 11:00 horas  
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

para se referir a pessoas com qualquer tipo de deficiência.

A propositura estipula o prazo de 12 (doze) meses, a partir da data de sua publicação como lei para que os órgãos públicos e privados do Município de São Paulo a ela se adaptem, substituindo placas indicativas, cabeçalhos de documentos e todo e qualquer artefato em que se faça necessária a mudança para o termo “pessoas com deficiência”.

A douta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa apresentou substitutivo “para adequar o pretendido pelo projeto aos limites da competência legislativa desta Casa. Com efeito, não há respaldo para a imposição por parte do Poder Público Municipal da obrigatoriedade do uso de determinada terminologia a órgãos privados”.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer, nos termos do substitutivo apresentado pela Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

22) PL 848/2013	Ver. ORLANDO SILVA (PC DO B); Ver. ARI FRIEDENBACH (PROS)	Votação			
INSTITUI O ESTATUTO DO SAMBA PAULISTANO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.  Relator: Ver. ABOU ANNI (PV)  Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE TRÂNSITO			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PROS)	-	-	-
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

**ASSUNTO:** institui o Estatuto do Samba Paulistano, destinado a criar incentivos e estabelecer normas, mecanismos e procedimentos para a proteção, o fortalecimento e o desenvolvimento do samba no Município de São Paulo. Mais especificamente, a propositura autoriza o Executivo a:

- ceder uma área ou próprio municipal no bairro do Glicério para abrigar a Sede Social e a Quadra de Ensaios da Sociedade Recreativa Beneficente Escola de Samba Lavapés;
- ceder área na região central da Cidade para a implantação da Sede Social da Associação Cultural Independente das Velhas Guardas do Estado de São Paulo;
- decretar ponto facultativo no dia 02 de dezembro (Dia Nacional do Samba), durante todo o expediente ou em parte dele;
- promover incentivos e conceder isenções tributárias e fiscais aos proprietários de estabelecimentos comerciais e de serviços que contratarem apresentações de samba ao vivo;
- instituir o Fundo Especial de Apoio e Amparo ao Sambista (FAS), destinado a prestar auxílio financeiro, material, social, educacional e logístico aos sambistas que possuam mais de 60 (sessenta) anos;
- instituir o Cadastro Municipal do Samba, com a finalidade de coletar, agregar e consolidar informações dos sambistas paulistanos, bem como de seus grupos, comunidades, redes e sítios eletrônicos, empresas e suas entidades representativas;
- ofertar oficinas e aulas de samba, passando o ensino musical do Samba a constituir matéria optativa na grade extracurricular da rede municipal de ensino;
- assegurar a participação de representantes dos sambistas nos conselhos e órgãos de deliberação

coletiva da Administração Pública Municipal Direta e Indireta, desde que inexistam óbices de natureza técnica, administrativa ou legal.

E também determina, entre outras disposições, que:

- as entidades representativas do Samba Paulistano poderão solicitar que a Guarda Civil Metropolitana preste o serviço de guarda e segurança de eventos relativos à exposição, demonstração e exaltação do samba como Patrimônio Histórico Cultural Imaterial da Cidade de São Paulo;
- a história e a trajetória do samba e de seus personagens constem da grade curricular do Curso de Formação em Segurança Urbana (CFSU), curso este que forma os guardas civis metropolitanos;
- os grandes eventos culturais realizados com o apoio, patrocínio ou a participação dos órgãos da Administração Municipal Direta ou Indireta deverão, obrigatoriamente, incluir a apresentação musical do samba;
- o Poder Executivo e a Câmara Municipal de São Paulo prestarão homenagem aos personagens ilustres que avultaram o papel do Samba no Carnaval Paulistano;
- o Poder Executivo incentivará e apoiará os grupos, blocos, grêmios, sociedades, associações, escolas e outras entidades representativas do samba que realizem trabalhos socioeducativos, culturais, empreendedorísticos e de capacitação tecnológica direcionados a crianças, adolescentes, jovens, mulheres e idosos, preferencialmente nas regiões mais carentes do Município de São Paulo;
- o Poder Executivo consignará na Lei Orçamentária Municipal recursos destinados aos ensaios, demonstrações, apresentações e desfiles oficiais das Escolas de Samba, Blocos, Bandas Carnavalescas e Comunidades de Samba, em patamares crescentes, objetivando a sustentabilidade econômica e financeira do Samba Paulistano.
- o Poder Executivo assegurará a pelo menos 01 (um) representante legal de Escola de Samba, Bloco, Banda Carnavalesca, Comunidade de Samba ou Entidade Geral Representativa do Samba Paulistano, gratuidade nos transportes coletivos do Município de São Paulo, nos 30 (trinta) dias anteriores e nos (30) trinta dias posteriores aos festejos do Carnaval, como forma de auxiliar a qualificação das apresentações destas Entidades, bem como facilitar e agilizar suas prestações de contas.

**Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa:** pela legalidade (fls. 156-157).

**Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia:** favorável (fls. 158-167), com substitutivo que corrige equívocos de numeração de artigos e incisos e suprime artigos que tratam de alteração de nome de rua e de cessão de áreas municipais (retira artigos 7º, 8º e 21 do texto original).

Destaque-se alguns pontos levantados por esta Comissão em seu parecer:

“(…) Entretanto, em que pese o digníssimo propósito do projeto de lei, deve-se levar em conta as seguintes considerações:

• Os artigos 7º e 21 tratam de cessão de área municipal. Em razão da relevância da matéria, dever-se-ia tratar da cessão em projeto de lei específico. Igualmente, em razão da cessão de imóvel, o presente projeto de lei também deveria ser apreciado pela Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, comissão competente para analisar essa matéria;

• O artigo 28 trata da criação de um fundo de apoio e amparo ao sambista. Em razão da relevância, especificidade e complexidade, seria mais adequado tratar da matéria em projeto de lei própria;

• O projeto de lei trata de alguns assuntos que terão impacto no orçamento do município, tais como os incentivos e isenções fiscais (art. 22), os recursos financeiros públicos às entidades do samba (art. 24), a contratação de professores (parágrafo único do art. 14) e a instituição do fundo de apoio e amparo ao sambista (art. 28). Entretanto, o projeto de lei não está acompanhado de estimativa de valores, nem de fonte de recursos para suportar os gastos (...).”

**Comissão de Educação, Cultura e Esportes:** favorável ao substitutivo da Comissão de Trânsito,

**Comissão de Finanças e Orçamento**  
**Resumo dos Projetos na Pauta da 16ª Reunião Ordinária de 2015**

Data da Reunião: 24/06/2015 - Horário: 11:00 horas  
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia (fls. 168).

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

O projeto traz disposições que implicam aumentos de gastos públicos, em um contexto de criação de despesas em caráter continuado. Sugere-se quesitos ao Executivo para tentar avaliar quantitativamente esses gastos. Há, em caráter autorizativo, previsão de criação de fundo e de concessão de incentivos fiscais.

Consta dos autos do processo a(s) estimativa/demonstração/medidas de compensação/premissas e metodologia de cálculo/comprovação exigida(s) pelos seguintes dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal (**sim ou não**):

Art. 16 - A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I - **estimativa** do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

☐ **sim** ☒ **não**

Art. 16 - ...

....

§ 2º - A estimativa de que trata o inciso I do *caput* será acompanhada das **premissas e metodologia de cálculo** utilizadas.

☐ **sim** ☒ **não**

Art. 17 - Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

§ 1º - Os atos que criarem ou aumentarem despesa de que trata o *caput* deverão ser instruídos com a **estimativa** prevista no inciso I do art. 16 e demonstrar a origem dos recursos para seu custeio.

§ 2º - Para efeito do atendimento do § 1º, o ato será acompanhado de **comprovação** de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo referido no § 1º do art. 4º, devendo seus efeitos financeiros, nos períodos seguintes, ser compensados pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa.

Art. 4º ...

.....

*§ 1º Integrará o projeto de lei de diretrizes orçamentárias Anexo de Metas Fiscais, em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.*

§ 3º - Para efeito do § 2º, considera-se aumento permanente de receita o proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§ 4º - A **comprovação** referida no § 2º, apresentada pelo proponente, conterà as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, sem prejuízo do exame de compatibilidade da despesa com as demais normas do plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias.

☐ **sim** ☒ **não**

Elaboração: Adriano Nunes Borges - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Alexandre Henrique Cardoso - Consultor Técnico Legislativo – Economia

**PARECER Nº**  
**PROJETO DE LEI Nº 848/2013**

**DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O**

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Orlando Silva, visa instituir o Estatuto do Samba Paulistano, destinado a criar incentivos e estabelecer normas, mecanismos e procedimentos para a proteção, o fortalecimento e o desenvolvimento do samba no Município de São Paulo. Mais especificamente, a propositura autoriza o Executivo a:

**Comissão de Finanças e Orçamento**  
**Resumo dos Projetos na Pauta da 16ª Reunião Ordinária de 2015**

Data da Reunião: 24/06/2015 - Horário: 11:00 horas  
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

- ceder uma área ou próprio municipal no bairro do Glicério para abrigar a Sede Social e a Quadra de Ensaios da Sociedade Recreativa Beneficente Escola de Samba Lavapés;
- ceder área na região central da cidade para a implantação da Sede Social da Associação Cultural Independente das Velhas Guardas do Estado de São Paulo;
- decretar ponto facultativo no dia 02 de dezembro (Dia Nacional do Samba), durante todo o expediente ou em parte dele;
- promover incentivos e conceder isenções tributárias e fiscais aos proprietários de estabelecimentos comerciais e de serviços que contratarem apresentações de samba ao vivo;
- instituir o Fundo Especial de Apoio e Amparo ao Sambista (FAS), destinado a prestar auxílio financeiro, material, social, educacional e logístico aos sambistas que possuam mais de 60 (sessenta) anos;
- instituir o Cadastro Municipal do Samba, com a finalidade de coletar, agregar e consolidar informações dos sambistas paulistanos, bem como de seus grupos, comunidades, redes e sítios eletrônicos, empresas e suas entidades representativas;
- ofertar oficinas e aulas de samba, passando o ensino musical do Samba a constituir matéria optativa na grade extracurricular da rede municipal de ensino;
- assegurar a participação de representantes dos sambistas nos conselhos e órgãos de deliberação coletiva da Administração Pública Municipal Direta e Indireta, desde que inexistam óbices de natureza técnica, administrativa ou legal.

E também determina, entre outras disposições, que:

- as entidades representativas do Samba Paulistano poderão solicitar que a Guarda Civil Metropolitana preste o serviço de guarda e segurança de eventos relativos à exposição, demonstração e exaltação do samba como Patrimônio Histórico Cultural Imaterial da Cidade de São Paulo;
- a história e a trajetória do samba e de seus personagens constem da grade curricular do Curso de Formação em Segurança Urbana (CFSU), curso este que forma os guardas civis metropolitanos;
- os grandes eventos culturais realizados com o apoio, patrocínio ou a participação dos órgãos da Administração Municipal Direta ou Indireta deverão, obrigatoriamente, incluir a apresentação musical do samba;
- o Poder Executivo e a Câmara Municipal de São Paulo prestarão homenagem aos personagens ilustres que avultaram o papel do Samba no Carnaval Paulistano;
- o Poder Executivo incentivará e apoiará os grupos, blocos, grêmios, sociedades, associações, escolas e outras entidades representativas do samba que realizem trabalhos socioeducativos, culturais, empreendedorísticos e de capacitação tecnológica direcionados a crianças, adolescentes, jovens, mulheres e idosos, preferencialmente nas regiões mais carentes do Município de São Paulo;
- o Poder Executivo consignará na Lei Orçamentária Municipal recursos destinados aos ensaios, demonstrações, apresentações e desfiles oficiais das Escolas de Samba, Blocos, Bandas Carnavalescas e Comunidades de Samba, em patamares crescentes, objetivando a sustentabilidade econômica e financeira do Samba Paulistano.
- o Poder Executivo assegurará a pelo menos 01 (um) representante legal de Escola de Samba, Bloco, Banda Carnavalesca, Comunidade de Samba ou Entidade Geral Representativa do Samba Paulistano, gratuidade nos transportes coletivos do Município de São Paulo, nos 30 (trinta) dias anteriores e nos (30) trinta dias posteriores aos festejos do Carnaval, como forma de auxiliar a qualificação das apresentações destas Entidades, bem como facilitar e agilizar suas prestações de contas.

A douta Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia, em seu parecer, apresentou substitutivo que corrige equívocos de numeração de artigos e incisos e suprime artigos que tratam de alteração de nome de rua e de cessão de áreas municipais.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, nos termos do substitutivo

**Comissão de Finanças e Orçamento**  
**Resumo dos Projetos na Pauta da 16ª Reunião Ordinária de 2015**

Data da Reunião: 24/06/2015 - Horário: 11:00 horas  
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

mentionado, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável ao substitutivo da Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia, portanto, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

23) PL 878/2013	Ver. DAVID SOARES (PSD)	Votação			
AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CRIAR O ENDEREÇO SOCIAL NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	.	.	.
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	.	.	.
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	.	.	.
		Ver. JAIR TATTO (PT)	.	.	.
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	.	.	.
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	.	.	.
		Ver. OTA (PROS)	.	.	.
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	.	.	.
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	.	.	.
Relator: Ver. OTA (PROS)					
Parecer: FAVORAVEL COM SUBSTITUTIVO					

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão. Adiado por 1 (uma) sessão em 17/06/2015.

**ASSUNTO:** autoriza o Poder Executivo a criar o Endereço Social no Município de São Paulo.

Pelo art. 1º, fica o Poder Executivo, em parceria com a Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social, Secretaria de Segurança Pública e Empresas Públicas e/ou Privadas autorizado a criar o endereço social.

O art. 2º estabelece que o cadastro será realizado através de órgãos estabelecidos pelo Poder Executivo, que determinará as normas de inscrição das pessoas necessitadas da existência de um endereço domiciliar.

O art. 5º determina que o endereço social será destinado a todos os moradores de ruas, migrantes ou imigrantes que estiverem desprovidos de manterem um endereço domiciliar, a fim de receberem notificações, cartas, contas entre outros.

**Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa:** pela legalidade (fls. 27/28).

**Comissão de Administração Pública:** favorável (fls. 29).

**Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher:** solicitou informações ao Executivo (fls. 31), com resposta a fls. 32/42:

- "... todo morador em situação de rua, que se encontre ou não em Acolhimento na rede socioassistencial, migrantes ou imigrantes que estiverem desprovidos de endereço domiciliar, tem disponível como referência, todos os endereços da rede socioassistencial, desde os Centros de Acolhida, dos Espaços e Núcleos de Convivência até dos CRAS e CREAS...

...o Cadastro Único, realizado na cidade com a população de rua, se utiliza dos endereços da rede socioassistencial como referência para os moradores em situação de rua...

... esta prática é bastante funcional tanto nas questões de entrega de documentos, contas e cartas como para questões de trabalho, para efeito de Currículo ou contratação, ainda disponibilizando um número de telefone do próprio Serviço...

... Nos manifestamos desfavoráveis quanto a criação do serviço "Endereço Social" uma vez que na prática do atendimento socioassistencial, ele já existe e é bastante eficiente e funcional" – Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS) – Proteção Social Especial (fls. 33/34).

".... necessário destacar que o Projeto de Lei é muito confuso... Como está escrito [o art. 1º], o dispositivo considera que todas as entidades mencionadas estariam autorizadas a criar o endereço social...

... Ao utilizar-se da expressão “endereço domiciliar”, o legislador comete dois equívocos o primeiro quanto à técnica legislativa e o segundo de ordem jurídica material...”endereço domiciliar” é expressão referente ao instituto jurídico do “domicílio”, sendo, nos termos do art. 70 do Código Civil vigente, o lugar em que a pessoa natural estabelece sua residência com “ânimo definitivo”.

Especialmente no caso dos moradores de rua e outros indivíduos que não possuem residência fixa ou habitual, a lei civil determina:

“Art. 73. Ter-se-á por domicílio da pessoa natural, que não tenha residência habitual, o lugar onde for encontrada”.

Assim, diferente do estatuído pelo art. 2º do PL 878/2013, não há que se falar em criação de domicílio ou endereço domiciliar daqueles que seriam beneficiados com o Projeto, haja vista que domicílio desses indivíduos, para fins legais, é qualquer lugar onde forem encontrados. O que se intenta com o Projeto de Lei é, em verdade, a mera disponibilização de endereço...” – SMADS – Assessoria Jurídica (fls. 38/40).

**Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:**

Pelas informações acima mencionadas, a ação já existe, sendo necessária correção quanto às questões levantadas no tocante ao texto.

Sugerimos substitutivo.

Elaboração: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Bruno Nunes Medeiro - Consultor Técnico Legislativo - Economia

**PARECER Nº**  
**PROJETO DE LEI Nº 878/2013**

**DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O**

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador David Soares, visa autorizar o Poder Executivo a criar o Endereço Social no Município de São Paulo.

Pelo art. 1º, fica o Poder Executivo, em parceria com a Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social, Secretaria de Segurança Pública e Empresas Públicas e/ou Privadas, autorizado a criar o endereço social.

O art. 2º estabelece que o cadastro será realizado através de órgãos estabelecidos pelo Poder Executivo, que determinará as normas de inscrição das pessoas necessitadas da existência de um endereço domiciliar.

Determina o art. 5º que o endereço social será destinado a todos os moradores de ruas, migrantes ou imigrantes que estiverem desprovidos de manterem um endereço domiciliar, a fim de receberem notificações, cartas, contas entre outros.

A douta Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher solicitou informações ao Executivo, respondendo a Assessoria Jurídica da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social que “...Como está escrito [o art. 1º], o dispositivo considera que todas as entidades mencionadas estariam autorizadas a criar o endereço social..... Ao utilizar-se da expressão ‘endereço domiciliar’, o legislador comete dois equívocos o primeiro quanto à técnica legislativa e o segundo de ordem jurídica material...”endereço domiciliar’ é expressão referente ao instituto jurídico do ‘domicílio’, sendo, nos termos do art. 70 do Código Civil vigente, o lugar em que a pessoa natural estabelece sua residência com ‘ânimo definitivo’. Especialmente no caso dos moradores de rua e outros indivíduos que não possuem residência fixa ou habitual, a lei civil determina:

‘Art. 73. Ter-se-á por domicílio da pessoa natural, que não tenha residência habitual, o lugar onde for encontrada’.

*Assim, diferente do estatuído pelo art. 2º do PL 878/2013, não há que se falar em criação de domicílio ou endereço domiciliar daqueles que seriam beneficiados com o Projeto, haja vista que domicílio desses indivíduos, para fins legais, é qualquer lugar onde forem encontrados. O que se intenta com o Projeto de Lei é, em verdade, a mera disponibilização de endereço...”.*

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

*Favorável, portanto, é o parecer. Contudo, tendo em vista o acima apontado, apresentamos o*

**Comissão de Finanças e Orçamento**  
**Resumo dos Projetos na Pauta da 16ª Reunião Ordinária de 2015**

Data da Reunião: 24/06/2015 - Horário: 11:00 horas  
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

seguinte substitutivo, que retira referência a "domicílio", além de alterar a redação de dispositivos com o propósito de tornar o texto mais conciso e objetivo:

**SUBSTITUTIVO Nº**

**AO PROJETO DE LEI Nº 878/2013**

Autoriza o Poder Executivo a criar o Endereço Social no Município de São Paulo, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar o endereço social.

Art. 2º O cadastro será realizado através de órgãos estabelecidos pelo Poder Executivo, que determinará as normas de inscrição das pessoas necessitadas da existência de um endereço.

Art. 3º Havendo necessidade, a Administração Pública poderá instituir diretrizes em parceria com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, estabelecendo normas para efetivação e aprovação do cadastro dos interessados.

Art. 4º O endereço social será destinado a todos os moradores de ruas, migrantes ou imigrantes que estiverem desprovidos de manterem um endereço, a fim de receberem notificações, cartas e contas, dentre outras correspondências.

Art. 5º As despesas com a execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 6º- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

24) PL 2/2014	Ver. GILSON BARRETO (PSDB); Ver. PATRÍCIA BEZERRA (PSDB); Ver. EDUARDO TUMA (PSDB); Ver. CORONEL TELHADA (PSDB); Ver. ANDREA MATARAZZO (PSDB); Ver. MÁRIO COVAS NETO (PSDB); Ver. CLAUDINHO DE SOUZA (PSDB)	Votação			
			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PROS)	-	-	-
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
DECLARA O CENTRO COMERCIAL GRANDES GALERIAS, CONHECIDO COMO GALERIA DO ROCK, COMO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL E MATERIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO.		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-
Relator: Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)					
Parecer: FAVORAVEL					

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão. Adiado por uma sessão em 10/06/2015. Adiado por 1 (uma) sessão em 17/06/2015.

**ASSUNTO:** Declara o Centro Comercial Grandes Galerias, conhecido como Galeria do Rock, como patrimônio cultural imaterial e material do município de São Paulo.

Dispõe o art. 2º que o Executivo regulamentará a presente propositura no prazo de 90 (noventa) dias

contados a partir de sua publicação.

**Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa:** pela legalidade (fls. 94-95).

**Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente:** Favorável (fl. 96).

**Comissão de Educação, Cultura e Esportes:** Favorável (fl. 97).

**Comissão de Finanças e Orçamento:** solicitou informações ao Executivo (fl. 99), com respostas as folhas 101/119.

*Secretaria Municipal de Cultura – Depto. De Patrimônio Histórico:* “...entendemos que o ato do tombamento é uma atribuição do CONPRESP, assim como os estudos acerca dele são atribuição do corpo técnico do Departamento Histórico.

Por esse motivo, o projeto de lei não nos parece pertinente. Ressaltamos que o Centro Comercial Grandes Galerias já encontra-se tombado através da resolução 37/CONPRESP/92 (...)

Quanto à solicitação de Registro Imaterial, essa depende de aprovação do CONPRESP, após solicitação seguida de pesquisa e parecer, que justifiquem o próprio registro” (fls. 117)

#### Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

De acordo com informações fornecidas pelo Executivo, a mencionada “Galeria do Rock” já é tombada; Conforme a Secretaria Municipal de Cultura, “Quanto à solicitação de Registro Imaterial, essa depende de aprovação do CONPRESP, após solicitação seguida de pesquisa e parecer, que justifiquem o próprio registro” (fls. 117). No tocante à repercussão orçamentária-financeira, as despesas, em tese, são normalmente previstas.

#### O que é Patrimônio Imaterial?

A Constituição Federal de 1988, nos artigos 215 e 216, estabeleceu que o patrimônio cultural brasileiro é composto de bens de natureza material e imaterial, incluídos aí os modos de criar, fazer e viver dos grupos formadores da sociedade brasileira. Os bens culturais de natureza imaterial dizem respeito àquelas práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas e nos lugares, tais como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas.

Essa definição está em consonância com a Convenção da Unesco para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, ratificada pelo Brasil em 1º de março de 2006, que define como patrimônio imaterial “as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural”.

Enraizado no cotidiano das comunidades e vinculado ao seu território e às suas condições materiais de existência, o patrimônio imaterial é transmitido de geração em geração e constantemente recriado e apropriado por indivíduos e grupos sociais como importantes elementos de sua identidade.

Fonte: <http://www.iphan.gov.br/bcrE/pages/conPatrimonioE.jsf?tipoInformacao=1>

**PROTEÇÃO DOS BENS IMATERIAIS** A Lei nº 14.406, de 21.5.2007, instituiu o Programa Permanente de Proteção e Conservação do Patrimônio Imaterial do Município de São Paulo. Através dela será possível estender o reconhecimento do poder público aos bens culturais intangíveis, tais como, celebrações, formas de expressão, modos de criar, de fazer e de viver. Diferentemente dos bens materiais, para os quais se aplica o instrumento jurídico do tombamento, os bens intangíveis receberão a proteção do poder público quando inscritos em livros de Registro específicos. O Registro encerra um processo de identificação e avaliação, cuja competência é do Departamento de Patrimônio Histórico - DPH / Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo - CONPRESP, da Secretaria Municipal de Cultura.

[http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/Introducao\\_2013\\_web\\_1392056485.pdf](http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/Introducao_2013_web_1392056485.pdf)

Elaboração: Thiago de Carvalho Alves - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo – Economia

**PARECER Nº** **DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O**  
**PROJETO DE LEI Nº 2/2014**

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Coronel Telhada, visa declarar o Centro Comercial Grandes Galerias, conhecido como Galeria do Rock, como patrimônio cultural imaterial e material do Município de São Paulo.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

25) PL 33/2014	Ver. NATALINI (PV)	Votação			
DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE CAMPANHA EDUCATIVA DE CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE A SÍNDROME ALCOÓLICA FETAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PROS)	-	-	-
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-
Relator: Ver. ABOU ANNI (PV)					
Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA					

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

**ASSUNTO:** dispõe sobre a criação de campanha educativa de conscientização sobre a Síndrome Alcoólica Fetal (SAF).

A mencionada campanha terá como objetivos fundamentais a conscientização e informação ao público, especialmente às mulheres gestantes, de que as bebidas alcoólicas ingeridas durante a gestação podem causar sérios prejuízos à saúde do feto.

Dentre outras medidas, devem ser colocados cartazes alusivos ao risco da SAF nos estabelecimentos que comercializam bebidas alcoólicas.

**Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa:** pela legalidade (fls. 13/15), com apresentação de substitutivo “para adequar o projeto aos limites da competência legislativa” (fls. 14).

**Comissão de Administração Pública:** realizou uma audiência pública (fls. 16/18), exarando parecer favorável nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fls. 19/20).

**Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia:**

**Comissão de Educação, Cultura e Esportes:**

**Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher:** realizou uma audiência pública (fls. 21/43, com menção do PL a fls. 34/36).

Essa Comissão exarou parecer favorável ao substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fls. 44).

**Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:**

Em avaliação preliminar, a ser confirmada por informações adicionais, inclusive provenientes do

Executivo, o projeto geraria despesas obrigatórias de caráter continuado, principalmente no tocante a despesas com cartazes (não apenas o custo do impresso, mas principalmente as despesas referentes à sua distribuição e afixação) sem haver demonstração nos autos do valor dessas despesas e da existência de previsão orçamentária.

Ressalte-se que as exigências estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal referentes a demonstrativos que mostrem tais dados (especificamente art. 16 [que exige estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes, acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas] e art. 17 [que determina comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais, contendo as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, sem prejuízo do exame de compatibilidade da despesa com as demais normas do plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias]) situam-se no contexto da gestão orçamentária e financeira, e a análise sob o ponto de vista do impacto presente e futuro nas despesas insere-se na competência desta Comissão, conforme estabelece o art. 47, II, “e”, do Regimento Interno:

**Regimento Interno**

“Art. 47 É da competência específica:

....

II - Da Comissão de Finanças e Orçamento:

....

e) opinar sobre proposições referentes a matéria tributária, abertura de créditos, empréstimos públicos, dívida pública e outras que, direta ou indiretamente, alterem a despesa ou a receita do Município e acarretem responsabilidades para o erário municipal;”

Não consta(m) dos autos do processo a(s) estimativa/demonstração/medidas de compensação/premissas e metodologia de cálculo/comprovação exigida(s) pelos artigos 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/2000).

Sugerimos envio de quesitos ao Executivo.

Elaboração: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Thiago de Carvalho Alves - Consultor Técnico Legislativo – Economia

**PARECER Nº  
PROJETO DE LEI Nº 33/2014**

**DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O**

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Gilberto Natalini, visa dispor sobre a criação de campanha educativa de conscientização sobre a Síndrome Alcoólica Fetal (SAF).

A mencionada campanha terá como objetivos fundamentais a conscientização e informação ao público, especialmente às mulheres gestantes, de que as bebidas alcoólicas ingeridas durante a gestação podem causar sérios prejuízos à saúde do feto.

Dentre outras medidas, devem ser colocados cartazes alusivos ao risco da SAF nos estabelecimentos que comercializam bebidas alcoólicas.

A douta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa apresentou substitutivo “para adequar o projeto aos limites da competência legislativa”.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer, nos termos do mencionado substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

**Comissão de Finanças e Orçamento**  
**Resumo dos Projetos na Pauta da 16ª Reunião Ordinária de 2015**

Data da Reunião: 24/06/2015 - Horário: 11:00 horas  
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

26) PL 250/2014	Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	Votação			
AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CRIAR JUNTO À SECRETARIA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E MOBILIDADE REDUZIDA DO MUNICÍPIO UMA CENTRAL DE ATENDIMENTO NA FORMA QUE ESPECIFICA.  Relator: Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)  Parecer: FAVORAVEL			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	.	.	.
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	.	.	.
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	.	.	.
		Ver. JAIR TATTO (PT)	.	.	.
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	.	.	.
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	.	.	.
		Ver. OTA (PROS)	.	.	.
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	.	.	.
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	.	.	.

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão. Adiado por uma sessão em 10/06/2015. Adiado por 1 (uma) sessão em 17/06/2015.

**ASSUNTO:** autoriza o Poder Executivo a criar uma central de atendimento telefônico - call center, com a finalidade de propiciar o recebimento de denúncias e reclamações contra o desrespeito às normas que garantem a acessibilidade da pessoa com deficiência, ou mobilidade reduzida, nos termos da legislação em vigor, bem como qualquer forma de preconceito, intolerância ou violência a essas pessoas, sendo que as denúncias e reclamações deverão gerar protocolos, para que seu acompanhamento possa ser feito pelo denunciante.

Prevê a propositura que a central de atendimento ficará sob a coordenação da Secretaria Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida, a qual se responsabilizará pelo devido encaminhamento das denúncias e reclamações formuladas aos órgãos competentes para a solução da reclamação, sendo que, quando se tratar de crimes de ódio causado por preconceito e intolerância, tais denúncias serão imediatamente encaminhadas à Delegacia de Crimes Raciais e Delitos de Intolerância - DECRADI, para o devido registro e apuração de responsabilidades, nos termos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, da Constituição Federal e do Código Penal.

Determina o projeto também que, quando a denúncia e/ou reclamação tratar de desrespeito ou infringência das normas quanto ao uso de vagas exclusivas destinadas às pessoas com deficiência em estacionamento de veículos de locais públicos, ou privados de uso coletivo, será apurada com urgência e rigor, em caráter prioritário, com a identificação dos responsáveis pelo uso indevido da vaga, e o encaminhamento às autoridades competentes para a lavratura de infração e imposição de multa, nos termos da legislação de trânsito, assim como as responsabilidades do condutor infrator.

**Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa:** pela legalidade (fls. 110/111). Há voto vencido em relatório pela ilegalidade (fls. 112 a 114).

**Comissão de Administração Pública:** favorável (fls. 115/116).

**Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher:** favorável (fl.117).

**Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:**

Em avaliação preliminar, a ser confirmada por informações adicionais, inclusive provenientes do Executivo, o projeto geraria despesas obrigatórias de caráter continuado, sem haver demonstração nos autos do valor dessas despesas e da existência de previsão orçamentária.

Ressalte-se que as exigências estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal referentes a demonstrativos que mostrem tais dados (especificamente art. 16 [que exige estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes, acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas] e art. 17 [que determina comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais, contendo as premissas e

metodologia de cálculo utilizadas, sem prejuízo do exame de compatibilidade da despesa com as demais normas do plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias]) situam-se no contexto da gestão orçamentária e financeira, e a análise sob o ponto de vista do impacto presente e futuro nas despesas insere-se na competência desta Comissão, conforme estabelece o art. 47, II, “e”, do Regimento Interno:

**Regimento Interno**

“Art. 47 É da competência específica:

....

II - Da Comissão de Finanças e Orçamento:

....

e) opinar sobre proposições referentes a matéria tributária, abertura de créditos, empréstimos públicos, dívida pública e outras que, direta ou indiretamente, alterem a despesa ou a receita do Município e acarretem responsabilidades para o erário municipal;”

Não consta dos autos do processo a(s) estimativa/demonstração/medidas de compensação/premissas e metodologia de cálculo/comprovação exigida(s) pelos artigos 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/2000).

Elaboração: Thiago de Carvalho Alves - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo – Economia

**PARECER Nº**  
**PROJETO DE LEI Nº 250/2014**

**DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O**

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Adilson Amadeu, visa autorizar o Poder Executivo a criar uma central de atendimento telefônico - call center, com a finalidade de propiciar o recebimento de denúncias e reclamações contra o desrespeito às normas que garantem a acessibilidade da pessoa com deficiência, ou mobilidade reduzida, nos termos da legislação em vigor, bem como qualquer forma de preconceito, intolerância ou violência a essas pessoas, sendo que as denúncias e reclamações deverão gerar protocolos, para que seu acompanhamento possa ser feito pelo denunciante.

Prevê a propositura que a central de atendimento ficará sob a coordenação da Secretaria Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida, a qual se responsabilizará pelo devido encaminhamento das denúncias e reclamações formuladas aos órgãos competentes para a solução da reclamação, sendo que, quando se tratar de crimes de ódio causado por preconceito e intolerância, tais denúncias serão imediatamente encaminhadas à Delegacia de Crimes Raciais e Delitos de Intolerância - DECRADI, para o devido registro e apuração de responsabilidades, nos termos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, da Constituição Federal e do Código Penal.

Determina o projeto também que, quando a denúncia e/ou reclamação tratar de desrespeito ou infringência das normas quanto ao uso de vagas exclusivas destinadas às pessoas com deficiência em estacionamento de veículos de locais públicos, ou privados de uso coletivo, será apurada com urgência e rigor, em caráter prioritário, com a identificação dos responsáveis pelo uso indevido da vaga, e o encaminhamento às autoridades competentes para a lavratura de infração e imposição de multa, nos termos da legislação de trânsito, assim como as responsabilidades do condutor infrator.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

**Comissão de Finanças e Orçamento**  
**Resumo dos Projetos na Pauta da 16ª Reunião Ordinária de 2015**

Data da Reunião: 24/06/2015 - Horário: 11:00 horas  
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

27) PL 332/2014	Ver. TONINHO PAIVA (PR); Ver. GOULART (PSD)	Votação			
DISPÕE SOBRE A ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE ZONA AZUL PARA AS PESSOAS COM IDADE IGUAL OU SUPERIOR A 60 (SESSENTA) ANOS, PORTADORES DE CARTÃO DE ESTACIONAMENTO PRÓPRIO, NO ÂMBITO DA CIDADE DE SÃO PAULO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	.	.	.
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	.	.	.
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	.	.	.
		Ver. JAIR TATTO (PT)	.	.	.
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	.	.	.
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	.	.	.
		Ver. OTA (PROS)	.	.	.
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	.	.	.
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	.	.	.
Relator: Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)					
Parecer: FAVORAVEL					

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão. Adiado por uma sessão em 10/06/2015. Adiado por 1 (uma) sessão em 17/06/2015.

**ASSUNTO:** isenta os idosos portadores do cartão de estacionamento expedido nos termos da Lei Municipal nº 15.974, de 24 de fevereiro de 2014 — que institui o Cartão de Estacionamento para Idoso no Município de São Paulo — da utilização compulsória de cartões de Zona Azul, quando fizerem uso de vagas reservadas a idosos.

A propositura estabelece ainda que a referida isenção permitirá a permanência na vaga pelo período máximo de 02 (duas) horas, sendo vedada a sua prorrogação, e que estacionar o veículo em desacordo com as disposições do projeto sujeitará os infratores às penalidades previstas no art. 181, inciso XVII, do Código Brasileiro de Trânsito (Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997), além de outras cabíveis.

**Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa:** pela legalidade (fls. 50-51).

**Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia:** favorável (fls. 52).

**Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher:** favorável (fls. 53).

**Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:**

A propositura diminui o custo de utilização da vaga de idoso no estacionamento rotativo pago (Zona Azul), o que tende a causar um aumento da procura por estas vagas. A ausência do cartão de Zona Azul torna impossível verificar a que horas o veículo entrou na vaga, a não ser que haja fiscais presentes. Se a propositura for implementada nestes termos, prevê-se aumento de custos de fiscalização, caso contrário, não se prevê impactos mais expressivos. Sugere-se quesitos ao Executivo para, entre outros pontos, dimensionar estes custos.

Elaboração: Adriano Nunes Borges - Consultor Técnico Legislativo / Economia

Revisão: Alexandre Henrique Cardoso - Consultor Técnico Legislativo / Economia

**PARECER Nº DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 332/2014**

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Toninho Paiva, visa isenta os idosos portadores do cartão de estacionamento expedido nos termos da Lei Municipal nº 15.974, de 24 de

**Comissão de Finanças e Orçamento**  
**Resumo dos Projetos na Pauta da 16ª Reunião Ordinária de 2015**

Data da Reunião: 24/06/2015 - Horário: 11:00 horas  
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

fevereiro de 2014 — que institui o Cartão de Estacionamento para Idoso no Município de São Paulo — da utilização compulsória de cartões de Zona Azul, quando fizerem uso de vagas reservadas a idosos.

A propositura estabelece ainda que a referida isenção permitirá a permanência na vaga pelo período máximo de 02 (duas) horas, sendo vedada a sua prorrogação, e que estacionar o veículo em desacordo com as disposições do projeto sujeitará os infratores às penalidades previstas no art. 181, inciso XVII, do Código Brasileiro de Trânsito (Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997), além de outras cabíveis.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, nos termos do substitutivo mencionado, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

28) PL 462/2014	Ver. NATALINI (PV)	Votação			
DENOMINA MERCADO MUNICIPAL DE SANTO AMARO - PROFESSORA ADOZINDA CARACCILO DE AZEVEDO KUHLMANN, O PRÓPRIO MUNICIPAL LOCALIZADO NA RUA PADRE JOSÉ DE ANCHIETA, Nº 953, NO BAIRRO DE SANTO AMARO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PROS)	-	-	-
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
Relator: Ver. RICARDO NUNES (PMDB)		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-
Parecer: FAVORAVEL					

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

**ASSUNTO:** denomina Mercado Municipal de Santo Amaro – Professora Adozinda Caracciolo de Azevedo Kuhlmann o próprio municipal localizado na Rua Padre José de Anchieta, nº 953, no Bairro de Santo Amaro.

**Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa:** solicitou informações ao Executivo (fl. 28), com respostas às folhas 30 a 32. Exarou parecer pela legalidade (fl. 33)

**Comissão de Educação, Cultura e Esportes:** favorável (fl. 34)

**Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:**

O projeto geraria despesas, em tese, normalmente previstas.

Elaboração: Bruno Nunes Medeiro - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo - Economia

**PARECER Nº**  
**PROJETO DE LEI Nº 462/2014**

**DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O**

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Natalini, visa denominar Mercado Municipal de Santo Amaro – Professora Adozinda Caracciolo de Azevedo Kuhlmann o próprio municipal localizado na Rua Padre José de Anchieta, nº 953, no Bairro de Santo

**Comissão de Finanças e Orçamento**  
**Resumo dos Projetos na Pauta da 16ª Reunião Ordinária de 2015**

Data da Reunião: 24/06/2015 - Horário: 11:00 horas  
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

Amaro.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

29) PDL 86/2014	Ver. GEORGE HATO (PMDB)	Votação			
DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO TÍTULO DE CIDADÃO PAULISTANO AO ILUSTRÍSSIMO SENHOR LINCOLN DYO UEDA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	.	.	.
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	.	.	.
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	.	.	.
		Ver. JAIR TATTO (PT)	.	.	.
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	.	.	.
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	.	.	.
		Ver. OTA (PROS)	.	.	.
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	.	.	.
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	.	.	.
Relator: Ver. RICARDO NUNES (PMDB)					
Parecer: FAVORAVEL					

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão. Adiado por 1 (uma) sessão em 17/06/2015.

**ASSUNTO:** concede ao Ilustríssimo Senhor Lincoln Dyo Ueda o Título de Cidadão Paulistano, a ser entregue em Sessão Solene a ser convocada pelo Presidente da Câmara Municipal de São Paulo, especialmente para esse fim.

**Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa:** pela legalidade (fls. 20).

**Comissão de Educação, Cultura e Esportes:** parecer favorável (fls. 21).

**Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:**

A propositura implica despesas, em tese, já previstas

Elaboração: Adriano Nunes Borges - Consultor Técnico Legislativo / Economia

Revisão: Alexandre Henrique Cardoso - Consultor Técnico Legislativo / Economia

**PARECER Nº DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 86/2014**

O presente projeto de decreto legislativo, de autoria do nobre Vereador George Hato, visa conceder ao Ilustríssimo Senhor Lincoln Dyo Ueda o Título de Cidadão Paulistano, a ser entregue em Sessão Solene a ser convocada pelo Presidente da Câmara Municipal de São Paulo, especialmente para esse fim.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

**Comissão de Finanças e Orçamento**  
**Resumo dos Projetos na Pauta da 16ª Reunião Ordinária de 2015**

Data da Reunião: 24/06/2015 - Horário: 11:00 horas  
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

30) PDL 3/2015	Ver. NABIL BONDUKI (PT)	Votação			
DISPÕE SOBRE A OUTORGA DE TÍTULO DE CIDADÃO PAULISTANO AO SR. ILO KRUGLI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Relator: Ver. AURELIO NOMURA (PSDB) Parecer: FAVORAVEL			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	.	.	.
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	.	.	.
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	.	.	.
		Ver. JAIR TATTO (PT)	.	.	.
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	.	.	.
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	.	.	.
		Ver. OTA (PROS)	.	.	.
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	.	.	.
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	.	.	.

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão. Adiado por 1 (uma) sessão em 17/06/2015.

**ASSUNTO:** concede o Título de Cidadão Paulistano ao Sr. Elias Kruglianski, de nome artístico Ilo Krugli, em Sessão Solene a ser convocada pelo Presidente da Câmara Municipal de São Paulo especialmente para esse fim.

**Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa:** pela legalidade (fls. 19).

**Comissão de Educação, Cultura e Esportes:** favorável (fls. 20).

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

Despesas, em tese, já previstas.

Elaboração: Adriano Nunes Borges - Consultor Técnico Legislativo / Economia

Revisão: Bruno Nunes Medeiro - Consultor Técnico Legislativo / Economia

**PARECER Nº DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 3/2015**

O presente projeto de decreto legislativo, de autoria do nobre Vereador Nabil Bonduki, visa conceder o Título de Cidadão Paulistano ao Sr. Elias Kruglianski, de nome artístico Ilo Krugli, em Sessão Solene a ser convocada pelo Presidente da Câmara Municipal de São Paulo especialmente para esse fim.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

31) PDL 11/2015	Ver. EDIR SALES (PSD)	Votação			
DISPÕE SOBRE A OUTORGA DE SALVA DE PRATA A EMPRESA JORNALÍSTICA FOLHA DE VILA PRUDENTE, E FIXA PROVIDÊNCIAS. Relator: Ver. ABOU ANNI (PV) Parecer: FAVORAVEL			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	.	.	.
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	.	.	.
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	.	.	.
		Ver. JAIR TATTO (PT)	.	.	.
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	.	.	.
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	.	.	.
		Ver. OTA (PROS)	.	.	.
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	.	.	.
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	.	.	.

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

**Comissão de Finanças e Orçamento**  
**Resumo dos Projetos na Pauta da 16ª Reunião Ordinária de 2015**

Data da Reunião: 24/06/2015 - Horário: 11:00 horas  
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

**ASSUNTO:** concede a honraria “Salva de Prata” à Empresa Jornalística Folha de Vila Prudente, pelos relevantes serviços prestados ao município São Paulo e determina que a entrega da referida homenagem será efetuada em Sessão Solene para esse fim convocada pelo Presidente da Câmara Municipal de São Paulo.

**Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa:** pela legalidade (fl. 20)

**Comissão de Educação, Cultura e Esportes:** favorável (fl. 21)

**Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:**

Despesas, em tese, normalmente previstas.

Elaboração: Thiago de Carvalho Alves - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Adriano Nunes Borges - Consultor Técnico Legislativo - Economia

**PARECER Nº DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 11/2015**

O presente projeto de decreto legislativo, de autoria da nobre Vereadora Edir Sales, visa conceder a honraria “Salva de Prata” à Empresa Jornalística Folha de Vila Prudente, pelos relevantes serviços prestados ao município São Paulo, e determina que a entrega da referida homenagem será efetuada em Sessão Solene para esse fim convocada pelo Presidente da Câmara Municipal de São Paulo.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

32) PR 13/2014   Ver. NABIL BONDUKI (PT)		Votação			
DISPÕE SOBRE A IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA PARA BICICLETAS NO PALÁCIO ANCHIETA, SEDE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO.  Relator: Ver. ABOU ANNI (PV)  Parecer: FAVORAVEL			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	.	.	.
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	.	.	.
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	.	.	.
		Ver. JAIR TATTO (PT)	.	.	.
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	.	.	.
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	.	.	.
		Ver. OTA (PROS)	.	.	.
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	.	.	.
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	.	.	.

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão. Adiado por uma sessão em 10/06/2015. Adiado por 1 (uma) sessão em 17/06/2015.

**ASSUNTO:** determina que deverá ser implantada infraestrutura para bicicletas, compreendendo bicicletário e paraciclo (suporte físico onde a bicicleta é presa), no Palácio Anchieta, sede da Câmara Municipal de São Paulo, em consonância com a Lei nº 14.266, de 6 de fevereiro de 2007, que dispõe sobre a criação do Sistema Ciclovitário no Município de São Paulo.

O projeto prevê que o bicicletário a ser implantado no Palácio Anchieta deverá atender os funcionários da Câmara Municipal de São Paulo e seus dependentes, sendo complementado com instalação de vestiário e dotado de instalações sanitárias e chuveiros para seus usuários, observando, ademais, a legislação vigente em relação ao número mínimo de vagas.

A propositura determina que o paraciclo a ser implantado no Palácio Anchieta funcionará como parte integrante da infraestrutura do Sistema Ciclovitário, fornecendo vagas para a população em geral, sendo que as condições de instalação e funcionamento do paraciclo deverão assegurar facilidade de

**Comissão de Finanças e Orçamento**  
**Resumo dos Projetos na Pauta da 16ª Reunião Ordinária de 2015**

Data da Reunião: 24/06/2015 - Horário: 11:00 horas  
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

acesso e visibilidade da rua.

Finalmente, o projeto determina que a implantação deverá ser concluída em 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua publicação como resolução.

**Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa:** pela legalidade (fls. 52/53).

**Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente:** favorável (fl. 54).

**Comissão de Administração Pública:** favorável (fl. 55).

**Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:**

Sugerimos quesitos à Presidência da Casa para estimação dos custos envolvidos.

Em avaliação preliminar, a ser confirmada por informações adicionais, o projeto geraria despesas obrigatórias de caráter continuado, referentes à construção e manutenção dos equipamentos (bicicletário, vestiários e paraciclos), sem haver demonstração nos autos do valor dessas despesas e da existência de previsão orçamentária.

Ressalte-se que as exigências estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal referentes a demonstrativos que mostrem tais dados (especificamente art. 16 [que exige estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes, acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas] e art. 17 [que determina comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais, contendo as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, sem prejuízo do exame de compatibilidade da despesa com as demais normas do plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias]) situam-se no contexto da gestão orçamentária e financeira, e a análise sob o ponto de vista do impacto presente e futuro nas despesas insere-se na competência desta Comissão, conforme estabelece o art. 47, II, "e", do Regimento Interno:

**Regimento Interno**

"Art. 47 É da competência específica:

....

II - Da Comissão de Finanças e Orçamento:

....

e) opinar sobre proposições referentes a matéria tributária, abertura de créditos, empréstimos públicos, dívida pública e outras que, direta ou indiretamente, alterem a despesa ou a receita do Município e acarretem responsabilidades para o erário municipal;"

Não consta(m) dos autos do processo a(s) estimativa/demonstração/medidas de compensação/premissas e metodologia de cálculo/comprovação exigida(s) pelos artigos 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/2000).

Sugerimos envio de quesitos à Presidência da Casa.

Elaboração: Thiago de Carvalho Alves - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo - Economia

**PARECER Nº** **DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O**  
**PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 13/2014**

O presente projeto de resolução, de autoria do nobre Vereador Nabil Bonduki, visa determinar a implantação de infraestrutura para bicicletas, compreendendo bicicletário e paraciclo, no Palácio Anchieta, sede da Câmara Municipal de São Paulo, em consonância com a Lei nº 14.266, de 6 de fevereiro de 2007, que dispõe sobre a criação do Sistema Ciclovitário no Município de São Paulo.

O projeto prevê que o bicicletário a ser implantado no Palácio Anchieta deverá atender os funcionários da Câmara Municipal de São Paulo e seus dependentes, sendo complementado com instalação de vestiário e dotado de instalações sanitárias e chuveiros para seus usuários, observando, ademais, a legislação vigente em relação ao número mínimo de vagas.

A propositura determina que o paraciclo a ser implantado no Palácio Anchieta funcionará como parte integrante da infraestrutura do Sistema Ciclovitário, fornecendo vagas para a população em geral, sendo que as condições de instalação e funcionamento do paraciclo deverão assegurar facilidade de acesso e

**Comissão de Finanças e Orçamento**  
**Resumo dos Projetos na Pauta da 16ª Reunião Ordinária de 2015**

Data da Reunião: 24/06/2015 - Horário: 11:00 horas  
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

visibilidade da rua.

Finalmente, o projeto determina que a implantação deverá ser concluída em 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua publicação como resolução.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

33) PR 1/2015	Ver. EDUARDO TUMA (PSDB)	Votação			
DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA FRENTE PARLAMENTAR PELA REFORMA POLÍTICA COM PARTICIPAÇÃO POPULAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	.	.	.
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	.	.	.
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	.	.	.
		Ver. JAIR TATTO (PT)	.	.	.
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	.	.	.
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	.	.	.
		Ver. OTA (PROS)	.	.	.
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	.	.	.
Relator: Ver. RICARDO NUNES (PMDB)		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	.	.	.
Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA					

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão. Adiado por uma sessão em 10/06/2015. Adiado por 1 (uma) sessão em 17/06/2015.

**ASSUNTO:** dispõe sobre a criação da Frente Parlamentar pela Reforma Política com participação popular, com o objetivo de promover a discussão, estudos e ações na cidade de São Paulo.

Segundo o art. 2º, a adesão será facultada a todos os Vereadores da Câmara Municipal de São Paulo e será formalizada em Termo de Adesão, publicado no Diário Oficial. O parágrafo único deste artigo diz que além da participação dos parlamentares, como membros efetivos, também será permitida a participação, na condição de membros colaboradores, de representantes de entidades, públicas ou privadas, envolvidas com os objetivos da Frente Parlamentar.

A nomeação dos membros da Frente Parlamentar será feita por Ato do Presidente, observado o Termo de Adesão. A coordenação da Frente será exercida pelo primeiro signatário do Termo de Adesão, a quem caberá a convocação das reuniões.

Na primeira reunião, segundo o art. 5º, será aprovado o Regimento Interno da Frente Parlamentar, em que deve constar: i) prazo de funcionamento, que não poderá ser superior ao período da legislatura em que foi criada a Frente Parlamentar; ii) objetivos; iii) relação dos membros efetivos.

**Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa:** pela legalidade, com apresentação de substitutivo "com vistas a adequar a propositura à melhor técnica de elaboração legislativa". (fls. 22-24).

**Comissão de Administração Pública:** favorável nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fl. 25).

**Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:**

Despesas, em tese, já orçadas.

Elaboração: Alexandre Henrique Cardoso - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Adriano Nunes Borges - Consultor Técnico Legislativo - Economia

**PARECER Nº**

**DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O**

**Comissão de Finanças e Orçamento**  
**Resumo dos Projetos na Pauta da 16ª Reunião Ordinária de 2015**

Data da Reunião: 24/06/2015 - Horário: 11:00 horas  
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

**PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 1/2015**

O presente projeto de resolução, de autoria do nobre Vereador Eduardo Tuma, visa a criação da Frente Parlamentar pela Reforma Política com participação popular, com o objetivo de promover a discussão, estudos e ações na cidade de São Paulo.

Segundo o art. 2º, a adesão será facultada a todos os Vereadores da Câmara Municipal de São Paulo e será formalizada em Termo de Adesão, publicado no Diário Oficial. O parágrafo único deste artigo diz que, além da participação dos parlamentares, como membros efetivos, também será permitida a participação na condição de membros colaboradores, de representantes de entidades, públicas ou privadas, envolvidas com os objetivos da Frente Parlamentar.

A nomeação dos membros da Frente Parlamentar será feita por Ato do Presidente, observado o Termo de Adesão. A coordenação da Frente será exercida pelo primeiro signatário do Termo de Adesão, a quem caberá a convocação das reuniões.

Na primeira reunião, segundo o art. 5º, será aprovado o Regimento Interno da Frente Parlamentar, em que deve constar: i) prazo de funcionamento, que não poderá ser superior ao período da legislatura em que for criada a Frente Parlamentar; ii) objetivos; iii) relação dos membros efetivos.

A Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa exarou parecer pela legalidade com apresentação de substitutivo a fim de "adequar a propositura à melhor técnica de elaboração legislativa".

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor ao projeto, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer, nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

34) PLO 6/2006	Ver. GOULART (PSD)	Votação			
DÁ NOVA REDAÇÃO AOS §§ 6º E 9º DO ARTIGO 201 DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (REF. REDE MUNICIPAL DE ENSINO)			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	.	.	.
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	.	.	.
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	.	.	.
		Ver. JAIR TATTO (PT)	.	.	.
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	.	.	.
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	.	.	.
		Ver. OTA (PROS)	.	.	.
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	.	.	.
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	.	.	.
Relator: Ver. ADILSON AMADEU (PTB)					
Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO					

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

**ASSUNTO:** dá nova redação aos §§ 6º e 9º do artigo 201 da Lei Orgânica do Município.

LOM Atual	PLO 6/2006	Substitutivo da Comissão Educação, Cultura e Esportes.

**Comissão de Finanças e Orçamento**  
**Resumo dos Projetos na Pauta da 16ª Reunião Ordinária de 2015**

Data da Reunião: 24/06/2015 - Horário: 11:00 horas  
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

§ 6º - É dever do Município, através da rede própria, com a cooperação do Estado, o provimento em todo o território municipal de vagas, em número suficiente para atender à demanda quantitativa e qualitativa do ensino fundamental obrigatório e progressivamente à da educação infantil.	“§ 6º - É dever do Município, através da rede própria, com a cooperação do Estado, o provimento em todo território do municipal de vagas, <b>em período integral</b> , em número suficiente para atender à demanda quantitativa e qualitativa do ensino fundamental obrigatório e da educação infantil, <b>em creches e pré-escolas, de modo a poder abranger toda população, do nascimento até os 16 (dezesseis) anos</b> , que solicitar matrícula, pessoalmente ou pelo responsável, conforme o caso.” (NR)	§ 6º - É dever do Município, através da rede própria, com a cooperação do Estado, o provimento em todo território municipal de vagas, <b>em período integral até os dezessete anos de idade</b> , e em número suficiente para atender toda a demanda, quantitativa e qualitativa, do ensino fundamental obrigatório e da educação infantil <b>que será oferecida em creches, ou entidades equivalentes</b> , e em pré-escolas.
§ 9º - A atuação do Município dará prioridade ao ensino fundamental e de educação infantil.	“§ 9º - A atuação do Município dará prioridade <b>absoluta</b> ao ensino fundamental e à educação infantil <b>em creches e pré-escolas, vedada qualquer outra atuação enquanto não satisfeita completamente, em termos quantitativos e qualitativos, a demanda por ensino fundamental e por educação infantil no ensino municipal.</b> ”	§ 9º - A atuação do Município dará prioridade absoluta ao ensino fundamental e à educação infantil <b>em creches, ou entidades equivalentes</b> , e em pré-escolas, <b>vedada qualquer outra atuação enquanto não satisfeito completamente o disposto no § 6º.</b>

**Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa:** pela legalidade (fls. 08 e 09)

**Comissão de Educação, Cultura e Esportes:** realizou duas audiências públicas, sendo citado às folhas 11 – 12 (com manifestações favoráveis de movimentos sociais e assessores de parlamentares) e 21. Exarou parecer favorável, com apresentação de “substitutivo que mantém as disposições originais da propositura, adequando-a, tanto do ponto de vista textual quanto em relação às últimas atualizações da Lei nº 9.394 de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional).” (fls. 32 e 33)

**Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho, Idoso e Mulher:** solicitou quesitos ao Executivo (fl. 34 -35), com respostas às folhas 36 a 44. Destacamos:

- “ambas as redações dadas aos dispositivos indicados no Projeto de Emenda incidem em perspectivas as quais já se configuram em linhas de ação em desenvolvimento no âmbito da Secretaria Municipal de Educação para o atendimento da educação infantil e do ensino fundamental.” *Denise Mari – Assistência Técnica SME (fl.41)*

- “acompanhando o parecer de SME-ATP-AT, somos do entendimento que o tema tratado no referido Projeto não detém os elementos necessários para sua conversão em lei, pois pode-se perceber que o Município de São Paulo vem implementando medidas que evidenciam o compromisso de atendimento a população da educação infantil e do ensino fundamental” *-Antonio Silva Assessoria técnica e de*

*Planejamento SME (fl.43)*

- "A SME (...) vem implementando Programas, Projetos e ações que evidenciam o compromisso a toda população de educação infantil e ensino fundamental, sendo a ampliação da rede física uma das metas que vem sendo efetivada com novas construções de inidades educacionais, viabilizadas por meio de cooperação técnica firmada com as esferas Estadual e Federal, bem com pela celebração de convênios com instituições da iniciativa privada, devidamente credenciadas e autorizadas. ...manifesta-se pelo **veto total ao PLO 6/06**" – Antonio Callegari – *Secretário Municipal de Educação (fl.44).*

Exarou **parecer favorável** na forma do substitutivo da Comissão de Educação, Cultura e Esportes (fl. 45) **Comissão de Finanças e Orçamento:** solicitou novos quesitos ao Executivo, (fl. 46), com resposta às folhas 49 a 54. Referente ao impacto-financeiro da propositura, a SME respondeu "O cálculo de impacto orçamentário-financeiro causado pela possível aprovação da medida proposta não se insere na competência desta Assistência técnica (fl.49)" Ademais, reiterou sua posição pelo veto total a propositura (fl. 54)

**Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:**

A propositura acarretará elevação de despesas correntes obrigatórias de caráter continuado, com a ampliação da estrutura de ensino fundamental e educação infantil, não orçados.

Considere-se também que, tendo em vista a evolução demográfica (redução das taxas de natalidade) recente do Município, é provável que a demanda por serviços educacionais caia acentuadamente ao longo do tempo, correndo o risco de gerar ociosidade em um conjunto de servidores, materiais, ferramentas e instalações, dimensionado para ofertar ensino integral à população escolar atual.

Não consta(m) dos autos do processo a(s) estimativa/demonstração/medidas de compensação/premissa metodologia de cálculo/comprovação exigida(s) pelos artigos 16, 17 e 21 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Complementar 101/2000).

Elaboração: Thiago de Carvalho Alves - Consultor Técnico Legislativo - Economista

Revisão: Regina Keiko Akimichi - Consultor Técnico Legislativo - Economista

**PARECER Nº DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O PROJETO DE EMENDA A LEI ORGANICA Nº 6/2006**

O presente Projeto de Emenda à Lei Orgânica, de autoria do nobre Vereador Goulart, visa dar nova redação aos §§ 6º e 9º do artigo 201 da Lei Orgânica do Município.

Altera a Lei Orgânica do Município no intuito de obrigar o Poder Público a ofertar o ensino em período integral na rede pública municipal e em número suficiente para atender à demanda quantitativa e qualitativa do ensino fundamental obrigatório e da educação infantil, em creches e pré-escolas, de modo a poder abranger toda população, do nascimento até os dezesesseis anos.

Também prevê que a atuação do município dará prioridade absoluta ao ensino fundamental e à educação infantil em creches e pré-escolas, vedada qualquer outra atuação enquanto sua demanda não estiver satisfeita completamente, em termos quantitativos e qualitativos.

A Comissão de Educação, Cultura e Esportes exarou parecer favorável, com apresentação de "substitutivo que mantém as disposições originais da propositura, adequando-a, tanto do ponto de vista textual quanto em relação às últimas atualizações da Lei nº 9.394 de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional)." Em teor, o Substitutivo eleva para 17 anos o limite de idade em que os direitos do ensino fundamental obrigatório e da educação infantil estariam priorizados.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, ao substitutivo da Comissão de Educação, Cultura e Esportes é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

**Projetos de Deliberação das Comissões**

**Comissão de Finanças e Orçamento**  
**Resumo dos Projetos na Pauta da 16ª Reunião Ordinária de 2015**

Data da Reunião: 24/06/2015 - Horário: 11:00 horas  
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

35) PL 83/2012	Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	Votação			
<b>DISPÕE SOBRE A INSTALAÇÃO DE SEMÁFOROS ANTIAPAGÃO, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.</b>  Relator: Ver. RICARDO NUNES (PMDB)  Parecer: FAVORAVEL Há voto em separado do Ver. Paulo Fiorilo: FAVORÁVEL COM SUBSTITUTIVO			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	.	.	.
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	.	.	.
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	.	.	.
		Ver. JAIR TATTO (PT)	.	.	.
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	.	.	.
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	.	.	.
		Ver. OTA (PROS)	.	.	.
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	.	.	.
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	.	.	.

Obs: Vistas concedidas ao Ver. Paulo Fiorilo em 22/10/2014. Prazo de vistas vencido na Comissão.

**ASSUNTO:** obriga o Poder Público a instalar semáforos antiapagão, com sistema *nobreak* ou outra tecnologia, em todos os semáforos situados no Município de São Paulo, estabelecendo o prazo máximo de 5 anos para substituição ou modernização de todos os semáforos, a contar da publicação da proposição convertida em lei.

**Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa:** pela legalidade (fls. 16 e 17).

**Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente:** favorável (fl. 18).

**Comissão de Administração Pública:** favorável (fl. 19).

**Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia:** favorável (fls. 20 e 21).

**Comissão de Finanças e Orçamento:** o Vereador Relator apresentou relatório favorável; em pedido de vistas, foram solicitadas informações ao Executivo (fls. 22), com respostas a fls. 24/29:

CET/Parecer Técnico: "...Estima-se a instalação de 1.400 equipamentos No Breaks, com um custo médio de R\$9.208,55 por unidade" "...Estão previstos a instalação de 1.400 equipamentos NoBreaks através de contrato celebrados pela Secretaria Municipal de Transportes da Prefeitura de São Paulo. (...) atendendo ao disposto no PL 83/2012" (fls. 25)

CET/Chefe de Gabinete: "...considerando que a sinalização semafórica faz parte da sinalização de trânsito, resta claro que esta Companhia, que presta serviços para o Departamento de Operação do Sistema Viário – DSV, possui competência para a implantação e manutenção da sinalização em comento. Desta forma, apesar de compactuarmos com a ideia da implementação de novas tecnologias, somos s.m.j, de parecer ao veto integral do Projeto de Lei em comento, pois as inovações tecnológicas ocorrem de forma dinâmica e a nosso ver, não podem ficar atreladas à lei, que não segue a mesma dinâmica". (fls.27)

**Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:**

A presente proposição, caso aprovada, geraria despesas obrigatórias de caráter continuado não estimadas, sem haver demonstração nos autos do valor dessas despesas e da existência de previsão orçamentária.

Ressalte-se que as exigências estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal referentes a demonstrativos que mostrem tais dados (especificamente artigos 16 [que exige estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes, acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas] e 17 [que determina comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais, contendo as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, sem prejuízo do exame de compatibilidade da despesa com as demais normas do plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias]) situam-se no contexto da gestão orçamentária e financeira,

e a análise sob o ponto de vista do impacto presente e futuro nas despesas insere-se na competência desta Comissão, conforme estabelece o art. 47, II, “e”, do Regimento Interno:

**Regimento Interno**

“Art. 47 É da competência específica:

....

II - Da Comissão de Finanças e Orçamento:

....

e) opinar sobre proposições referentes a matéria tributária, abertura de créditos, empréstimos públicos, dívida pública e outras que, direta ou indiretamente, alterem a despesa ou a receita do Município e acarretem responsabilidades para o erário municipal;”

Conforme apontam as informações do Executivo, “Estima-se a instalação de 1.400 equipamentos *nobreaks* com um custo médio de R\$ 9.208,55 por unidade...”, o que geraria gastos na ordem de R\$ 12.891.870,00, sendo previstos em contratos celebrados pela Secretaria Municipal de Transportes, fazendo parte do projeto de Revitalização Semafórica, e que **não contemplam, necessariamente, a instalação de No Breaks em todos os semáforos situados no Município de São Paulo**, como determina a propositura. Ademais, argumentam os órgãos do Executivo que, “... apesar de compactuarmos com a ideia da implementação de novas tecnologias, somos SMJ, de parecer ao veto integral... pois as inovações tecnológicas ocorrem de forma dinâmica e a nosso ver, não podem ficar atreladas à lei, que não segue a mesma dinâmica”.

**Sugerimos substitutivo prevendo que a instalação desses equipamentos seja feita quando o local indicar essa necessidade**, em análise realizada pelo Executivo/CET.

No PPA - Plano Plurianual 2014-2017, está prevista a Ação 1240 - Modernização Semafórica – com recursos de R\$206.107.829,00 até 2017.

A situação atual do Plano de Revitalização Semafórica pode ser consultada através do site <http://www.cetsp.com.br/consultas/seguranca-e-fluidez/revitalizacao-semaforica.aspx>

Elaboração: Thiago de Carvalho Alves - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Regina Eiko Kimachi – Consultora Técnica Legislativa - Economia

**PARECER Nº**  
**DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE**  
**O PROJETO DE LEI Nº 83/2012**

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Aurélio Nomura, obriga o Poder Público a instalar semáforos antiapagão, com sistema *nobreak* ou outra tecnologia, em todos os semáforos situados no Município de São Paulo, estabelecendo o prazo máximo de 5 (cinco) anos para substituição ou modernização de todos os semáforos, a contar da publicação da propositura convertida em lei.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor ao projeto, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

**VOTO EM SEPARADO AO RELATÓRIO DO RELATOR DA COMISSÃO DE FINANÇAS E**  
**ORÇAMENTO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 83/2012**

De autoria do nobre Vereador Aurélio Nomura, o presente projeto de lei obriga o Poder Público a instalar semáforos antiapagão, com sistema *nobreak* ou outra tecnologia, em todos os semáforos situados no Município de São Paulo, estabelecendo o prazo máximo de 5 (cinco) anos para substituição ou modernização de todos os semáforos, a contar da publicação da propositura convertida em lei.

Solicitadas informações ao Executivo, informaram os órgãos competentes que há contrato prevendo a instalação de 1.400 equipamentos desse tipo; por outro lado, foi argumentado que “as inovações tecnológicas ocorrem de forma dinâmica e, a nosso ver, não podem ficar atreladas à lei, que não segue a mesma dinâmica”.

Diante dessa manifestação, entendemos que a implantação dos referidos semáforos antiapagão

poderia priorizar os cruzamentos de elevado tráfego, onde a falta de sinalização causaria maiores transtornos à população paulistana, ao mesmo tempo atendendo aos ditames da gestão fiscal responsável e dando margem para instalação de outras tecnologias no futuro.

Assim, apresentamos substitutivo ao projeto original para que a instalação seja realizada nos semáforos localizados em locais críticos e mediante análise técnica, conforme segue:

**SUBSTITUTIVO Nº**

**AO PROJETO DE LEI Nº83/2012**

Dispõe sobre a instalação de semáforos antiapagão no âmbito do Município de São Paulo, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de São Paulo DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Público obrigado a instalar semáforos antiapagão, com sistema *nobreak* ou outra tecnologia que venha a substituí-la, nos cruzamentos situados em pontos críticos no Município de São Paulo.

§ 1º Os locais onde serão instalados os equipamentos referidos no caput serão determinados pelo órgão competente.

§ 2º A implantação dos semáforos antiapagão fica subordinada à comprovação da existência de condições técnicas e viabilidade econômica para tal, a critério do Executivo.

Art. 2º O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 90 (noventa) dias, contados da data de sua publicação.

Art. 3º As despesas com a execução da presente lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

36) PL 408/2012	Ver. QUITO FORMIGA (PR)	Votação			
ALTERA A LEI Nº 14.485, DE 19 DE JULHO DE 2007, PARA INCLUIR O DIA DO MC - MESTRE DE CERIMÔNIA, A SER COMEMORADO ANUALMENTE NO DIA 30 DE ABRIL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	.	.	.
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	.	.	.
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	.	.	.
		Ver. JAIR TATTO (PT)	.	.	.
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	.	.	.
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	.	.	.
		Ver. OTA (PROS)	.	.	.
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	.	.	.
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	.	.	.
Relator: Ver. RICARDO NUNES (PMDB)					
Parecer: FAVORAVEL					

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

**ASSUNTO:** altera a Lei 14.485, de 19 de julho de 2007, que consolida a Legislação Municipal referente a datas comemorativas, eventos e feriados do Município de São Paulo, para incluir o Dia do MC – Mestre de Cerimônia, a ser comemorado anualmente no dia 30 de abril.

**Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa:** pela legalidade (fl. 12).

**Comissão de Educação, Cultura e Esportes:** favorável (fl. 13).

**Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:**

**Comissão de Finanças e Orçamento**  
**Resumo dos Projetos na Pauta da 16ª Reunião Ordinária de 2015**

Data da Reunião: 24/06/2015 - Horário: 11:00 horas  
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

Despesas, em tese, já orçadas.

Elaboração: Alexandre Henrique Cardoso - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Thiago de Carvalho Alves - Consultor Técnico Legislativo - Economia

**PARECER Nº** **DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O**  
**PROJETO DE LEI Nº 408/2012**

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Quito Formiga, visa alterar a Lei 14.485, de 19 de julho de 2007, que consolida a Legislação Municipal referente a datas comemorativas, eventos e feriados do Município de São Paulo, para incluir o Dia do MC – Mestre de Cerimônia, a ser comemorado anualmente no dia 30 de abril.

Segundo justificativa do autor, “o Mestre de Cerimônia é o porta-voz que relata, através de articulações de rimas, os problemas, carências e experiências em geral. Além de descrever, também lança mensagens de alerta e orientação sobre o que anda ocorrendo na sociedade. Um MC é aquele que através de suas rimas mostra várias formas de reivindicação em relação às angústias e injustiças sofridas pelas classes sociais mais desfavorecidas, mostrando-lhes o poder da transformação.”

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

37) PL 443/2012	Ver. OLIVEIRA (PSD)	Votação			
DISPÕE SOBRE A EXCLUSÃO DE POLICIAIS MILITARES, CIVIS E GUARDAS MUNICIPAIS DA RESTRIÇÃO IMPOSTA QUANTO À CIRCULAÇÃO DE VEÍCULOS NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PROS)	-	-	-
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-
Relator: Ver. ABOU ANNI (PV)					
Parecer: FAVORAVEL					

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão. Adiado por 2 (duas) sessões em 29/04/2015 a pedido do Ver. Milton Leite. Adiado por 5 (cinco) sessões em 13/05/2015 a pedido do Ver. Jair Tatto.

**ASSUNTO:** exclui os policiais militares, civis e guardas municipais de qualquer restrição quanto à circulação de veículo de sua propriedade, quando utilizado no trabalho diário. A exclusão aplica-se a um único veículo de cada profissional, considerando como tal, aquele de seu exclusivo trabalho, que deverá ter afixado em seu vidro dianteiro, selo adesivo identificador, a ser adquirido às expensas do beneficiário.

**Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa:** pela legalidade. (fls. 51-54)

**Comissão de Administração Pública:** realizada uma audiência pública no dia 11/06/2014 (fls. 57) sem manifestações.

Essa comissão exarou parecer favorável (fls. 58). Há voto em separado (fls. 59).

**Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia:** parecer favorável (fls. 60).

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:

**Comissão de Finanças e Orçamento**  
**Resumo dos Projetos na Pauta da 16ª Reunião Ordinária de 2015**

Data da Reunião: 24/06/2015 - Horário: 11:00 horas  
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

Como afirmado no parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa ("Por se tratar de projeto que versa sobre a política municipal do meio ambiente, deverão ser convocadas durante sua tramitação pelo menos 2 (duas) audiências públicas, conforme art. 41, VIII, da Lei Orgânica do Município" – fls. 54), a matéria é atinente à Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente. Nesse sentido, sugere-se solicitar ao Sr. Presidente da Casa o pronunciamento prévio dessa Comissão.

O projeto geraria despesas obrigatórias de caráter continuado, sem haver demonstração nos autos de seu valor e da existência de previsão orçamentária. Ressalte-se que a exigência estabelecida pela Lei de Responsabilidade Fiscal referente a demonstrativos que mostrem tais dados situa-se no contexto da gestão orçamentária e financeira, razão de ser dessa norma, e a análise sob o ponto de vista do impacto presente e futuro nas despesas insere-se na competência desta Comissão, conforme estabelece o art. 47, II, e, do Regimento Interno:

**Regimento Interno**

"Art. 47 É da competência específica:

....

II - Da Comissão de Finanças e Orçamentos:

....

e) opinar sobre proposições referentes a matéria tributária, abertura de créditos, empréstimos públicos, dívida pública e outras que, direta ou indiretamente, alterem a despesa ou a receita do Município e acarretem responsabilidades para o erário municipal;"

Não consta dos autos do processo a(s) estimativa/demonstração/medidas de compensação/premissas e metodologia de cálculo/comprovação exigida(s) pelos artigos 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/2000).

Elaboração: Marcia Akemi Endo – Consultor Técnico Legislativo – Economista

Revisão: Thiago de Carvalho Alves - Consultor Técnico Legislativo – Economista

**PARECER Nº**  
**PROJETO DE LEI Nº 443/2012**

**DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O**

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Oliveira, visa excluir os policiais militares, civis e guardas municipais de qualquer restrição quanto à circulação de veículo de sua propriedade, quando utilizado no trabalho diário. A exclusão aplica-se a um único veículo de cada profissional, considerando como tal, aquele de seu exclusivo trabalho, que deverá ter afixado em seu vidro dianteiro, selo adesivo identificador, a ser adquirido às expensas do beneficiário.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

38) PL 465/2012	Ver. OLIVEIRA (PSD)	Votação			
DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE AFIXAÇÃO DE PLACAS INDICATIVAS EM TÁXIS, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	.	.	.
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	.	.	.
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	.	.	.
		Ver. JAIR TATTO (PT)	.	.	.
Relator: Ver. RICARDO NUNES (PMDB)		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	.	.	.
Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE TRÂNSITO		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	.	.	.
		Ver. OTA (PROS)	.	.	.
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	.	.	.
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	.	.	.

--	--

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

**ASSUNTO:** dispõe sobre a obrigatoriedade de afixação de placas indicativas em táxis, no âmbito do Município de São Paulo.

Os motoristas de táxis ficariam obrigados a afixar, no interior dos veículos, em local de fácil visualização, placa indicativa contendo as seguintes informações, dentre outras:

I - nome completo do condutor e do permissionário;

II - número da Carteira Nacional de Habilitação - CNH do condutor e das placas do veículo;

III - endereço do ponto do táxi (quando houver);

IV - telefone comercial para contatos e reclamações.

A placa mencionada deverá ser escrita em fonte de tamanho compatível nas versões em português e inglês.

**Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa:** pela legalidade (fls. 46/48).

**Comissão de Administração Pública:** favorável (fls. 49/50), com apresentação de substitutivo considerando "a existência da Lei Municipal nº 7.329/1969, que regulamentou a atividade" (fls. 49). O substitutivo altera a redação do art. 15 dessa lei, acrescentando alínea que se desdobra em 4 incisos.

**Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia:** parecer favorável (fls. 51/53) com substitutivo "que visa ajustar o substitutivo pela Comissão de Administração Pública, em consonância com a Lei Complementar 95/98 que dispõe sobre a melhor técnica de elaboração legislativa" (fls. 51). O substitutivo dessa Comissão altera a forma como a alínea é detalhada, trocando incisos por itens.

**Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento:**

Despesas seriam referentes à fiscalização e que são, em tese, normalmente previstas.

Elaboração: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Alexandre Henrique Cardoso - Consultor Técnico Legislativo - Economia

**PARECER Nº** **DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O**  
**PROJETO DE LEI Nº 465/2012**

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Oliveira, visa dispor sobre a obrigatoriedade de afixação de placas indicativas em táxis, no âmbito do Município de São Paulo.

Os motoristas de táxis ficariam obrigados a afixar, no interior dos veículos, em local de fácil visualização, placa indicativa contendo as seguintes informações, dentre outras:

I - nome completo do condutor e do permissionário;

II - número da Carteira Nacional de Habilitação - CNH do condutor e das placas do veículo;

III - endereço do ponto do táxi (quando houver);

IV - telefone comercial para contatos e reclamações.

A placa mencionada deverá ser escrita em fonte de tamanho compatível nas versões em português e inglês.

A douta Comissão de Administração Pública apresentou substitutivo considerando "a existência da Lei Municipal nº 7.329/1969, que regulamentou a atividade". O substitutivo altera a redação do art. 15

**Comissão de Finanças e Orçamento**  
**Resumo dos Projetos na Pauta da 16ª Reunião Ordinária de 2015**

Data da Reunião: 24/06/2015 - Horário: 11:00 horas  
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

dessa lei, acrescentando alínea que se desdobra em 4 incisos.

Por seu turno, a egrégia Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia também ofereceu substitutivo “que visa ajustar o substitutivo pela Comissão de Administração Pública, em consonância com a Lei Complementar 95/98 que dispõe sobre a melhor técnica de elaboração legislativa” (fls. 51). O substitutivo dessa Comissão altera a forma como a alínea é detalhada, trocando incisos por itens.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer, nos termos do mencionado substitutivo da Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

39) PL 94/2013 Ver. ABOU ANNI (PV)		Votação			
DENOMINA RUA ADEMIR DE JESUS DA SILVA O LOGRADOURO PÚBLICO INOMINADO PARALELO À RUA JOAQUIM AFONSO DE SOUSA E DELIMITADO NO ENTRONCAMENTO TRANSVERSAL DA RUA VANESS ATALANTA, NO BAIRRO VILA DOS ANDRADES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PROS)	-	-	-
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-
Relator: Ver. OTA (PROS)					
Parecer: FAVORAVEL					

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

**ASSUNTO:** denomina Rua Ademir de Jesus da Silva o logradouro público inominado, paralelo à Rua Joaquim Afonso de Souza e delimitado no entroncamento transversal da Rua Vaness Atalanta, no bairro Vila dos Andrades.

**Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa:** solicitou informações ao Executivo (fls. 24), com resposta a fls. 26/31:

“não é bem público...não é oficial e não consta número de codlog para o logradouro... não é bem público e não se encontra denominado... À vista do informado supra, sugerimos o veto” – Secretaria Municipal de Licenciamento – Supervisão Geral de Informação – Supervisão de Cadastro de Logradouros (fls. 30).

Essa Comissão exarou parecer pela legalidade (fls. 32).

**Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente:** parecer favorável (fls. 33).

**Comissão de Educação, Cultura e Esportes:** parecer favorável (fls. 34).

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento

Não se trata de bem público, conforme informado a fls. 30 pelo Executivo.

Elaboração: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Alexandre Henrique Cardoso - Consultor Técnico Legislativo - Economia

**PARECER Nº 94/2013 DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 94/2013**

**Comissão de Finanças e Orçamento**  
**Resumo dos Projetos na Pauta da 16ª Reunião Ordinária de 2015**

Data da Reunião: 24/06/2015 - Horário: 11:00 horas  
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Abou Anni, visa denominar Rua Ademir de Jesus da Silva o logradouro público inominado, paralelo à Rua Joaquim Afonso de Souza e delimitado no entroncamento transversal da Rua Vaness Atalanta, no bairro Vila dos Andrades.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

40) PL 370/2013	Ver. JAIR TATTO (PT); Ver. VAVÁ (PT)	Votação			
DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DA ATIVIDADE DE MESTRE DE CAPOEIRA.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
Relator: Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
Parecer: FAVORAVEL		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PROS)	-	-	-
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão. Adiado por uma sessão em 10/06/2015. Adiado por 1 (uma) sessão em 17/06/2015.

**ASSUNTO:** dispõe sobre a regulamentação da atividade de mestre de capoeira. De acordo com a propositura, ficam reconhecidas como profissões, as atividades de capoeira nas modalidades luta e esporte, tornando privativo do capoeirista profissional, dentre outras atividades, o desenvolvimento com crianças, jovem adultos das atividades esportivas e culturais que compõem a prática da capoeira em estabelecimentos de ensino e em academias, ministrar aulas e treinamento especializado em capoeira para atletas de diferentes esportes, instituições ou academias, avaliação e supervisão dos praticantes de capoeira, a elaboração de informes técnicos e científicos nas áreas de atividades físicas e do desporto ligados à capoeira.

A propositura determina que as unidades de ensino fundamental e médio deverão integrar em sua grade curricular a prática da capoeira nas modalidades de luta, dança, cultura popular e música, além de atribuir aos órgãos públicos a promoção da prática da capoeira e a criação do Dia Municipal da Capoeira e do Capoeirista a ser comemorado anualmente no dia 12 de setembro.

**Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa:** pela legalidade (fls. 11/12)

**Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia:** parecer favorável (fls. 13/14), com sugestão de encaminhamento para análise da Comissão de Educação, Cultura e Esportes (fl. 16)

**Comissão de Educação, Cultura e Esportes:** solicitou quesitos ao Executivo (fls. 19) com respostas às fls. 21/52

**Secretaria de Cultura (fls. 32/33):** “Não obstante os méritos da iniciativa, do ponto de vista jurídico, somos obrigados a reconhecê-lo como inconstitucional, ao menos em parte (...)

(...) o cerne da propositura é, justamente, o reconhecimento dessa “atividade de capoeirista” como “profissão”, sendo que segundo o disposto no artigo 5º, inciso XIII, da Constituição Federal, “é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.

O problema, no caso, é que compete privativamente à União legislar sobre direito do trabalho, nos termos do artigo 22, inciso I da Constituição(...)

Com isso, retornamos-lhe o presente opinando pela inviabilidade do Projeto de Lei nº370/2013, tal como proposto, considerando-se em confronto à Constituição Federal, no tocante à repartição de competências

legislativas, além de inoportuno ou inconveniente, vale dizer, por conta do estágio atual de tramitação do PLC 31/2009 [PLC que dispõe sobre o reconhecimento da atividade de capoeira] no Congresso Nacional.”  
Secretaria de Educação (fls. 42): “(...) em que pese a importância da capoeira como expressão da cultura popular e em especial, da cultura afro-brasileira na cidade de São Paulo, somos pela inviabilidade do prosseguimento da presente propositura, uma vez que o reconhecimento da profissão de capoeirista depende de norma federal, sendo de competência da União, e como expressão cultural e patrimônio do nosso país já faz parte da base curricular nacional comum do ensino básico.”

A Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação sugeriu veto total ao Projeto (fls. 52), ou “(...) a sanção tão-somente do artigo 8º da propositura, caso o Excelentíssimo Senhor Prefeito conclua pela possibilidade de criação de mais uma data comemorativa para a capoeira, ainda que em desconformidade com a Semana da Capoeira consoante estabelecida pela Lei nº14.485/07, que finaliza no feriado da Consciência Negra (Lei nº13.707/04)” (fls. 52).

A Comissão exarou parecer **contrário** (fl. 53).

**Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher:** parecer favorável (fl. 54).

**Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento**

O artigo 6º, inciso I, e o artigo 7º implicariam novas despesas de caráter continuado com a contratação de capoeiristas (no caso da inclusão da capoeira na grade curricular como determina o artigo 7º e o inciso I do art. 6º que torna privativa do capoeirista o ensino da capoeira em instituições de ensino);

- dada as atividades privativas estipuladas no artigo 6º e seus incisos, podem ocorrer novas despesas de caráter continuado em relação à fiscalização de estabelecimentos de ensino, academias e outros estabelecimentos relacionados à prática deste tipo de atividade.

Ou seja, o projeto geraria despesas obrigatórias de caráter continuado, sem haver demonstração nos autos de seu valor e da existência de previsão orçamentária. Ressalte-se que a exigência estabelecida pela Lei de Responsabilidade Fiscal referente a demonstrativos que mostrem tais dados situa-se no contexto da gestão orçamentária e financeira, razão de ser dessa norma, e a análise sob o ponto de vista do impacto presente e futuro nas despesas insere-se na competência desta Comissão, conforme estabelece o art. 47, II, e, do Regimento Interno:

#### **Regimento Interno**

“Art. 47 É da competência específica:

....

II - Da Comissão de Finanças e Orçamento:

....

e) opinar sobre proposições referentes a matéria tributária, abertura de créditos, empréstimos públicos, dívida pública e outras que, direta ou indiretamente, alterem a despesa ou a receita do Município e acarretem responsabilidades para o erário municipal;”

Os demais itens, em tese, implicam em despesas normalmente previstas (como a criação do Dia da Capoeira ou a promoção dessa atividade, que segundo resposta aos quesitos da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, já ocorre).

Consta dos autos do processo a(s) estimativa/demonstração/medidas de compensação/premissas e metodologia de cálculo/comprovação exigida(s) pelos seguintes dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal (**sim ou não**):

Art. 16 - A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I - **estimativa** do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

☐ **sim** ☒ **não**

Art. 16 - ...

....

§ 2º - A estimativa de que trata o inciso I do *caput* será acompanhada das **premissas e metodologia de cálculo** utilizadas.

☐ **sim** ☒ **não**

Art. 17 - Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

§ 1º - Os atos que criarem ou aumentarem despesa de que trata o *caput* deverão ser instruídos com a **estimativa** prevista no inciso I do art. 16 e demonstrar a origem dos recursos para seu custeio.

§ 2º - Para efeito do atendimento do § 1º, o ato será acompanhado de **comprovação** de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo referido no § 1º do art. 4º, devendo seus efeitos financeiros, nos períodos seguintes, ser compensados pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa.

Art. 4º ...

.....

*§ 1º Integrará o projeto de lei de diretrizes orçamentárias Anexo de Metas Fiscais, em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.*

§ 3º - Para efeito do § 2º, considera-se aumento permanente de receita o proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§ 4º - A **comprovação** referida no § 2º, apresentada pelo proponente, conterá as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, sem prejuízo do exame de compatibilidade da despesa com as demais normas do plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias.

☐ **sim**

☒ **não**

Elaboração: Sidney Richard Sylvestre - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo – Economia

**PARECER Nº**  
**O PROJETO DE LEI Nº 370/2013**

**DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE**

O presente projeto de lei, de autoria dos nobres Vereadores Jair Tatto e Vavá, visa dispor sobre a regulamentação da atividade de mestre de capoeira.

De acordo com o proposto, ficam reconhecidas como profissões as atividades de capoeira nas modalidades luta e esporte, tornando privativo do capoeirista profissional, dentre outras atividades, o desenvolvimento com crianças, jovem adultos das atividades esportivas e culturais que compõem a prática da capoeira em estabelecimentos de ensino e em academias, ministrar aulas e treinamento especializado em capoeira para atletas de diferentes esportes, instituições ou academias, avaliação e supervisão dos praticantes da modalidade, a elaboração de informes técnicos e científicos nas áreas de atividades físicas e do desporto ligados à capoeira.

A propositura determina, ademais, que as unidades de ensino fundamental e médio deverão integrar em sua grade curricular a prática da capoeira nas modalidades de luta, dança, cultura popular e música, além de atribuir aos órgãos públicos a promoção da prática da modalidade e a criação do Dia Municipal da Capoeira e do Capoeirista, a ser comemorado, anualmente, no dia 12 de setembro.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

**Comissão de Finanças e Orçamento**  
**Resumo dos Projetos na Pauta da 16ª Reunião Ordinária de 2015**

Data da Reunião: 24/06/2015 - Horário: 11:00 horas  
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

41) PL 390/2013	Ver. AURÉLIO MIGUEL (PR)	Votação			
DISPÕE SOBRE O "ATENDIMENTO AOS ALUNOS DEFICIENTES SURDOS-MUDOS E VISUAIS NOS CURSINHOS PREPARATÓRIOS PARA O PRÉ-VESTIBULAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.  Relator: Ver. RICARDO NUNES (PMDB)  Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	.	.	.
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	.	.	.
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	.	.	.
		Ver. JAIR TATTO (PT)	.	.	.
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	.	.	.
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	.	.	.
		Ver. OTA (PROS)	.	.	.
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	.	.	.
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	.	.	.

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

**ASSUNTO:** institui o atendimento específico aos alunos Deficientes Surdos-Mudos, através da "Linguagem Brasileira de Sinais" (Libra), e aos Deficientes Visuais através do método Braille, em todos os cursinhos preparatórios para o pré-vestibular ministrados no Município de São Paulo.

Determina que o atendimento através da Linguagem de Libras para os alunos deficientes surdos-mudos deverá ser feito através de tradução simultânea das aulas por profissionais devidamente habilitados, e o atendimento aos deficientes visuais deverá ser feito através do "Método Braille"; os alunos regularmente matriculados nos cursinhos pré-vestibulares deverão comunicar qual a necessidade especial no ato da matrícula.

Prevê ainda multa pelo seu descumprimento e a correção de seu valor monetário.

**Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa:** pela legalidade, com apresentação de substitutivo, visando adequar o projeto à melhor técnica de elaboração legislativa. (fls. 76 a 79)

**Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia:** favorável, nos termos do substitutivo da CCJLP. (fls. 80/81)

**Comissão de Educação, Cultura e Esportes:** solicitou quesitos ao Executivo (fl.82), com respostas as folhas 84/93.

SME/Diretoria de Orientação Técnica – Educação Especial: "...a Secretaria Municipal de Educação de São Paulo não mantém ou regulamenta cursinhos preparatórios pré-vestibular, deste modo, não há como avaliarmos a pertinência do Projeto de Lei" (fl.90)

SME/Secretario Municipal de Educação "A propositura não encontra razões para prosperar, posto que os cursinhos pré-vestibular constituem-se em cursos livres não integrando qualquer das etapas da Educação Básica, conforme estabelecido pela Constituição Federal e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Assim, não são regulamentados ou mesmo fiscalizados pelo Poder Público Municipal" (fl.93)

A Comissão exarou parecer **favorável**, mas considerando que "os valores estabelecidos no PL para multas no caso de infração de suas disposições não encontram equilíbrio com os custos de sua implementação", "é preciso isentar os cursinhos comunitários e filantrópicos da obrigatoriedade do disposto neste Projeto de Lei, incidindo apenas aos cursinhos mantidos por instituições particulares com fins lucrativos" e que "o texto do PL carece do ajuste de certas expressões e da terminologia adotada", **apresentaram substitutivo acolhendo "assim as sugestões apresentadas pela Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência**, por meio da Coordenadoria de Projetos de Inclusão, estendendo a referida obrigatoriedade à outras modalidades de curso como os cursos para concurso público, línguas e informática, entre outros". (fls. 94 a 96).

**Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher:** favorável, nos termos do substitutivo da CCJLP. (fl. 98)

**Comissão de Finanças e Orçamento**  
**Resumo dos Projetos na Pauta da 16ª Reunião Ordinária de 2015**

Data da Reunião: 24/06/2015 - Horário: 11:00 horas  
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

**Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento**

Em avaliação preliminar, a ser confirmada por informações adicionais, inclusive provenientes do Executivo, o projeto geraria despesas obrigatórias de caráter continuado com fiscalização, sem haver demonstração nos autos do valor dessas despesas e da existência de previsão orçamentária.

Ressalte-se que as exigências estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal referentes a demonstrativos que mostrem tais dados (especificamente art. 16 [que exige estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes, acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas] e art. 17 [que determina comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais, contendo as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, sem prejuízo do exame de compatibilidade da despesa com as demais normas do plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias]) situam-se no contexto da gestão orçamentária e financeira, e a análise sob o ponto de vista do impacto presente e futuro nas despesas insere-se na competência desta Comissão, conforme estabelece o art. 47, II, “e”, do Regimento Interno:

**Regimento Interno**

“Art. 47 É da competência específica:

....

II - Da Comissão de Finanças e Orçamento:

....

e) opinar sobre proposições referentes a matéria tributária, abertura de créditos, empréstimos públicos, dívida pública e outras que, direta ou indiretamente, alterem a despesa ou a receita do Município e acarretem responsabilidades para o erário municipal;”

Não consta(m) dos autos do processo a(s) estimativa/demonstração/medidas de compensação/premissas e metodologia de cálculo/comprovação exigida(s) pelos artigos 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/2000).

Sugere-se envio de quesitos ao Executivo.

Elaboração: Thiago de Carvalho Alves - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo - Economia

**PARECER Nº**  
**O PROJETO DE LEI Nº 390/2013**

**DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE**

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Aurélio Miguel, visa instituir o atendimento específico aos alunos Deficientes Surdos-Mudos, através da “Linguagem Brasileira de Sinais” (Libra), e aos Deficientes Visuais através do método Braille, em todos os cursinhos preparatórios para o pré-vestibular ministrados no Município de São Paulo.

Determina a propositura que o atendimento através da Linguagem de Libras para os alunos deficientes surdos-mudos deverá ser feito através de tradução simultânea das aulas por profissionais devidamente habilitados, e o atendimento aos deficientes visuais deverá ser feito através do “Método Braille”. Os alunos regularmente matriculados nos cursinhos pré-vestibulares deverão comunicar qual a necessidade especial no ato da matrícula.

Finalmente, prevê multa pelo seu descumprimento e a correção de seu valor monetário.

A douta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa exarou parecer pela legalidade, com apresentação de substitutivo, visando adequar o projeto à melhor técnica de elaboração legislativa.

A colenda Comissão de Educação, Cultura e Esportes emitiu parecer favorável, mas, considerando que “os valores estabelecidos no PL para multas no caso de infração de suas disposições não encontram equilíbrio com os custos de sua implementação”, ponderou ser “preciso isentar os cursinhos comunitários e filantrópicos da obrigatoriedade do disposto neste Projeto de Lei, incidindo apenas aos cursinhos mantidos por instituições particulares com fins lucrativos” e que “o texto do PL carece do ajuste de certas expressões e da terminologia adotada”, apresentando substitutivo acolhendo “assim as sugestões apresentadas pela Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência, por meio da

**Comissão de Finanças e Orçamento**  
**Resumo dos Projetos na Pauta da 16ª Reunião Ordinária de 2015**

Data da Reunião: 24/06/2015 - Horário: 11:00 horas  
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

Coordenadoria de Projetos de Inclusão, estendendo a referida obrigatoriedade a outras modalidades de curso como os cursos para concurso público, línguas e informática, entre outros”.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, ao substitutivo da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, é o parecer.  
Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

42) PL 475/2013	Ver. ABOU ANNI (PV)	Votação			
ALTERA A LEI Nº 13.207, DE 09 DE NOVEMBRO DE 2001, PARA DISPOR EXPRESSAMENTE QUE A ATRIBUIÇÃO DA ORIENTAÇÃO E AUXÍLIO AOS USUÁRIOS DOS ÔNIBUS QUE INTEGRAM O SISTEMA DO TRANSPORTE COLETIVO DO MUNICÍPIO COMPETE AO COBRADOR DE TARIFA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PROS)	-	-	-
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
Relator: Ver. RICARDO NUNES (PMDB)		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-
Parecer: FAVORAVEL					

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão. Adiado por uma sessão em 10/06/2015. Adiado por 1 (uma) sessão em 17/06/2015.

**ASSUNTO:** altera a Lei nº 13.207, de 09 de novembro de 2001, que dispõe sobre a orientação e o auxílio ao usuário dos ônibus que integram o sistema de transporte coletivo do Município e dá outras providências, para dispor expressamente que a atribuição da orientação e auxílio aos referidos usuários compete ao cobrador de tarifa.

**Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa:** pela legalidade (fls. 39).

**Comissão de Administração Pública:** parecer favorável (fls. 40-41).

**Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia:** favorável (fls. 42-43).

**Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento**

A propositura não tem impacto orçamentário-financeiro no atual arranjo institucional do sistema de transporte por ônibus, uma vez que não altera a estrutura de custos das empresas de ônibus nem demanda novos serviços por parte do Poder Público. Todavia, é de se ressaltar que a redução dos custos das empresas de ônibus poderia reduzir os aportes do Município à conta de subsídio ao sistema de transporte, liberando recursos para aplicação em outras áreas.

Elaboração: Adriano Nunes Borges - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo - Economia

**PARECER Nº**  
**SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 475/2013**

**DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO**

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Abou Anni, visa alterar a Lei nº 13.207, de 09 de novembro de 2001, que dispõe sobre a orientação e o auxílio ao usuário dos ônibus que integram o sistema de transporte coletivo do Município, e dá outras providências, para dispor

**Comissão de Finanças e Orçamento**  
**Resumo dos Projetos na Pauta da 16ª Reunião Ordinária de 2015**

Data da Reunião: 24/06/2015 - Horário: 11:00 horas  
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

expressamente que a atribuição da orientação e auxílio aos referidos usuários compete ao cobrador de tarifa.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

43) PL 565/2013	Ver. JULIANA CARDOSO (PT)	Votação			
DENOMINA PRAÇA JOSÉ CASIMIRO DA SILVA, O LOGRADOURO PÚBLICO INOMINADO LOCALIZADO NA CONFLUÊNCIA DAS SEGUINTE RUAS: RUA AGRESTE DE ITABAIANA, RUA ANTÔNIO OLÍMPIO, RUA CRSITALÂNDIA DO PIAUÍ, RUA SILVIO RIBEIRO DOS SANTOS.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PROS)	-	-	-
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
Relator: Ver. ABOU ANNI (PV)					
Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA	Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-	

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão. Adiado por uma sessão em 10/06/2015. Adiado por 1 (uma) sessão em 17/06/2015.

**ASSUNTO:** denomina Praça José Casimiro da Silva, o espaço livre inominado delimitado pelas ruas Agreste de Itabaiana, Antônio Olímpio e Cristalândia do Piauí.

**Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa:** solicitou informações ao Executivo (fl.25), com respostas às folhas 27 a 30. Exarou parecer pela legalidade, com apresentação de substitutivo "a fim de adequar o texto do projeto à melhor técnica legislativa, bem como para atender a proposta enviada pelo Executivo (...) que sugere a inclusão de dados para a caracterização correta do logradouro" (fls. 31/32).

**Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente:** favorável, nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fl.33)

**Comissão de Educação, Cultura e Esportes:** favorável, nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fl.34)

**Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento**

Caso aprovado, o projeto gerará despesas, em tese, normalmente previstas.

Elaboração: Thiago de Carvalho Alves - Consultor Técnico Legislativo / Economia

Revisão: Adriano Nunes Borges - Consultor Técnico Legislativo / Economia

**PARECER Nº DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 565/2013**

O presente projeto de lei, de autoria da nobre Vereadora Juliana Cardoso, visa denominar Praça José Casimiro da Silva o espaço livre inominado delimitado pelas ruas Agreste de Itabaiana, Antônio Olímpio e Cristalândia do Piauí.

A Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa exarou parecer pela legalidade.

**Comissão de Finanças e Orçamento**  
**Resumo dos Projetos na Pauta da 16ª Reunião Ordinária de 2015**

Data da Reunião: 24/06/2015 - Horário: 11:00 horas  
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

com apresentação de substitutivo “a fim de adequar o texto do projeto à melhor técnica legislativa, bem como para atender a proposta enviada pelo Executivo (...) que sugere a inclusão de dados para a caracterização correta do logradouro”.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, é, portanto, o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

44) PL 846/2013	Ver. TONINHO PAIVA (PR)	Votação			
ALTERA A LEI Nº 14.485, DE 19 DE JULHO DE 2007, PARA NELA INCLUIR O DIA MUNICIPAL DO LARINGECTOMIZADO, A SER COMEMORADO, ANUALMENTE, NO DIA 11 DE AGOSTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PROS)	-	-	-
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-
Relator: Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)					
Parecer: FAVORAVEL					

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão. Adiado por uma sessão em 10/06/2015. Adiado por 1 (uma) sessão em 17/06/2015.

**ASSUNTO:** altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, que consolida a legislação municipal referente a datas comemorativas, eventos e feriados do Município de São Paulo, para nela incluir o “Dia Municipal do Laringectomizado”, a ser comemorado, anualmente, no dia 11 de agosto.

O projeto define ainda que o objetivo da data é promover a detecção precoce do câncer de laringe, divulgando para a população as formas de prevenção e tratamento disponíveis que visem reabilitar o paciente, integrando-o à vida familiar, social e laboral, propiciando assistência especializada sistematizada e de natureza interdisciplinar, bem como viabilizar programas educacionais, seminários, palestras, reuniões de apoio, entre outros, necessários ao processo terapêutico, de forma a resgatar o retorno à vida, pois “Comunicação é um direito”.

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento

O projeto implica despesas, em tese, normalmente previstas

Elaboração: Thiago de Carvalho Alves - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo – Economia

**PARECER Nº DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 846/2013**

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Toninho Paiva, visa alterar a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, que consolida a legislação municipal referente a datas comemorativas, eventos e feriados do Município de São Paulo, para nela incluir o “Dia Municipal do Laringectomizado”, a ser comemorado, anualmente, no dia 11 de agosto.

A propositura define ainda que o objetivo da data é promover a detecção precoce do câncer de laringe, divulgando para a população as formas de prevenção e tratamento disponíveis que visem reabilitar o paciente, integrando-o à vida familiar, social e laboral, propiciando assistência especializada

**Comissão de Finanças e Orçamento**  
**Resumo dos Projetos na Pauta da 16ª Reunião Ordinária de 2015**

Data da Reunião: 24/06/2015 - Horário: 11:00 horas  
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

sistemizada e de natureza interdisciplinar, bem como viabilizar programas educacionais, seminários, palestras, reuniões de apoio, entre outros, necessários ao processo terapêutico, de forma a resgatar o retorno à vida, pois “Comunicação é um direito”.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

45) PL 90/2014	Ver. EDUARDO TUMA (PSDB)	Votação			
FICA CRIADA A SEMANA SOCIOCULTURAL CRISTÃ NO ÂMBITO DA CIDADE DE SÃO PAULO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	.	.	.
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	.	.	.
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	.	.	.
		Ver. JAIR TATTO (PT)	.	.	.
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	.	.	.
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	.	.	.
		Ver. OTA (PROS)	.	.	.
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	.	.	.
Relator: Ver. ABOU ANNI (PV)		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	.	.	.
Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA					

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

**ASSUNTO:** Dispõe sobre a criação da Semana Sociocultural Cristã no âmbito da Cidade de São Paulo, a ser lembrada, anualmente, na segunda quinzena do mês de Abril.

Segundo o art. 2º, durante a Semana ora instituída, o Poder Público Municipal divulgará este evento através de panfletos e fomentará os trabalhos que visem desenvolver atividades, distribuindo material didático, oferecendo palestras e realizando shows com o intuito de divulgar a cultura Cristã dentro da sociedade. O parágrafo único deste artigo diz que poderão ser firmadas parcerias com entidades privadas para a realização da semana a que se refere essa Lei.

**Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa:** pela legalidade com apresentação de substitutivo a fim de adequar a propositura “às regras de técnica legislativa elencadas na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis, bem como retirar o art. 2º da proposta, vez que ela cuida de ato concreto da administração, não havendo como negar a violação do princípio constitucional da harmonia e independência entre os Poderes”. (fls. 49/50).

**Comissão de Educação, Cultura e Esportes:** favorável nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fl. 51).

**Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento**

Em relação a proposta original, ressaltamos que o projeto geraria despesas obrigatórias de caráter contínuo (uma vez que o art 2º diz que “o Poder Público Municipal divulgará este evento através de panfletos e fomentará os trabalhos que visem desenvolver atividades, distribuindo material didático, oferecendo palestras e realizando shows com o intuito de divulgar a cultura Cristã dentro da sociedade), sem haver demonstração nos autos do valor dessas despesas e da existência de previsão orçamentária.

Ressalte-se que as exigências estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal referentes a demonstrativos que mostrem tais dados (especificamente art. 16 [que exige estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes, acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas] e art. 17 [que determina comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais, contendo as

premissas e metodologia de cálculo utilizadas, sem prejuízo do exame de compatibilidade da despesa com as demais normas do plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias]) situam-se no contexto da gestão orçamentária e financeira, e a análise sob o ponto de vista do impacto presente e futuro nas despesas insere-se na competência desta Comissão, conforme estabelece o art. 47, II, “e”, do Regimento Interno:

#### **Regimento Interno**

“Art. 47 É da competência específica:

....

II - Da Comissão de Finanças e Orçamento:

....

e) opinar sobre proposições referentes a matéria tributária, abertura de créditos, empréstimos públicos, dívida pública e outras que, direta ou indiretamente, alterem a despesa ou a receita do Município e acarretem responsabilidades para o erário municipal;”

Não consta(m) dos autos do processo a(s) estimativa/demonstração/medidas de compensação/premissas e metodologia de cálculo/comprovação exigida(s) pelos artigos 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/2000).

**O substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa retirou o art. 2º (“uma vez que ela cuida de ato concreto da administração, não havendo como negar a violação do princípio constitucional da harmonia e independência entre os Poderes”), e, dessa forma, a aprovação da presente proposição na forma do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa geraria custos, em tese, já previstos.**

Elaboração: Alexandre Henrique Cardoso - Consultor Técnico Legislativo - Economista

Revisão: Bruno Nunes Medeiro - Consultor Técnico Legislativo - Economista

#### **PARECER Nº PROJETO DE LEI Nº 90/2014**

#### **DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O**

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Eduardo Tuma, visa dispor sobre a criação da Semana Sociocultural Cristã no âmbito da Cidade de São Paulo, a ser lembrada, anualmente, na segunda quinzena do mês de Abril.

Segundo o art. 2º, durante a Semana ora instituída, o Poder Público Municipal divulgará este evento através de panfletos e fomentará os trabalhos que visem desenvolver atividades, distribuindo material didático, oferecendo palestras e realizando shows com o intuito de divulgar a cultura Cristã dentro da sociedade. O parágrafo único deste artigo diz que poderão ser firmadas parcerias com entidades privadas para a realização da semana a que se refere essa Lei.

A Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa exarou parecer pela legalidade com apresentação de substitutivo a fim de adequar a proposição “às regras de técnica legislativa elencadas na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis, bem como retirar o art. 2º da proposta, vez que ela cuida de ato concreto da administração, não havendo como negar a violação do princípio constitucional da harmonia e independência entre os Poderes”.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à proposição, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer, nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

**Comissão de Finanças e Orçamento**  
**Resumo dos Projetos na Pauta da 16ª Reunião Ordinária de 2015**

Data da Reunião: 24/06/2015 - Horário: 11:00 horas  
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

46) PL 211/2014	Ver. TONINHO VESPOLI (PSOL)	Votação			
DENOMINA PRAÇA CLARA ALVES DA SILVA, A PRAÇA SEM NOME SITO ENTRE AS RUAS BAIA DE SÃO JOSÉ, ALT. DO Nº 324 E R. DR. ARAÚJO DE CASTRO, ALT. DO Nº 159, SUBDISTRITO DE JARDIM PERI SUBPREFEITURA DA CASA VERDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.  Relator: Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)  Parecer: FAVORAVEL COM SUBSTITUTIVO			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	.	.	.
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	.	.	.
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	.	.	.
		Ver. JAIR TATTO (PT)	.	.	.
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	.	.	.
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	.	.	.
		Ver. OTA (PROS)	.	.	.
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	.	.	.
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	.	.	.

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão. Adiado por 1 (uma) sessão em 17/06/2015.

**ASSUNTO:** denomina Praça Clara Alves da Silva, a praça sem nome situada entre as Ruas Baia de São José, alt. do nº 324, e Dr. Araujo de Castro, alt. do nº 159, Subdistrito de Jardim Peri, Subprefeitura da Casa Verde.

**Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa:** solicitou informações ao Executivo (fls. 33), com resposta a fls. 34/38.

Essa Comissão exarou parecer pela legalidade (fls. 39/40), apresentando substitutivo “o qual visa unicamente ajustar a descrição do logradouro, nos termos propostos pelo Executivo” (fls. 39).

**Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente:** favorável nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fls. 41).

**Comissão de Educação, Cultura e Esportes:** favorável ao substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fls. 42).

**Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento**

Despesas, em tese, normalmente previstas. Contudo, há necessidade de novo substitutivo, tendo em vista equívoco de redação na ementa (fls. 39 – “**espeficida**”) e no art. 1º (fls. 40 – nome da Rua Dr. Araújo Castro e não Araujo, conforme fls. 35) do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa

Elaboração: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Thiago de Carvalho Alves - Consultor Técnico Legislativo – Economia

**PARECER Nº**  
**PROJETO DE LEI Nº 211/2014**

**DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O**

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Toninho Vespoli, visa denominar Praça Clara Alves da Silva, a praça sem nome situada entre as Ruas Baia de São José, alt. do nº 324, e Dr. Araujo de Castro, alt. do nº 159, Subdistrito de Jardim Peri, Subprefeitura da Casa Verde.

A douta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa apresentou substitutivo “o qual visa unicamente ajustar a descrição do logradouro, nos termos propostos pelo Executivo”.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer, nos termos do mencionado substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa. Contudo, tendo em vista equívoco redacional na ementa e no art. 1º do substitutivo referido, apresentamos o seguinte substitutivo:

**Comissão de Finanças e Orçamento**  
**Resumo dos Projetos na Pauta da 16ª Reunião Ordinária de 2015**

Data da Reunião: 24/06/2015 - Horário: 11:00 horas  
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

**SUBSTITUTIVO Nº**

**AO PROJETO DE LEI Nº 211/2014**

Denomina Praça Clara Alves da Silva o logradouro público inominado que especifica, situado no Distrito da Cachoeirinha, Subprefeitura da Casa Verde/Cachoeirinha, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de São Paulo DECRETA:

Art. 1º Fica denominado Praça Clara Alves da Silva o espaço livre delimitado pelas Ruas Baía de São José e Dr. Araújo Castro (Setor 108 - quadras 99 e 105), no Distrito da Cachoeirinha, Subprefeitura da Casa Verde/Cachoeirinha.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.  
Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

47) PL 214/2014	Ver. TONINHO VESPOLI (PSOL)	Votação			
DENOMINA VIELA JOSÉ BARBARA DA SILVA, SITO ENTRE AS RUAS BAIA DE SÃO JOSÉ, ALT. DO Nº 122 E R.SALES MALHEIROS, ALT. DO Nº 200, SUBDISTRITO DE JARDIM PERI, SUBPREFEITURA DA CASA VERDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	.	.	.
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	.	.	.
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	.	.	.
		Ver. JAIR TATTO (PT)	.	.	.
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	.	.	.
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	.	.	.
		Ver. OTA (PROS)	.	.	.
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	.	.	.
Relator: Ver. RICARDO NUNES (PMDB)		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	.	.	.
Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA					

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

**ASSUNTO:** denomina Viela José Barbara da Silva, situada entre a Rua Baia de São José, altura do nº 122, e Rua Sales Malheiros, altura do nº 200, Subdistrito de Jardim Peri, Subprefeitura da Casa Verde.

**Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa:** solicitou informações ao Executivo (fls. 31), com resposta a fls. 32/36.

Essa Comissão exarou parecer pela legalidade, com apresentação de substitutivo "o qual visa unicamente ajustar a descrição do logradouro, nos termos propostos pelo Executivo". A ementa do substitutivo é: "Denomina Viela José Bárbara da Silva, codlog 65.669-0, a viela 12, que começa na Rua Baía de São José, altura do número 201 e termina na Rua Doutor Araújo Castro (setor 108 - quadras 100, 101, 103 e 104) no Distrito de Cachoeirinha, Subprefeitura da Casa Verde/Cachoeirinha, Município de São Paulo, e dá outras providências." (fls. 37).

**Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente:** favorável na forma do substitutivo aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fls. 39).

**Comissão de Educação, Cultura e Esportes:** favorável ao substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fls. 40).

**Comissão de Finanças e Orçamento**  
**Resumo dos Projetos na Pauta da 16ª Reunião Ordinária de 2015**

Data da Reunião: 24/06/2015 - Horário: 11:00 horas  
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

**Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento**

Despesas, em tese, normalmente orçadas.

Elaboração: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Thiago de Carvalho Alves - Consultor Técnico Legislativo - Economia

**PARECER Nº**  
**PROJETO DE LEI Nº 214/2014**

**DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O**

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Toninho Vespoli, visa denominar Viela José Barbara da Silva, situada entre a Rua Baía de São José, altura do nº 122, e Rua Sales Malheiros, altura do nº 200, Subdistrito de Jardim Peri, Subprefeitura da Casa Verde.

A douta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa solicitou informações ao Executivo, apresentando substitutivo “o qual visa unicamente ajustar a descrição do logradouro, nos termos propostos pelo Executivo”. A ementa do substitutivo tem a seguinte redação: “Denomina Viela José Bárbara da Silva, codlog 65.669-0, a viela 12, que começa na Rua Baía de São José, altura do número 201 e termina na Rua Doutor Araújo Castro (setor 108 - quadras 100, 101, 103 e 104) no Distrito de Cachoeirinha, Subprefeitura da Casa Verde/Cachoeirinha, Município de São Paulo, e dá outras providências.”

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer, nos termos do mencionado substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

48) PL 366/2014	Ver. ABOU ANNI (PV)	Votação			
DENOMINA PRAÇA GILBERTO BUENO O LOGRADOURO PÚBLICO INOMINADO, SITUADO NA INTERSEÇÃO DA AVENIDA PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHKE COM A RUA PROFESSOR GERALDO ATALIBA, LOCALIZADO NO BAIRRO ITAIM BIBI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PROS)	-	-	-
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
Relator: Ver. ADILSON AMADEU (PTB)		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-
Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA					

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

**ASSUNTO:** Denomina Praça Gilberto Bueno o logradouro público inominado, situado na interseção da Avenida Presidente Juscelino Kubitschek com a Rua Professor Geraldo Ataliba, localizado no Distrito do Itaim Bibi, Subprefeitura Pinheiros.

**Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa:** Solicitou quesitos ao Executivo (fl. 30), com resposta às folhas 31-33.

**Exarou parecer pela legalidade, com substitutivo, que “visa unicamente ajustar a descrição do logradouro,**

**Comissão de Finanças e Orçamento**  
**Resumo dos Projetos na Pauta da 16ª Reunião Ordinária de 2015**

Data da Reunião: 24/06/2015 - Horário: 11:00 horas  
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

nos termos propostos pelo Executivo às fls. 32 dos autos.”(fls. 34/35)

**Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente:** Favorável, nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fl. 36).

**Comissão de Educação, Cultura e Esportes:** Favorável ao substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fl. 37).

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento

Despesas, em tese, normalmente previstas.

Elaboração: Regina Eiko Kimachi - Consultora Técnica Legislativa – Economia

Revisão: Thiago de Carvalho Alves- Consultor Técnico Legislativo - Economia

**PARECER Nº**  
**PROJETO DE LEI Nº 366/2014**  
**DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O**

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Abou Anni, visa denominar Praça Gilberto Bueno o logradouro público denominado, situado na interseção da Avenida Presidente Juscelino Kubitschek com a Rua Professor Geraldo Ataliba, localizado no Distrito do Itaim Bibi, Subprefeitura Pinheiros.

Em seu parecer, a douta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa apresentou substitutivo que “visa unicamente ajustar a descrição do logradouro, nos termos propostos pelo Executivo às fls. 32 dos autos.”

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, nos termos do substitutivo mencionado, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável ao substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, portanto, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

49) PL 413/2014	Ver. CORONEL CAMILO (PSD)	Votação			
INSTITUI O "DIA DO VIZINHO" A SER COMEMORADO NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO NO DIA 23 DE DEZEMBRO DE CADA ANO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	.	.	.
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	.	.	.
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	.	.	.
		Ver. JAIR TATTO (PT)	.	.	.
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	.	.	.
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	.	.	.
		Ver. OTA (PROS)	.	.	.
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	.	.	.
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	.	.	.
Relator: Ver. OTA (PROS)					
Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA					

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

**ASSUNTO:** altera a Lei 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir no Calendário de Eventos da Cidade de São Paulo o Dia do Vizinho, a ser comemorado no dia 23 de dezembro.

**Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa:** pela legalidade com apresentação de substitutivo a fim de adaptar a propositura “às regras de técnica legislativa elencadas na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis”. (fls. 12-13).

**Comissão de Educação, Cultura e Esportes:** favorável nos termos do substitutivo da Comissão de

**Comissão de Finanças e Orçamento**  
**Resumo dos Projetos na Pauta da 16ª Reunião Ordinária de 2015**

Data da Reunião: 24/06/2015 - Horário: 11:00 horas  
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fl. 14).

Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento

Despesas, em tese, previstas.

Elaboração: Alexandre Henrique Cardoso - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Bruno Nunes Medeiro - Consultor Técnico Legislativo - Economia

**PARECER Nº** **DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O**  
**PROJETO DE LEI Nº 413/2014**

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Coronel Camilo, visa alterar a Lei 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir no Calendário de Eventos da Cidade de São Paulo o Dia do Vizinho, a ser comemorado no dia 23 de dezembro.

A Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa exarou parecer pela legalidade com apresentação de substitutivo a fim de adaptar a propositura “às regras de técnica legislativa elencadas na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis”.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer, nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

50) PL 466/2014   Ver. CALVO (PMDB)		Votação			
DISPÕE SOBRE A EMENDA DA LEI Nº 14.485, DE 19 DE JULHO DE 2007, COM O FIM DE INCLUIR NOVO INCISO AO ARTIGO 7º DESSA LEI PARA INSTITUIR A QUINZENA DO NAUTIMODELISMO, QUE OCORRERÁ NAS DUAS PRIMEIRAS SEMANAS DO MÊS DE OUTUBRO, NAS CONDIÇÕES QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PROS)	-	-	-
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-
Relator: Ver. ABOU ANNI (PV)					
Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA					

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão. Adiado por uma sessão em 10/06/2015. Adiado por 1 (uma) sessão em 17/06/2015.

**ASSUNTO:** altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, com o fim de incluir, no Calendário de Eventos da Cidade de São Paulo, a Quinzena do Nautimodelismo, que ocorrerá nas duas primeiras semanas do mês de outubro, podendo ser realizados campeonatos nos parques públicos que disponham de lago, sendo ato discricionário do Poder Executivo a concessão dos espaços públicos; atividades de fomento ao nautimodelismo poderão ser desenvolvidas pelas associações do segmento.

**Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa:** pela legalidade (fls. 10/11), com

apresentação de substitutivo “a título de aperfeiçoamento do projeto de Lei em análise, adaptando-o às regras de técnica legislativa elencadas na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998” – fls. 10 (o substitutivo exclui a possibilidade de realização de campeonatos).

**Comissão de Educação, Cultura e Esportes:** favorável ao substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fls. 12).

**Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento**

Na forma do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, despesas, em tese, normalmente previstas.

Elaboração: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Thiago de Carvalho Alves - Consultor Técnico Legislativo - Economia

**PARECER Nº** **DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O**  
**PROJETO DE LEI Nº 466/2014**

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Calvo, visa alterar a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, com o fim de incluir, no Calendário de Eventos da Cidade de São Paulo, a Quinzena do Nautimodelismo, que ocorrerá nas duas primeiras semanas do mês de outubro.

A douta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa apresentou substitutivo “a título de aperfeiçoamento do projeto de Lei em análise, adaptando-o às regras de técnica legislativa elencadas na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998”.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer, nos termos do mencionado substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

51) PL 63/2015	Ver. TONINHO PAIVA (PR); Ver. JOSE AMERICO (PT)	Votação			
Altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007 com a finalidade de instituir no Calendário Oficial de Eventos do Município de São Paulo, a Taça Cidade de São Paulo de Bocha e Bolão, a ser comemorada anualmente, no dia 25 do mês de Janeiro e dá outras providências.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PROS)	-	-	-
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-
Relator: Ver. RICARDO NUNES (PMDB)					
Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA					

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

**ASSUNTO:** altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, que consolida a Legislação Municipal referente a datas comemorativas, eventos e feriados do Município de São Paulo, com a finalidade de instituir no Calendário Oficial de Eventos do Município de São Paulo, a Taça Cidade de São Paulo de Bocha e Bolão, a ser comemorada anualmente, no dia 25 do mês de janeiro.

**Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa:** pela legalidade, com apresentação de

**Comissão de Finanças e Orçamento**  
**Resumo dos Projetos na Pauta da 16ª Reunião Ordinária de 2015**

Data da Reunião: 24/06/2015 - Horário: 11:00 horas  
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

“Substitutivo a seguir, a fim de adaptar o texto às regras de técnica legislativa elencadas na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis” (fls. 11/12).

**Comissão de Educação, Cultura e Esportes:** favorável, nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fl. 13)

**Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento**

Caso aprovado, o projeto gerará despesas, em tese, normalmente previstas.

Elaboração: Thiago de Carvalho Alves - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Adriano Nunes Borges - Consultor Técnico Legislativo - Economia

**PARECER Nº**  
**PROJETO DE LEI Nº 63/2015**  
**DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O**

O presente projeto de lei, de autoria dos nobres Vereadores Toninho Paiva e José Américo, visa alterar a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, que consolida a Legislação Municipal referente a datas comemorativas, eventos e feriados do Município de São Paulo, com a finalidade de instituir no Calendário Oficial de Eventos do Município de São Paulo, a Taça Cidade de São Paulo de Bocha e Bolão, a ser comemorada anualmente, no dia 25 do mês de janeiro.

A Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa exarou parecer pela legalidade, com apresentação de substitutivo “a fim de adaptar o texto às regras de técnica legislativa elencadas na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis”.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

52) PL 101/2015	Ver. LAÉRCIO BENKO (PHS); Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	Votação			
DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA LEI Nº 14.485 DE 19/07/07, PARA INCLUIR A "SEMANA MUNICIPAL DOS CONTADORES DE HISTÓRIAS", NO CALENDÁRIO OFICIAL DA CIDADE DE SÃO PAULO.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	.	.	.
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	.	.	.
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	.	.	.
		Ver. JAIR TATTO (PT)	.	.	.
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	.	.	.
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	.	.	.
		Ver. OTA (PROS)	.	.	.
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	.	.	.
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	.	.	.
Relator: Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)					
Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA					

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

**ASSUNTO:** dispõe sobre a alteração da Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir a “SEMANA MUNICIPAL DOS CONTADORES DE HISTÓRIAS” no Calendário Oficial da Cidade de São Paulo, a ser comemorada, anualmente, de 28 de julho a 4 de agosto.

**Comissão de Finanças e Orçamento**  
**Resumo dos Projetos na Pauta da 16ª Reunião Ordinária de 2015**

Data da Reunião: 24/06/2015 - Horário: 11:00 horas  
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

**Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa:** pela legalidade (fls. 9/10), com apresentação de substitutivo “a fim de adaptar o texto às regras de técnica legislativa elencadas na Lei Complementar nº- 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis” (fls. 9).

**Comissão de Educação, Cultura e Esportes:** favorável nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (fls. 11).

**Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento**

Na forma do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, despesas, em tese, normalmente previstas.

Elaboração: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Alexandre Henrique Cardoso - Consultor Técnico Legislativo - Economia

**PARECER Nº**  
**PROJETO DE LEI Nº 101/2015**

**DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O**

O presente projeto de lei, de autoria dos nobres Vereadores Laércio Benko e Ricardo Nunes, visa dispor sobre a alteração da Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir a Semana Municipal dos Contadores de Histórias no Calendário Oficial da Cidade de São Paulo, a ser comemorada, anualmente, de 28 de julho a 4 de agosto.

A douta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa apresentou substitutivo “a fim de adaptar o texto às regras de técnica legislativa elencadas na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis”.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, é o parecer, nos termos do mencionado substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em

**Comissão de Finanças e Orçamento**  
**Resumo dos Projetos na Pauta da 16ª Reunião Ordinária de 2015**

Data da Reunião: 24/06/2015 - Horário: 11:00 horas  
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

**Requerimentos**

53) REQ. FIN 38/2015	Ver. ADILSON AMADEU (PTB)			
Data do Requerimento: 16/06/2015				
REQUEIRO a douta Comissão de Finanças, na pessoa de seu Presidente Nobre Vereador Police Neto, que nos termos regimentais, seja convidado o Diretor de Fiscalização do Departamento de Transportes Públicos de São Paulo, Engenheiro Renato Pinto Coelho bem como os demais fiscais lotados neste departamento, em data a ser agendada, a fim de prestar esclarecimentos nesta Comissão acerca das apreensões e fiscalizações da frota de veículos clandestinos da Cidade.				
	Votação			
		Favor	Contra	Abst.
	Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
	Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
	Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
	Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
	Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
	Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-
	Ver. OTA (PROS)	-	-	-
	Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
	Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-

54) REQ. FIN 39/2015	Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)
Data do Requerimento: 17/06/2015	
<p>Considerando que a Prefeitura da Cidade de São Paulo, por meio da Secretaria Municipal de Saúde, mantém contratos de gestão com OSS's – Organizações Sociais de Saúde, que administram UBS's – Unidades Básicas de Saúde, AMA's – Assistência Médica Ambulatorial e Hospitais.</p> <p>Considerando a matéria veiculada no Jornal Diário de S. Paulo em 09 de junho de 2015, pág 2 e 3, relata a situação de desespero dos pacientes sobre o fim dos contratos das unidades de saúde com organizações sociais, onde médicos somem das UBSs e AMAs da Zona Leste e deixam milhares de pessoas sem atendimento. Em São Mateus, o DIÁRIO apurou o depoimento da funcionária da AMA Jardim da Conquista II, a qual declara "Não tem médico. Com a mudança de OSS da Prefeitura, os especialistas pararam de vir trabalhar há 01 (um) mês".</p> <p>REQUEIRO nos termos do Regimento Interno, à presidência desta douta Casa, que seja oficiado o Executivo Municipal e as Organizações Sociais de Saúde, para convidar o Secretário Municipal de Saúde e os seguintes representantes legais, para prestarem informações acerca da gestão dos serviços de saúde executados na Cidade de São Paulo:</p> <p>1 – Secretaria Municipal de Saúde: Senhor Secretário José de Filippi Júnior; 2 – Associação Congregação de Santa Catarina: Diretora Presidente Maria Gregorine; 3 – Associação Saúde da Família: Diretor Presidente Carlos Eduardo Pereira Corbett;</p>	

**Comissão de Finanças e Orçamento**  
**Resumo dos Projetos na Pauta da 16ª Reunião Ordinária de 2015**

Data da Reunião: 24/06/2015 - Horário: 11:00 horas  
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

4 – Casa de Saúde Santa Marcelina: Diretora Presidente Irmã Rosane Ghedin;  
5 – Centro de Estudos e Pesquisas “Dr. João Amorim”: Diretor Presidente Fernando Proença de Gouvêia;  
6 – Fundação IDI: Diretor Presidente Nitamar Abdala;  
7 – Fundação Faculdade de Medicina: Diretor Presidente Flavio Fava de Moraes;  
8 - Instituto Sírio Libanês: Diretora Presidente Neusa Maria da Silva;  
9 – Santa Casa de Santo Amaro: Diretor Presidente Tarquinio Borralho Leite Pereira;  
10 – Irmandade de Sta. Casa de Misericórdia de São Paulo: Diretor Presidente José Luiz Egidio Setúbal;  
11 - Serviço Social da Indústria da Construção Civil e do Mobiliário do Estado de São Paulo: Diretor Presidente Sergio Antonio Monteiro Porto;  
12 - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina: Diretor Presidente Ronaldo Ramos Laranjeira.

	Votação			
		Favor	Contra	Abst.
	Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
	Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
	Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
	Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
	Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
	Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-
	Ver. OTA (PROS)	-	-	-
	Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
	Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-

55) REQ. FIN 40/2015	Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)
Data do Requerimento: 17/06/2015	
Considerando os termos da Lei n. 14.488/07, e o Decreto n. 49.399/08, que regulamenta o Fundo Municipal de Desenvolvimento de Trânsito – FMDT;	
Considerando que o Código de Trânsito Brasileiro – CTB, no parágrafo 4º, do artigo 320, determina que a receita arrecadada com a cobrança de multas de trânsito seja aplicada exclusivamente na sinalização, engenharia de tráfego, de campo, policiamento e fiscalização e educação de trânsito;	
Considerando que a Companhia de Engenharia de Tráfego - CET e a Associação Brasileira dos Fabricantes de Motocicletas, Ciclomotores, Motonetas, Bicicletas e Similares - ABRACICLO firmaram convênio em 2012, para a educação de motociclistas e para implantação do Centro Educacional Paulistano de Motociclistas (CEPAM) (doc. em anexo).	
REQUEIRO, nos termos regimentais, ao Exmo. Senhor Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento que sejam solicitadas ao Secretário Municipal de Transportes as seguintes informações:	
1) Qual o valor arrecadado com multas de trânsito em 2014 e 2015 ?	

**Comissão de Finanças e Orçamento**  
**Resumo dos Projetos na Pauta da 16ª Reunião Ordinária de 2015**

Data da Reunião: 24/06/2015 - Horário: 11:00 horas  
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

- 2) Que montante desses recursos foram aplicados na área de educação de trânsito, desde a criação do FMDT?
- 3) Enviar cópia das atividades desenvolvidas pelo CEPAM (número de atendidos, cursos desenvolvidos, etc...)

	Votação			
		Favor	Contra	Abst.
	Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
	Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
	Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
	Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
	Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
	Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-
	Ver. OTA (PROS)	-	-	-
	Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
	Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-

56) REQ. FIN 41/2015	Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)
Data do Requerimento: 17/06/2015	
<p>Considerando o teor do Programa de Metas da Cidade de São Paulo 2013-2016;</p> <p>Considerando o disposto na Meta 24 – “Obter terrenos, projetos, licitar, licenciar, garantir a fonte de financiamento, construir e instalar 43 novas Unidades Básicas de Saúde – segundo modelo da UBS Integral;</p> <p>Considerando que a UBS Integral Jardim São Carlos Cesar Augusto Romano, esta entre as UBS propostas na Meta 24, do referido Programa, e há placa indicativa da mesma (doc. em anexo);</p> <p>Considerando a necessidade de implantação de novos equipamentos de Saúde na cidade de São Paulo.</p> <p>Requeiro nos termos regimentais, ao Exmo. Senhor Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, que seja oficiado o Secretário Municipal da Saúde, Excelentíssimo Senhor José de Filippi Júnior, para que envie a esta Comissão as seguintes informações:</p> <p>1. Quantos equipamentos (Hospitais, UBS, CAPs) novos na área da saúde foram entregues pela atual Administração até presente data. Quantos equipamentos existentes foram adaptados para novos atendimentos.</p> <p>2. Qual a previsão de início da obra e entrega da UBS Integral Jardim São Carlos Augusto Romano?</p> <p>3. Qual a previsão de entrega de equipamentos de Saúde até o ano de 2016.</p>	

**Comissão de Finanças e Orçamento**  
**Resumo dos Projetos na Pauta da 16ª Reunião Ordinária de 2015**

Data da Reunião: 24/06/2015 - Horário: 11:00 horas  
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

	Votação			
		Favor	Contra	Abst.
	Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
	Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
	Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
	Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
	Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
	Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-
	Ver. OTA (PROS)	-	-	-
	Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
	Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-

57) REQ. FIN 44/2015	Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)
Data do Requerimento: 23/06/2015	
<p>No último dia 10, quarta-feira, esta Nobre Comissão realizou uma audiência pública para discussão a respeito da evolução da dívida do Instituto de Previdência Municipal de São Paulo (IPREM), na qual esteve presente o Sr. Fernando Rodrigues da Silva, Superintendente do referido Instituto.</p> <p>Dentre os esclarecimentos prestados pelo Ilustre Representante, afirmou que o IPREM vem realizando um inventário dos bens imóveis de sua propriedade, como também passou a aceitar imóveis de devedores como dação em pagamento de débitos previdenciários.</p> <p>Ainda, informou que déficit atual do IPREM é de aproximadamente R\$ 127.000.000,00 (cento e vinte e sete milhões de reais).</p> <p>Entretanto, declinou que há uma dívida do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) com o IPREM no valor aproximado de R\$ 108.000.000,00 (cento e oito milhões de reais), porquanto a paridade de aposentadorias entre os referidos Institutos ocorreu somente no ano de 1998, quando da publicação da Emenda Constitucional nº 20/1998.</p> <p>Assim, restou um período de 10 (dez) anos correspondente ao ano de promulgação da Constituição Federal vigente, qual seja, 1988 até o ano da Emenda Constitucional supramencionada, isto é, 1998, no qual o IPREM suportou inteiramente o pagamento de benefícios previdenciários e, conseqüentemente, acarretou na dívida já mencionada do INSS.</p> <p>Ademais, no dia 14 de janeiro do corrente ano, foi publicada a Lei Municipal nº 16.121, que autoriza o IPREM a receber, mediante dação em pagamento, imóveis de propriedade do INSS para quitação de débito oriundo de compensação previdenciária, bem como a destiná-los na forma e condições que especifica.</p> <p>Deste modo, diante da relevância do IPREM para no provento de aposentadorias dos servidores públicos municipais, o exorbitante valor deficitário revelado pelo Sr. Superintendente, a necessidade de manutenção do equilíbrio financeiro do aludido Instituto e, finalmente, a competência desta Comissão prevista no artigo 47, II, “e”, do Regimento Interno desta Câmara</p>	

**Comissão de Finanças e Orçamento**  
**Resumo dos Projetos na Pauta da 16ª Reunião Ordinária de 2015**

Data da Reunião: 24/06/2015 - Horário: 11:00 horas  
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

Municipal de São Paulo, requeiro, com lastro no artigo 46, II e XV, do mesmo Regimento que seja encaminhado para esta Nobre Comissão as seguintes informações:

O valor venal e de mercado dos bens imóveis discriminados abaixo e constantes no Anexo Único da Lei Municipal nº 16.121/2015:

- 1 - Rua José Bonifácio, nº 231, 241 e 245;
- 2 - Rua General Rondon, nº 52/82;
- 3 - Rua Almirante Marques Leão, nº 202;
- 4 - Rua Piauí, nº 527;
- 5 - Av. 9 de Julho, nº 584;
- 6 - Av. Almirante Delamare, nº 2867;
- 7 - Av. Almirante Delamare, nº 2911;
- 8 - Av. Almirante Delamare, nº 2925;
- 9 - Av. Carioca, esquina com Rua Maciel Parente;
- 10 - Rua da Consolação, nº 1047, 1059 e 1075.

Situação de todos os bens imóveis acima mencionados e constantes no Anexo Único da Lei Municipal nº 16.121/2015, isto é, se estão ocupados ou não, bem como as pendências fiscais e/ou judiciais porventura existentes;

Valor atualizado da dívida do INSS perante o IPREM até o mês de junho de 2015;

Relação de todos os bens imóveis propriedade do IPREM, os valores venais e de mercado de cada um deles, se estão ocupados ou não e, finalmente, se estão livres de quaisquer pendências fiscais e/ou judiciais.

	Votação		
	Favor	Contra	Abst.
Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-
Ver. OTA (PROS)	-	-	-
Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-

58) REQ. FIN 45/2015	Ver. ADILSON AMADEU (PTB)
Data do Requerimento: 23/06/2015	
<p>REQUEIRO, a douta Comissão de Finanças, na pessoa de seu Presidente Nobre Vereador Police Neto, que nos termos regimentais, seja oficiado a Secretaria Municipal de Cultura para que informe a esta Comissão todos os custos, cachês, locações acerca da Virada Cultural 2015, encaminhando um relatório pormenorizado acerca do referido evento.</p>	

**Comissão de Finanças e Orçamento**  
**Resumo dos Projetos na Pauta da 16ª Reunião Ordinária de 2015**

Data da Reunião: 24/06/2015 - Horário: 11:00 horas  
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

	Votação			
		Favor	Contra	Abst.
	Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
	Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
	Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
	Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
	Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
	Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-
	Ver. OTA (PROS)	-	-	-
	Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
	Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-

**Projetos – extrapauta**

59) PL 349/2014	Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	Votação			
<b>DISPÕE NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO SOBRE A PROIBIÇÃO DO USO DE CARROS PARTICULARES CADASTRADOS EM APLICATIVOS PARA O TRANSPORTE REMUNERADO INDIVIDUAL DE PESSOAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.</b>  <b>Relator: Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)</b>  <b>Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA</b>			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	-	-	-
		Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	-	-	-
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	-	-	-
		Ver. JAIR TATTO (PT)	-	-	-
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
		Ver. MILTON LEITE (DEMOCRATAS)	-	-	-
		Ver. OTA (PROS)	-	-	-
		Ver. PAULO FIORILO (PT)	-	-	-
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	-	-	-

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

**ASSUNTO:** dispõe, no âmbito do Município de São Paulo, sobre a proibição do uso de carros particulares cadastrados em aplicativos para o transporte remunerado individual de pessoas.

O art. 1º proíbe o transporte remunerado de pessoas em veículos particulares cadastrados a través de aplicativos para locais pré-estabelecidos, ficando também proibida, pelo art. 2º, a associação entre empresas administradoras desses aplicativos e estabelecimentos comerciais para o transporte remunerado de passageiros em veículos que não atendam as exigências da Lei nº 7.329, de 11 de julho de 1969, que estabelece normas para execução do serviço na Cidade de São Paulo. O art. 3º prevê multa de R\$ 1.700,00, apreensão do veículo e demais sanções cabíveis.

**Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa:** pela legalidade (fls. 66/68), com substitutivo “visando adequar a presente proposta à melhor técnica de elaboração legislativa, bem como para estabelecer índice de reajuste da multa fixada” (fls. 67).

**Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia:** parecer **contrário** (“...tendo em vista que a medida representa cerceamento da atividade econômica produtiva e desestimula meios alternativos para melhoria da mobilidade urbana na Cidade de São Paulo” – fls. 69). Há voto vencido do relator, favorável, nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa. (fls. 70-71)

**Análise do Projeto pela Consultoria Técnica de Economia e Orçamento**

Em avaliação preliminar, a ser confirmada por informações adicionais, inclusive provenientes do Executivo,

o projeto geraria despesas obrigatórias de caráter continuado relativas à fiscalização, sem haver demonstração nos autos do valor dessas despesas e da existência de previsão orçamentária.

Ressalte-se que as exigências estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal referentes a demonstrativos que mostrem tais dados (especificamente art. 16 [que exige estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes, acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas] e art. 17 [que determina comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais, contendo as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, sem prejuízo do exame de compatibilidade da despesa com as demais normas do plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias]) situam-se no contexto da gestão orçamentária e financeira, e a análise sob o ponto de vista do impacto presente e futuro nas despesas insere-se na competência desta Comissão, conforme estabelece o art. 47, II, “e”, do Regimento Interno:

**Regimento Interno**

“Art. 47 É da competência específica:

....

II - Da Comissão de Finanças e Orçamento:

....

e) opinar sobre proposições referentes a matéria tributária, abertura de créditos, empréstimos públicos, dívida pública e outras que, direta ou indiretamente, alterem a despesa ou a receita do Município e acarretem responsabilidades para o erário municipal;”

Não consta dos autos do processo a(s) estimativa/demonstração/medidas de compensação/premissas e metodologia de cálculo/comprovação exigida(s) pelos artigos 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/2000).

Sugere-se envio de quesitos ao Executivo.

Elaboração: Gilberto Rodrigues Hashimoto - Consultor Técnico Legislativo - Economia

Revisão: Regina Eiko Kimachi - Consultora Técnica Legislativa - Economia

**PARECER Nº**  
**PROJETO DE LEI Nº 349/2014**

**DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O**

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Adilson Amadeu, visa dispor sobre a proibição do uso de carros particulares cadastrados em aplicativos para o transporte remunerado individual de pessoas.

O art. 1º proíbe o transporte remunerado de pessoas em veículos particulares cadastrados através de aplicativos para locais preestabelecidos, ficando também proibida, pelo art. 2º, a associação entre empresas administradoras desses aplicativos e estabelecimentos comerciais para o transporte remunerado de passageiros em veículos que não atendam as exigências da Lei nº 7.329, de 11 de julho de 1969, que estabelece normas para execução do serviço na Cidade de São Paulo. O art. 3º prevê multa de R\$ 1.700,00, apreensão do veículo e demais sanções cabíveis.

A douta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa apresentou substitutivo “visando adequar a presente proposta à melhor técnica de elaboração legislativa, bem como para estabelecer índice de reajuste da multa fixada”.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, nos termos do substitutivo mencionado, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável ao substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, portanto, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em